

Bruno Ocelli Ungheri

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ESPORTE E LAZER: saberes e competências**

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG
2014

Bruno Ocelli Ungheri

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ESPORTE E LAZER: saberes e competências**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos do Lazer.

Linha de pesquisa: Lazer, Formação e Atuação Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama.

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG
2014

U57a Ungheri, Bruno Ocelli
2014 A atuação profissional em políticas públicas de esportes e lazer: saberes e competências [manuscrito] / Bruno Ocelli Ungheri. – 2014.
132 f., enc.

Orientador: Hélder Ferreira Isayama

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Bibliografia: f. 118-126

1. Lazer - Teses. 2. Políticas públicas – Teses. 3. Esportes - Teses. I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU:379.8

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer
Área Interdisciplinar

Dissertação *A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer: saberes e competências* de autoria do mestrando Bruno Ocelli Ungheri defendida e aprovada em 30 de julho de 2014, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais e submetida à banca examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama (Orientador)
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa
Escola de Artes, Ciências e Humanidades.
Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à minha família. Em especial, à minha mãe, Cláudia Ocelli, pelo exemplo de vida que formou meus valores. À minha esposa, Patrícia Lima, pelo carinho dedicado, por suportar os momentos difíceis e nos fazer vencê-los. Ao meu filho, João Paulo, que do ventre já foi capaz de me ensinar o que é o amor. Aos queridos(as) “tia Karlinha”, “vovó Maria José”, “vovô Joaquim” e “vovó Irene”, pelo incentivo desde os tempos de primário. Aos meus irmãos Mariana, Ana Clara e Tiago, para que se inspirem. Ao meu pai, Ricardo Ungheri, por não me deixar desistir dos sonhos. À nova família a que fui apresentado, Paulo, Eli e Renata, pelo acolhimento e sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por acreditar em meus sonhos e me proporcionar a base para concretizá-los.

À minha mãe, aos irmãos Mariana e Tiago e ao amigo Eduardo Cordeiro, o “Tal”, pelos exemplos, pelos conselhos, pela dedicação e por conseguirem suavizar os momentos de angústia.

À minha esposa, por compreender as etapas deste trabalho, estar sempre ao meu lado e demonstrar amor e apoio incondicionais.

À tia Karlinha, por me ajudar a superar o fracasso, abrir-me os olhos e despertar para um novo mundo.

Aos tios e tias – Carlos Alberto, Marcelo, Amaury, Gerson, Kátia, Else, Iara, Valéria e Fernanda –, pelas reflexões, pelos incentivos e puxões de orelha.

À nova família, por sempre me olhar com brilho nos olhos. Vocês me acolheram e me fazem sentir como um filho. Muito obrigado, Paulo, Eli e Renata!

Aos amigos de longa data – Zaza, Slep, Porquinho, Leo, João, Bitela, Rafael, Carol, Teusão, Déia, Paulinho, Tuim, Bernardo e Rubão –, por estarem sempre por perto.

Ao meu irmão, quase mentor, Rafael Rodrigues e família, pela fidelidade, confiança e parceria de sempre.

Aos professores e amigos Amaylton, Walter, Eyder, Gladistone, Thiago e André, pelo incentivo e por me mostrarem que tudo é possível.

Aos colegas de turma do Mestrado e do Oricolé – Bil, Walesson, Romilda, Alana, Bruno, Paula, Samuel, Rodrigo, Ju, Carla, KK, Malabi, Rita, Aniele, Cáthia, Hilton, Sheylazarth, Marcília, Sarah, Tarcila e Marie – pelas discussões e dicas que me amadureceram como pesquisador.

À Fundação Fiat e ao UNIBH, por permitirem meu ingresso no mestrado e por incentivarem a formação continuada de seus profissionais.

Aos servidores da SMEL, pela disposição em participar e colaborar com este estudo.

À Prof^ª Dr^a Christiane Luce Gomes e ao Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa, que integram a banca examinadora deste trabalho e contribuem para a sua qualificação.

Ao meu orientador acadêmico, Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama, pela confiança, pela convivência alto astral, pelas contribuições, pelos puxões de orelha e, principalmente, por se fazer respeitar pelo exemplo.

RESUMO

O esporte e o lazer são direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira de 1988; ou seja: as políticas públicas desenvolvidas pelos governos devem focalizar sua promoção e acesso. Com isso, a percepção dos profissionais que as desenvolve é relevante para se compreender as competências e os saberes necessários para uma atuação profissional condizente com os objetivos das políticas propostas. Nesse contexto, trato da análise dos saberes e competências dos profissionais que, em diferentes graus, gerenciam as políticas públicas de esporte e lazer na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte (SMEL). O órgão é responsável pelo desenvolvimento de projetos e programas que visam à garantia do esporte e do lazer como direitos sociais da população que reside no município; além disso, a gestão dos equipamentos, de infraestrutura e de eventos também compõe suas responsabilidades. Para tanto, utilizei uma abordagem qualitativa que envolveu pesquisa bibliográfica e de campo. Para o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, analisei obras e periódicos que abordassem política, políticas públicas e suas possibilidades de desenvolvimento no que tange ao esporte e ao lazer, bem como um referencial sobre formação e atuação profissional. A pesquisa de campo se deu em duas etapas distintas, sendo a primeira uma imersão no campo de estudo, complementada pela realização de 9 (nove) entrevistas semiestruturadas com 8 (oito) analistas de políticas públicas e um gestor. A primeira etapa me permitiu observar as relações cotidianas estabelecidas na SMEL, bem como conhecer seus programas e os profissionais responsáveis pelo seu desenvolvimento. Já na fase de entrevistas, analisei a percepção dos entrevistados sobre a sua atuação profissional, focalizando seu processo de formação, suas responsabilidades, as particularidades de seu cotidiano e suas angústias. Como resultado das análises, percebi que existem dois caminhos complementares à atuação profissional nas políticas públicas de esporte e lazer. O primeiro refere-se à formação inicial (ou formal) dos sujeitos, quando estes são apresentados aos conteúdos específicos da área de atuação que escolhem – com pouco, ou nenhum aprofundamento nos conhecimentos relacionados às políticas públicas. Esse processo se complementa com a prática; ou seja: com o ingresso do profissional no mercado de trabalho. Com isso, as dificuldades e as problemáticas vividas em campo permitem ao profissional identificar as lacunas de sua formação que, no contexto analisado, se relacionam, principalmente, com os saberes ligados à gestão. Isso porque os analistas atuam como gestores de cada programa desenvolvido na SMEL, sendo responsáveis diretos pelo controle financeiro, pela condução das equipes de trabalho, pelo planejamento estratégico das ações e pelo relacionamento com a comunidade. Nessa perspectiva, nota-se que o perfil para atuação nas políticas públicas de esporte e lazer é composto por uma tríade que envolve os saberes específicos da área de atuação, conhecimentos sobre política e, por fim, domínio de conteúdos relacionados à gestão.

Palavras-chave: Políticas públicas. Atuação profissional. Esporte. Lazer.

ABSTRACT

Sport and leisure are social rights guaranteed by the Brazilian Constitution of 1988. Therefore, public policies developed by the governments should focus on the promotion of and the access to sport and leisure for the public. The perception of the professionals who develop these public policies is relevant to understand the competencies, skills, and knowledge necessary for a consistent professional performance with the objectives of the proposed policy. This study analyzes the profiles of the professionals who, in different degrees, manage public policies for sport and leisure in the Municipal Secretary of Sports and Leisure in Belo Horizonte (SMEL). The organization is responsible for the development of projects and programs that aim to ensure sport and leisure social rights of the population residing in this county; furthermore, management of equipment, infrastructure, and events are also included within its responsibilities. For this study, I used a qualitative approach involving literature review and field research. For the development of the literature review, I analyzed books and periodicals that addressed politics, public policies, and the possibilities of its development with regards to sport and leisure, and references on training and activities of the professionals involved in this route. The field research took place in two different stages; the first stage was an immersion in the field of study. The second phase involved the completion of nine semi-structured interviews with eight analysts and one manager. The first stage allowed me to observe the everyday relationships established at SMEL, as well as to know its programs and professionals responsible for its development. Phase two involving interviews revealed the respondent's perceptions about their professional practice, focusing on the formation process, their responsibilities, the particularities of their daily lives, and their frustrations. Through the proposed analysis, I realized that there are two paths complementary to professional performance within the public policies of sport and leisure. The first refers to the initial (or formal) training of the subjects, when they are presented with the specific contents of the area of activity they choose. Unfortunately this comes with little or no in depth knowledge related to public policy. Formal training is complemented with practice, in other words, with the entrance of the professionals into the labor market. Thus, the difficulties and problems experienced in the field allow professionals to identify gaps in their training, which in the context analyzed, are primarily related to the lack of knowledge associated with management. Therefore, analysts act as managers of each program developed in the SMEL, being directly responsible for financial control, performance of the work teams, strategic planning of actions, and relationships with the community without proper management education. In this study, we note that the professional's profile to act in public policies of sport and leisure is composed of a triad that involves specific knowledge of the area of expertise, knowledge about politics, and finally, domain of the main contents related to management.

Keywords: Public policies. Professional practice. Sport. Leisure.

LISTA DE SIGLAS

CEMEL – Centro de Memórias do Esporte e Lazer
COEP – Comitê de Ética e Pesquisa
CONFED – Conselho Federal de Educação Física
CREF – Conselho Regional de Educação Física
DCTEC – Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (da UFMG)
FUNEC – Fundação Escolar de Contagem
EEFFTO – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (da UFMG)
MBA – *Master in Business Administration* (Mestrado em Administração de Negócios)
ME – Ministério do Esporte
ONG – Organização Não-Governamental
ORICOLE – Laboratório sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTIUM – Grupo Lazer, Brasil & América Latina
PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade
PIC – Pampulha Iate Clube
POLIS – Grupo de estudos e pesquisas em políticas, educação e cidadania
PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental
PPP – Parceria Público-Privada
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
ROT – Recursos Oriundos do Tesouro
SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico
SMAES – Secretaria Municipal Adjunta de Esportes
SMAL – Secretaria Municipal Adjunta de Lazer
SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte
SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNIBH – Centro Universitário de Belo Horizonte
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Estratégico da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte - MG	79
Figura 2 - Organograma dos Programas e Ações desenvolvidos pela SMEL focalizados pela pesquisa	82

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Programas e ações desenvolvidos (as) pela SMEL, de acordo com a Secretaria Adjunta a que estão vinculados(as)	77
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
ENTRE POLÍTICA, ESPORTE E LAZER	9
O PERCURSO METODOLÓGICO	18
1 – ENTRE ESPORTE E LAZER: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE POLÍTICA	23
1.1 - POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
1.2 - ESPORTE, LAZER E AGENDA POLÍTICA	32
1.3 - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	39
2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	45
2.1 - PERFIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	45
2.2 - A INTERVENÇÃO E SEUS DIVERSOS SABERES E COMPETÊNCIAS.....	54
2.3 - UM CAMPO DE INTERVENÇÃO.....	62
3 - ATUAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL	72
3.1 - OS SUJEITOS DA PESQUISA	80
3.2 - A SMEL E A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	96
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	127
APÊNDICE B - CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO	130
APÊNDICE C - TERMO DE ANUÊNCIA DA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE BELO HORIZONTE.....	131
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	132

INTRODUÇÃO

Entre Política, Esporte e Lazer

É preciso considerar que contextos, experiências, grupos e pessoas constituem elementos relevantes para a compreensão de escolhas dos sujeitos e, conseqüentemente, dos caminhos que serão traçados e percorridos por eles em todas as esferas da vida. Início, portanto, este trabalho apresentando minha trajetória de vida, e o faço por acreditar que esta reflexão diz muito sobre os caminhos e apontamentos propostos pela pesquisa que realizei, auxiliando o leitor na compreensão do processo.

Inicialmente, destaco o percurso traçado por minha mãe que, graduada em Pedagogia, optou por cursar mestrado em Ciência Política na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, conseqüentemente, o tema passou a ser debatido e discutido nas relações cotidianas da nossa família. Participávamos de praticamente todas as festas, encontros e viagens de férias da “Turma do Mestrado”, o que despertou meu interesse por assuntos ligados à política.

Tais proximidade e vínculo mobilizaram meu interesse por temas relacionados à Política e, em especial, às Políticas Públicas, algo relativamente distante de um jovem de 13 (treze) anos que, várias vezes, deixou de sair com os primos para participar de discussões e/ou apenas ouvir o que seria discutido pela “Turma do Mestrado”, arriscando-se, por vezes, a tecer algum comentário.

O cenário se completa com o amor pelo esporte, porque, desde os 5 (cinco) anos de idade, participei de equipes de competição de futsal e futebol. Esse envolvimento perdurou até meus 19 (dezenove) anos quando, em função de uma lesão no joelho, meu projeto de me tornar um profissional do esporte teve fim. Além das escolinhas de esporte tradicionais, entre os 13 (treze) e os 16 (dezesesseis) anos de idade, participei de equipes de alto rendimento, como o Atlético e o América Mineiro. Aos 17 (dezessete) anos, fui para a Itália, tentar me tornar atleta profissional de futebol, o que não se concretizou, por vários motivos; o principal deles: a distância da família e dos amigos.

De volta ao Brasil, minha família se mudou para Brasília, em função do novo trabalho da minha mãe, que acabara de ocupar um cargo no Ministério da Educação. Não me adaptei, porém, à nova vida e pressionava a família para retornar à cidade de origem. No entanto, as pressões foram insuficientes e decidi voltar sozinho, para morar com meu pai e tentar, mais uma vez, a carreira de atleta. Consegui um período de avaliação no Clube de

Futebol Vila Nova, em Nova Lima - MG, mas esse processo foi encerrado prematuramente, no primeiro treinamento, com a ruptura dos ligamentos do joelho direito.

Optei, então, pela graduação em Educação Física no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH) e, desde o primeiro semestre letivo, fiz estágio nos projetos do curso e pude conviver com professores e alunos de outros períodos e turnos.

O contato com os envolvidos no curso de Educação Física se estendeu aos demais setores da instituição e permitiu minha participação no Centro Acadêmico de Educação Física. Nesse sentido, pude iniciar uma atuação política buscando estabelecer um elo entre alunos e coordenação do curso, com vistas a auxiliar no debate sobre a formação profissional, o fomento à pesquisa, os projetos de extensão e a infraestrutura.

A participação no Centro Acadêmico me possibilitou convite para trabalhar, no Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região (CREF-6), com as equipes de fiscalização do exercício profissional. O serviço era diversificado e minhas funções variavam entre cadastrar novos profissionais no Conselho, fiscalizar o exercício profissional nas áreas de atuação dos profissionais de Educação Física e organizar eventos acadêmicos sob a responsabilidade da instituição, em parceria com universidades e órgãos dos governos municipais e estaduais.

No último período da graduação, fui selecionado para coordenar a área de esportes do Pampulha Iate Clube (PIC), sendo responsável pela elaboração e execução da programação de recreação para adultos e crianças, por torneios esportivos e Colônia de Férias, bem como pelo gerenciamento das escolas esportivas e da academia do clube. Ali permaneci por 2 (dois) anos, e essa atuação despertou em mim o interesse pela pesquisa acerca do lazer como possibilidade de atuação do profissional de Educação Física.

Ao final desse período, optei por cursar uma especialização em Políticas Públicas na UFMG. Nesse curso, adquiri conhecimentos capazes de unir a Educação Física e as Políticas Públicas, tendo desenvolvido um projeto de pesquisa relacionado às parcerias público-privadas (PPPs) no desenvolvimento de projetos sociais ligados ao esporte e ao lazer.

Concomitantemente ao meu ingresso na especialização, fui selecionado, pela Fiat Automóveis S.A., para supervisionar o setor de esportes do clube, em Betim - MG, e, após um ano e meio, assumi a supervisão geral do clube. Pude continuar atuando no campo do lazer, mas incorporei responsabilidades que fazem parte da rotina de um clube corporativo. Nesse momento, percebi que muitos conhecimentos necessários à atuação no mercado de trabalho de Educação Física não são adquiridos somente nos cursos de graduação. Isso me levou, novamente, a tentar entender com mais clareza: quais os conhecimentos que permeiam a formação e a atuação dos profissionais que atuam com esporte e lazer? Que perfil profissional

melhor se encaixa no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esta área? O profissional deve atuar apenas de acordo com os ditames do mercado?

A busca por respostas para essas perguntas direcionou o foco para o presente estudo. Somado a isso, o desejo de atuar como professor universitário sempre me acompanhou e, após a conclusão da especialização, optei pelo ingresso no mestrado em Estudos do Lazer, da UFMG, por entender que, além das contribuições que minha pesquisa poderia trazer, esse seria um passo necessário para me tornar professor do Ensino Superior.

Logo que fui aprovado no processo seletivo do mestrado da UFMG, fui convidado, pelo coordenador do Curso de Educação Física do UNIBH, a ministrar a disciplina “Metodologia da Pesquisa Qualitativa” e atuar como preceptor de estágio da disciplina “Estágio Supervisionado no Bacharelado - Gestão em Lazer, Clubes e Academias”. Esse processo me inseriu como profissional no Ensino Superior e tem me instigado, diariamente, na busca por respostas para os questionamentos desta pesquisa.

Minha trajetória, portanto, me levou a conciliar política, esporte e lazer como temas de interesse acadêmico. Nesse sentido, os esforços a seguir se orientam à apresentação dos conceitos e das discussões que desenvolvo nesta dissertação.

A fim de que as pessoas possam conviver em sociedade, os conflitos de interesses que se estabelecem devem ser mantidos dentro dos limites administráveis e, para isso, existem 2 (dois) meios: a coerção pura e a política (RUA, 1998). O uso da coerção é um problema porque quanto maior a sua utilização, menor o seu impacto e mais elevado o seu custo. Já a política, que também dispõe da coerção como possibilidade – mas não se limita a ela – abrange processos negociados, participativos e representativos, possibilitando credibilidade ao que se propõe como mecanismos de manutenção da ordem social.

Tendo em vista o mundo em que vivemos, observa-se a política como o meio eleito pelas pessoas como norteador dos processos sociais. Assim, pensar em política é pensar nas relações humanas que se estabelecem no dia a dia, bem como na forma com que essas se regulam sob uma ética pautada pelos limites da convivência e por conflitos de interesses.

Nessa perspectiva, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1995) sugerem que política significa tudo o que se refere à cidade e, dessa forma, está relacionada a aquilo que é urbano, civil, público e social. Definir esse termo, porém, apenas com alusões ao significado sugerido pelos autores poderia nos distanciar da atual conjuntura, na qual o termo referencial é a *polis*; ou seja: o Estado. Com isso, torna-se necessário ampliar a discussão política para além dos limites da cidade, enfatizando todas as relações e processos envolvidos no jogo político.

Vaz (2001) afirma que a política é uma atividade que envolve a natureza pública e simbólica do poder, que, quando bem exercida, relaciona-se à disputa de ideias, projetos e concepções no espaço público. Nessa perspectiva, Suassuna e Almeida (2005) afirmam que há identificação da política com o sentido de público, e que a esfera pública é uma instância independente do Estado e essencial para o exercício da cidadania.

A política, portanto, não pode ser tratada apenas como um conjunto de ideias, porque é preciso concretizá-las em ações em direção ao atendimento das demandas sociais. Para isso, Ruas (1998) afirma que é necessária a utilização dos *outputs* resultantes das atividades políticas – denominadas políticas públicas – que compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores e que, geralmente, envolve mais do que uma ação política, requerendo posicionamentos estrategicamente selecionados para implementá-la. Isso significa que uma das suas características é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Orientando seu pensamento para a institucionalização e estruturação política, Hofling (2001) complementa o entendimento anterior, ao afirmar que as políticas públicas são ações do Estado na implementação de um projeto de governo, por meio de programas voltados a setores específicos da sociedade.

Ao pensar em setores específicos da sociedade, é preciso ter em mente a noção de políticas sociais, geralmente voltadas à garantia de direitos sociais e ao princípio de Justiça. Essas ações são tidas como determinantes do padrão de proteção social, também implementado pelo Estado, voltado para a redistribuição dos benefícios sociais e visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Recorrendo a Zauli (2003), destaco que as políticas sociais podem ser delimitadas em meio ao conjunto das políticas públicas. Assim, Política Social é toda política que ordene escolhas trágicas, segundo um princípio de Justiça consistente e coerente. A vantagem dessa definição reside no conceito de que a política social tem uma mesma lógica das demais, mas não é uma política entre outras. O atributo que a diferencia é o fato de se tratar de uma política de ordem superior, metapolítica, que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas – o que equivale dizer: o ordenamento de escolhas trágicas.

Pode-se, portanto, considerar as políticas sociais como iniciativas políticas estatais baseadas em um princípio de Justiça que justifique intervenções na configuração do padrão de alocação e distribuição de valores no âmbito da sociedade. O princípio de Justiça está vinculado à garantia dos direitos sociais voltados à manutenção de uma vida digna e honrosa.

Tendo em vista que a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) prevê a garantia de direitos sociais, observa-se que o esporte e o lazer se inserem nesse contexto e, conseqüentemente, são alvo de ações governamentais que visam à sua promoção e ao acesso a eles por parte dos cidadãos. De acordo com Lopes (2012), esse fato e a inclusão do esporte e do lazer na agenda pública, desde a década de 1930, são fundamentais para se pensar seu processo histórico e seus desdobramentos até os dias de hoje.

Sobre as políticas públicas de esporte e lazer, Menicucci (2008) afirma que são iniciativas relativamente recentes, adquirindo visibilidade a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Seu texto atribui ao poder público o incentivo do lazer como forma de promoção social. Entretanto, os conceitos relacionados ao tema apresentam dificuldades para a definição de um escopo de uma política voltada para sua garantia, uma vez que esses conceitos têm sido definidos de diferentes formas e se associam a diferentes conteúdos.

Marcellino (1996) desenvolve uma visão crítica sobre a visão implícita na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e destaca que a expressão “promoção social” adquire, em algumas situações, conotação assistencialista. Esse fato e a vinculação restritiva do lazer ao conteúdo esportivo podem contribuir para dificultar seu entendimento como objeto de estudo, campo de atuação profissional e esfera de atuação do poder público.

Nesse sentido, é preciso ter em mente que a garantia dos direitos sociais não passa pela simples inclusão de palavras em textos políticos, mas pela concepção adequada de suas possibilidades na formação de uma sociedade justa, crítica e reflexiva.

Marcellino (2001) afirma que o lazer não é um oásis a que todos têm acesso, porque é condicionado por inúmeras barreiras econômicas e sociais, o que justifica sua inserção na agenda de elaboração e implementação de políticas públicas. Como, porém, o acesso quantitativo e, principalmente, qualitativo das pessoas ao lazer é condicionado a questões sociais, a inexistência de ações públicas pode excluir parte significativa da população brasileira, a menos que tenha condições de pagar pelas oportunidades oferecidas pelo mercado do entretenimento.

Sendo assim, para que as políticas públicas de Esporte e Lazer sejam desenvolvidas, Vaz (2001, p. 12) afirma que “é necessária a vontade estatal de intervir”. Apesar da existência de diversas ações, não se pode exigir da administração pública que fomentem um número definido de projetos vinculados ao esporte, devido ao fato de a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) citar o esporte como direito individual, e não como direito obrigatório. É, portanto, função do Estado proporcionar meios para o desenvolvimento de práticas esportivas e de lazer na sociedade; porém, o indivíduo utiliza-se desses meios apenas de acordo com sua vontade.

A meu ver, porém, as políticas de esporte e lazer vão (ou deveriam ir) além das ações voltadas especificamente ao seu atendimento. Elas estão presentes nas políticas de outras áreas, como, por exemplo: Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social; ou seja: superam o olhar limitado de que o sujeito só as utiliza de acordo com a sua vontade.

Alcançar esse patamar requer o amadurecimento das relações político-institucionais estabelecidas no Brasil. Nesse sentido, Suassuna e Almeida (2005) concluem que a falta de planejamento impede a definição de políticas que alcancem um caráter intersetorial no País. Isto ocorre porque não há preparação de um plano de ação, tendo em vista ser esse sistema que confere legitimidade ao processo. Por isso, ressaltam o caráter setorial do planejamento adotado pelo governo nacional no que diz respeito às políticas públicas para o esporte e o lazer, que pode resultar em um conjunto de experiências não aprofundadas, devido ao caráter parcial assumido pela política.

Nesse sentido, Isayama e Linhales (2008) abordam o caráter compensatório recorrente nas políticas públicas de lazer, que guardam estreita relação com as tensões e contradições do mundo do trabalho. Assim, o esporte e o lazer são tidos como tempo de prevenção e cura do cansaço físico e mental decorrente das ocupações profissionais ou como práticas disciplinadoras capazes de guiar as pessoas à lógica da sociedade de massas.

Destaco que as políticas de garantia ao incentivo do lazer devem estar voltadas para as premissas normativas da política pública. Com isso, evidencia-se a necessidade de democratização do acesso a oportunidades de lazer e esporte, de inclusão social e da obrigação do Estado quanto a garantir a todos a possibilidade de acesso a bens e serviços não unicamente pela via do mercado, quando esses assumem *status* de direito (MENICUCCI, 2008).

Starepravo (2006) ressalta o fato de que, em alguns momentos históricos, o esporte e o lazer foram utilizados como ferramentas políticas. Sendo assim, políticas públicas de esporte e lazer podem refletir a relação das estruturas econômicas, políticas e ideológicas de uma sociedade, constituindo-se como objetos de estudo articulados com todo o contexto social.

Portanto, algumas dificuldades para a incorporação do esporte e do lazer em ações e promoções públicas que visem ao atendimento dos direitos sociais. Dentre elas, do caráter parcial e limitado que se atribui ao seu conteúdo pode ser considerado um empecilho, uma vez que as restringe a questões como o tempo para descanso e divertimento. Além disso, os espaços para o lazer e sua ressonância diferenciada, quando comparada a outros temas e a liberação de recursos, também são entendidos(as) como problemáticas relacionadas ao esporte e ao lazer como ferramentas de ascensão social e sua garantia como direito por intermédio de ações públicas.

Marcellino (1996) afirma que essas dificuldades fazem com que a formulação de políticas de esporte e lazer se resume a calendário de eventos ou a pacotes de atividades formuladas em gabinetes técnicos. Com isso, não contemplam as possibilidades de transformação social que seus conteúdos podem viabilizar.

Tendo em vista que, em alguns casos, essa configuração ainda se apresenta na realidade brasileira, pensar a atuação profissional nessas políticas passa pela construção de uma visão crítica, capaz de elevá-las ao patamar de atividades-fim, e não de atividades-meio.

Por isso, entendo que a Administração Pública deve ser traçada considerando-se seus conteúdos, inter-relacionando-os e dimensionando o lazer para além do descanso e do divertimento, tendo em vista suas interfaces com as políticas públicas de Educação, Saúde, Promoção Social, entre outras.

A tendência de se limitar o lazer a atividades relacionadas ao esporte, à arte e à recreação se reflete nas diferenciadas nomenclaturas dadas às repartições públicas e políticas que tratam o tema. Assim, durante todo o texto, utilizarei os termos esporte e lazer por entender que este é o enfoque dado por muitos órgãos públicos que trabalham com o tema. Somado a isso, pensando sob perspectiva histórica, o tratamento desses elementos de forma conjunta pode ser identificado desde o século passado, porque seus limites e possibilidades chegam a se confundir, levando-os a uma aproximação inevitável.

A partir de uma abordagem que considere os aspectos teóricos e conceituais relacionados ao esporte e ao lazer, torna-se importante direcionar o olhar aos profissionais as ações públicas destinadas à sua garantia. Para isso, proponho a discussão dos entendimentos entre formação e atuação profissional na área.

Marcellino (2001) é um dos pesquisadores que relaciona as políticas públicas de Esporte e Lazer com a formação de profissionais. Para ele, as áreas de Educação Física e Turismo se destacam nesse processo e devem buscar, constantemente, a superação de uma visão focada no fazer. A meu ver, há avanço, nesse sentido, quanto à formação de profissionais para atuação na área, mas concordo com o autor quando afirma que essa abordagem não deve ser deixada de lado, evitando-se retrocessos.

Por outro lado, o Esporte e o Lazer, muitas vezes, se sobrepõem à Educação, à Cultura, ao Turismo e à Recreação, não havendo, portanto, clara delimitação acerca do que se quer e de suas possibilidades como alvo de políticas públicas. Nesse sentido, a concepção dos gestores, analistas e demais profissionais da ponta deve ser pensada sob um viés crítico e reflexivo, capaz de superar modelos hegemônicos e de conferir, ao esporte e ao lazer, *status* efetivo de direitos sociais.

Destaca-se, então, a relevância de estudos que tratem, especificamente, da inclusão do esporte e do lazer como alvos de políticas públicas setoriais articuladas, uma vez que esses podem nortear os conhecimentos necessários aos profissionais atuantes em sua elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação. Trata-se, portanto, do estabelecimento dos saberes e competências necessários para atuação profissional nessa área.

No que diz respeito às equipes de profissionais dos programas de esporte e lazer, o estudo de Linhales *et al.* (2008) identificaram alguns problemas na formação profissional em Educação Física: ausência de padrões e normas para composição dos quadros e os gestores entrevistados em sua pesquisa fizeram referência a profissionais de Educação Física, profissionais provisionados, pedagogos, ex-atletas e pessoas com vivência no esporte, deixando claro que a competência profissional para a realização das ações parece ser mensurada, prioritariamente, pela inserção no mundo esportivo.

Esse é um fato que aponta 2 (duas) questões problemáticas: a primeira, relacionada à desvinculação de uma formação profissional para atuação na área, uma vez que o passado esportivo é tido como suficiente para uma intervenção aceitável; a segunda, que nos remete à reflexão anterior, é o reforço dado à limitação do lazer ao esporte.

Marcellino (2005) destaca que a atuação profissional no campo do esporte e do lazer precisa considerar sua especificidade concreta; ou seja: deve levar em conta seu entendimento amplo, em termos dos conteúdos a serem trabalhados. Diante disso, é relevante compreender as atitudes que os envolvem, os valores que propiciam, a consideração de seus aspectos educativos, suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, além das barreiras socioculturais verificadas para o seu efetivo exercício.

É preciso, porém, que se tome cuidado ao se vincular formação e desenvolvimento de pessoal com políticas públicas na área de Esporte e Lazer. Para uma política pública na área – alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania – é fundamental os processos de formação e desenvolvimento de quadros para atuação. Esse aspecto deve ser alicerçado na perspectiva da reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos para determinadas parcelas da população, ou viciada pelos valores da indústria cultural, em amplos setores (MARCELLINO *et al.*, 2007).

Diante das discussões apresentadas, surgem algumas questões que norteiam minha investigação e são merecedoras de reflexão: (i) qual o perfil profissional necessário para a atuação em Políticas Públicas de esporte e lazer?; (ii) quais os saberes e as competências necessárias para a atuação de profissionais que elaboram, implementam, desenvolvem e

avaliam as políticas públicas de esporte e lazer?; (iii) onde e com quem esses profissionais adquirem ou adquiriram esses conhecimentos: na formação inicial ou nos processos de formação dos programas que atuam?; e (iv) Teriam esses conhecimentos sido incorporados em outros espaços?

Os conceitos e as relações estabelecidas entre o esporte e o lazer, porém, implicam dificuldades para a definição de escopo de uma política voltada para a sua garantia, uma vez que os mesmos têm sido definidos de diferentes formas e se associam a diferentes conteúdos. De qualquer maneira, diferentes programas e projetos têm sido desenvolvidos e, com isso, ampliado as possibilidades de intervenção de profissionais de diferentes áreas, inclusive no campo da Educação Física. Diante disso, os objetivos desse estudo são: identificar e analisar os saberes e as competências necessárias para atuação de profissionais na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer; identificar como e onde os profissionais obtiveram tais saberes e competências; e trazer apontamentos sobre o perfil profissional necessário para atuação em Políticas Públicas de esporte e lazer.

Nota-se distanciamento entre a formação acadêmica e a realidade profissional, na área de Educação Física, com foco no esporte e no lazer como elementos das políticas públicas. Assim, o desenvolvimento deste estudo justifica-se, para além de meu interesse pessoal, pela necessidade de se identificar os conhecimentos necessários para atuação em políticas públicas de esporte e lazer.

Somado a isso, Marcellino *et al.* (2007) afirmam que, atualmente, os processos de formação profissional para atuação na área do lazer vêm ganhando cada vez mais espaço no Brasil, em decorrência da demanda verificada no mercado, mas poucos aprofundam seu foco, especificamente, no que se refere aos conhecimentos e às competências para atuação em políticas públicas de esporte e lazer. Apesar, portanto, do crescimento na produção acadêmica relacionada à formação profissional para atuação em políticas públicas de esporte e lazer, este estudo pode contribuir para discussões acerca do perfil desse profissional.

Concordo com Menicucci (2008) quando afirma ser notável que o desenvolvimento de pesquisas desse porte contribui para a inserção do esporte e do lazer na agenda pública, uma vez que o debate acadêmico desempenha importante papel no cenário das políticas públicas e de seus múltiplos atores. Além disso, as reflexões advindas da pesquisa podem oferecer contribuições para a formação e a atuação dos profissionais que irão atuar nessa área.

Para elucidar o percurso desenvolvido por este estudo, descrevo, a seguir, a metodologia utilizada, importante referencial para a compreensão dos objetivos alcançados.

Apresento, portanto, a seguir, processos vivenciados pela pesquisa, seus métodos e instrumentos, além da forma com que o texto será estruturado.

O Percurso Metodológico

Para analisar os saberes selecionados na atuação profissional em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, optei pela abordagem qualitativa, combinada com pesquisa bibliográfica e de campo.

Justifica-se tal escolha pelo fato de que, como afirmam Denzin e Lincoln (2005), esse tipo de pesquisa localiza o observador no mundo, traduzindo-se em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que lhe dão visibilidade, transformando-o em uma série de representações, tais como: notas de campo, entrevistas, fotografias, gravações, etc. Além disso, a abordagem qualitativa envolve um viés naturalista e interpretativo do mundo, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seu cenário natural, tentando interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas atribuem a eles.

As políticas públicas para o esporte e lazer e os aspectos específicos da formação profissional para atuação no campo foram focalizados como temas da pesquisa bibliográfica que “não significam uma simples repetição do que já foi dito ou escrito, mas sim uma análise dos temas a partir de um enfoque específico” (PERES, 2013, p. 6). O levantamento bibliográfico foi realizado no acervo do grupo de pesquisa Oricolé (Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG), nos sistemas de biblioteca digital e no Sistema de Bibliotecas da UFMG, bem como nos *sites* de busca acadêmica *Google Acadêmico*, *Scielo* e *USPTeses*.

Destaco que a busca por uma base conceitual é necessária para se fundamentar os processos de imersão a campo e sua coleta de dados. A escolha dos temas a serem abordados seguiu uma lógica relacionada ao objeto da pesquisa e às suas derivações como campo de conhecimento. Somado a isso, os pareceres técnicos também chamaram minha atenção para questões que poderiam ser melhor exploradas e, assim, qualificariam as discussões propostas pela pesquisa. Nesse ponto, foi necessário aprofundar em elementos específicos da metodologia, como o estabelecimento de uma base teórica que justificasse a pesquisa de campo e seus processos de imersão. Pude, nesse processo, construir um repertório capaz de problematizar claramente os elementos relativos às questões que o estudo se propunha a responder.

Para realização da pesquisa de campo, optei pela análise do trabalho desenvolvido na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte (SMEL), órgão responsável pela coordenação das políticas públicas de esporte e lazer no município de Belo Horizonte - MG. Estabeleci esse percurso a partir do entendimento de que a análise da atuação dos profissionais lotados nesse órgão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte poderia fornecer respostas aos questionamentos norteadores desta pesquisa.

Para iniciar a fase exploratória da pesquisa, em outubro de 2013 me reuni com a chefia de gabinete do Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte. Na oportunidade, apresentei a ela a proposta da pesquisa, com base na “Carta de Apresentação” (APÊNDICE A) e solicitei a liberação do órgão, para sua realização, mediante assinatura do “Termo de Anuência” (APÊNDICE C). Tendo em vista a aprovação de meu pedido e o consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG, dei continuidade à pesquisa. Destaco que o parecer favorável do COEP concretizou-se pelo CAAE nº 20129213.8.0000.5149.

A partir daí, o levantamento empírico da pesquisa de campo se deu em 2 (dois) momentos distintos, quais sejam: a imersão e a realização de entrevistas. Justifico a escolha de tais instrumentos com apoio em Cruz Neto (1994), que afirma que esses são processos complementares. Segundo ele, o percurso se torna válido quando o pesquisador vivencia o cotidiano de seu objeto e necessita conhecê-lo de forma aprofundada. As observações do dia a dia se dão de forma rápida e superficial, mas fornecem subsídios para os questionamentos formais orientados pelas entrevistas.

O processo de imersão se caracteriza pela aproximação do pesquisador ao ambiente onde a pesquisa será realizada. Nesse sentido, realizei uma pesquisa de campo junto à SMEL, para compreender seu funcionamento administrativo, técnico e organizacional, bem como para conhecer os sujeitos da pesquisa e as relações que se estabelecem em seu cotidiano laboral. Destaco que alguns questionamentos surgiram desse processo e contribuíram para a consolidação do roteiro de entrevistas.

A definição do percurso de imersão e da realização das entrevistas se deu em outubro de 2013, quando participei de reunião com a gestora designada pelo Secretário Municipal de Esporte e Lazer para viabilizar a realização da pesquisa. Ficou definido que eu poderia acessar as dependências da SMEL livremente e estabelecer, a partir dali, as relações que julgasse necessárias para compreensão do objeto de estudo. Algumas restrições, entretanto, me foram impostas, no que tangia à participação em reuniões de conteúdos restritos aos colaboradores da instituição.

Realizei 08 (oito) visitas à Secretaria, em novembro de 2013, quando pude acessar documentos, conhecer seu quadro de colaboradores, os projetos ali desenvolvidos, as dinâmicas e as relações estabelecidas entre as áreas. Após esse período, foram selecionados os sujeitos que seriam entrevistados. Como critério de seleção, estabeleci a indicação de um analista de cada programa ou área estruturadora da SMEL, visando dar visibilidade às diferentes realidades vivenciadas por cada um. Com isso, fizeram parte da pesquisa de campo 08 (oito) analistas de políticas públicas de esporte e lazer.

Neste ponto, destaco que a seleção dos sujeitos se deu em conjunto com a gestora designada SMEL, o que se caracterizou por 2 (duas) interpretações distintas de minha parte. Primeiramente, porque ter o auxílio de um profissional do órgão pesquisado, no desenvolvimento da pesquisa, foi importante para me aproximar dos sujeitos e facilitar meu acesso às informações relevantes à pesquisa. Por outro lado, a indicação dos analistas a serem entrevistados pode influenciar o aprofundamento das análises, por evitar que determinados pontos de vista sejam deixados, intencionalmente, de fora.

Após o desenvolvimento da fase exploratória da pesquisa, porém, pude perceber visões e posicionamentos críticos que me levam a concluir que a indicação dos sujeitos não prejudicou o conteúdo das informações. Por essa razão, acredito que os elementos que emergiram da coleta dos dados foram significativos na tentativa de responder aos questionamentos a que me propus.

Assim sendo, entrevistei um analista de cada um dos(as) seguintes programas / áreas: Programa Caminhar, Programa Esporte Esperança, Programa Superar, Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC), Programa Vida Ativa, Centro de Memória do Esporte e Lazer (CBEL), Gerência de Eventos e Gerência de Esportes de Alto Rendimento.

Além disso, optei por entrevistar um gestor – não entendido como profissional de carreira – no intuito de trazer para o contexto de análise um outro olhar acerca das políticas públicas de esporte e lazer. Destaco que as ações isoladas desenvolvidas pela SMEL – como Ruas de Lazer, Festivais Esportivos, Convênios e Construção de Equipamentos – não foram contempladas, por não se concretizarem como programas ou projetos implementados.

Sobre a realização de entrevistas, saliento que, segundo Szymanski (2010), adotar entrevista, como instrumento de coleta de dados em pesquisas qualitativas tem sido solução para o estudo de significados subjetivos e de temas complexos demais para serem investigados por instrumentos fechados. Considera-se, assim, a entrevista como um encontro interpessoal, no qual se inclui a subjetividade dos envolvidos, podendo constituir-se em momento de construção de um “novo conhecimento” dentro dos limites da representatividade da fala e na

busca de uma horizontalidade nas relações de poder em que se delineou a proposta de entrevista chamada reflexiva.

Os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e previamente consultados sobre a disponibilidade para a sua realização. Após confirmação das entrevistas, agendei os encontros, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” – TCLE (APÊNDICE A). Os sujeitos da pesquisa foram informados de que os dados coletados seriam utilizados somente para fins desta investigação e que as entrevistas seriam gravadas em um gravador digital e, posteriormente, seriam transcritas, preservando-se as identidades dos entrevistados. Os dados serão guardados, pelo período de 5 (cinco) anos, no Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLÉ) da UFMG.

A análise dos dados coletados nas entrevistas se deu por intermédio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que envolve um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens.

Assim, essa fase me permitiu a ordenação dos dados, organizando-os em padrões, categorias e unidades básicas descritivas. Sua interpretação envolveu a atribuição de significado à análise, explicando os padrões encontrados e procurando estabelecer relacionamentos entre as dimensões descritivas.

Nesse sentido, minha intenção foi permitir aos sujeitos entrevistados apresentar suas experiências, conhecimentos e entendimentos a partir de sua atuação junto às políticas públicas de esporte e lazer. Dessa forma, os profissionais tiveram a possibilidade de se expressar livremente acerca dos temas propostos, o que se legitimou após realização de um pré-teste com um analista de políticas públicas que não fazia parte do universo de amostragem da pesquisa.

Os questionamentos levantados relacionavam esporte, lazer, políticas públicas, formação e atualização profissional – mais especificamente: a formação profissional dos sujeitos; os grupos que influenciaram ou influenciam sua trajetória de vida; sua formação continuada; as perspectivas de esporte e lazer; as dificuldades observadas no dia a dia profissional; os conhecimentos tidos como necessários para a sua atuação; quais desses conhecimentos estão presentes no dia a dia e de quais se sente falta de aprofundamento; e a atuação profissional em si, relacionada com o programa ou área de responsabilidade de cada sujeito entrevistado. Dessa maneira, foi aplicado um roteiro de entrevistas (APÊNDICE D) com

17 (dezessete) questões norteadoras e outras que surgiram como complementares à ampliação dos entendimentos relacionados ao tema da pesquisa.

Assim sendo, a estrutura da dissertação foi sistematizada em 5 (cinco) capítulos, iniciando-se pela introdução. Nela, apresento minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, uma aproximação junto à problemática desta investigação, seus objetivos, sua justificativa como alvo de investigações científicas e, por fim, o caminho metodológico da pesquisa.

O segundo capítulo, por seu turno, aborda os conceitos e perspectivas de análise acerca da política, das políticas públicas, políticas sociais e agenda governamental, apresentando diálogos no que tange à sua aproximação junto ao esporte e ao lazer e, conseqüentemente, estabelecendo um pano de fundo às discussões enfiadas no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, abordo os conceitos, os conhecimentos e as discussões relacionadas à formação demandada para atuação profissional com políticas públicas de esporte e lazer. Meu objetivo não foi desenvolver um estado da arte acerca do tema em questão, mas posicionar o leitor de acordo com os entendimentos assumidos pela pesquisa. Para isso, abordo os saberes e as competências inerentes aos profissionais atuantes na área. De forma complementar, contextualizo as políticas públicas de esporte e lazer como campo de intervenção profissional interdisciplinar, com exemplos vividos no Brasil.

No capítulo seguinte, o quarto, apresento minhas reflexões e análises desenvolvidas a partir da pesquisa de campo, trazendo para o contexto o olhar dos profissionais que atuam nas políticas públicas de esporte e lazer. Para tal, trago, como eixos de análise, as seguintes categorias: Sujeitos da pesquisa; Atuação profissional (Saberes e Competências). As categorias de análise propostas foram estabelecidas para se atribuir coesão ao objetivo da pesquisa, constituindo-se como resultado de esforço contínuo para estabelecer diálogos entre meu levantamento empírico e a produção acadêmica no campo da formação profissional e das políticas públicas de esporte e lazer.

O quinto e último capítulo, por sua vez, refere-se às minhas considerações finais relacionadas ao estudo realizado.

1 ENTRE ESPORTE E LAZER: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL SOBRE POLÍTICA

No campo do esporte e do lazer, as trajetórias de pesquisadores, profissionais e estudantes, têm buscado a superação do fazer pelo fazer e das práticas utilitaristas presentes há vários anos. Como afirma Gomes (2013), o lazer, especificamente, sofreu expressivas mudanças na produção e reprodução de seus sentidos, significados, conceituações e abordagens e se constitui, atualmente, como área multidisciplinar. Desse modo, o lazer caminha para sua edificação como artefato cultural; ou seja: uma prática social contextualizada que tem características próprias, diversas possibilidades e novas formas de os sujeitos se encontrarem no mundo – apesar das incertezas que ainda permeiam o campo de estudo.

O esporte, assim como o lazer, apresenta-se como fenômeno que compõe a sociedade moderna e, como tal, desenvolve-se de acordo com o contexto em que está inserido. Abordá-lo, portanto, sob uma perspectiva de relação com a política pode auxiliar na compreensão dos processos sociais e econômicos que o envolvem.

Historicamente a relação entre esporte e lazer se estreitou e as ações destinadas ao seu desenvolvimento tendem a convergir para um ponto comum e, conseqüentemente, afastá-los ou 23nxerga-los isoladamente pode implicar perda substancial de conteúdo.

Tratam-se, portanto, de campos de intervenção ainda em construção, com linhas de pensamento que os abordam sobre diferentes perspectivas, situando-os no mundo e estabelecendo relações com as áreas do conhecimento envolvidas em seu trato. Com isso, o esforço a seguir intencionou aproximar política e políticas públicas do esporte e do lazer.

Nesse sentido, investiguei teorias sociais para contextualizar política e políticas públicas no Brasil. Em seguida, procurei apresentar a inserção do esporte e do lazer na agenda governamental, estabelecendo relações com suas possibilidades de atuação e mudanças no cotidiano das pessoas, por meio do *status* de direito social garantido constitucionalmente.

Inicialmente, concentrei esforços para estabelecer um posicionamento referente aos conceitos e às ideias sobre política, políticas públicas e poder político. Em um segundo momento, tentei estabelecer ligações diretas desses temas com a área de concentração da pesquisa, aproximando-os e contextualizando-os com a realidade vivida pelo esporte e pelo lazer. Por fim, proponho aprofundar nos processos de gestão envolvidos nas políticas públicas, por entender que esse caminho estabelece um pano de fundo para as discussões acerca da atuação profissional na área.

1.1 Política e Políticas Públicas

Política significa tudo o que se refere à cidade e, por conseguinte, está relacionada ao que é civil, público e social. Definir esse termo, porém, apenas com alusões sobre seu significado pontual nos levaria a distanciá-lo da atual conjuntura, na qual o termo referencial é a *polis*; ou seja: o Estado. Sendo assim, Bobbio *et al.* (1995) apontam uma série de ações atribuídas ao Estado, na esfera da política, que o situam como sujeito ou objeto delas, de acordo com o propósito de cada uma.

Quando o Estado determina atos como ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de determinado grupo social, exerce domínio exclusivo sobre um território ou legisla por meio de normas válidas, pode-se dizer que ele atua como sujeito de suas próprias ações.

Com isso, no que tange às finalidades da política, pode-se dizer que, se o poder político, em virtude do monopólio da força, constitui o poder supremo em um determinado grupo social, os fins que se pretende alcançar pela ação dos políticos são aqueles considerados prioritários para o grupo ou pela classe nele dominante. Os fins da Política, portanto, são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe. Esse processo aponta para um aspecto que auxilia no entendimento do atual momento político vivido no Brasil, uma vez que assume a premissa de que, se algo não interessa ao grupo dominante, não será levado à agenda, mesmo que seus representados assim demandem.

A questão da finalidade da política e de sua representatividade nos remete à sua dimensão pública, porque a política é uma atividade que envolve a natureza pública e simbólica do poder e, quando bem exercida, relaciona-se à disputa de ideias, de projetos e de concepções no espaço público, à vista de todos (VAZ, 2001). Nessa perspectiva, existe uma identificação da política com o sentido de público, com o mundo comum, compartilhado (SUASSUNA e ALMEIDA, 2005). Isso quer dizer que seus objetivos não devem obedecer apenas a interesses privados, de pequenos grupos ou à manutenção do poder, e, sim, às questões sociais de interesse público e orientadas por princípios de igualdade e justiça.

Diretamente associado à política e assegurando a sua legitimidade em intervir na sociedade está o poder político. Caracteriza-se pela exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam em determinado contexto, onde não há grupo social organizado que tenha podido, até hoje, consentir a desmonopolização do poder coativo, que significaria o fim do Estado. É fundamental, no entanto, compreender que o poder, como fenômeno social, envolve uma relação triádica entre os homens:

Para definir um certo Poder, não basta especificar a pessoa ou o grupo que o detém e a pessoa ou o grupo que a ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade à qual o Poder se refere ou a esfera do Poder. A mesma pessoa ou o mesmo grupo pode ser submetido a vários tipos de Poder relacionados com diversos campos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1995, p. 934).

As noções de espaço público e de esferas de poder podem contribuir para compreensão das tensões que se manifestam nas relações Estado-Sociedade. Uma delas diz respeito à necessidade da concentração do poder político, traduzida em transferência parcial ou extensiva do Poder Legislativo para o Executivo, reforçando, consideravelmente, o aparelho governamental. Quando isso ocorre, o referido poder sofre uma personalização, e o sistema político é legitimado pela personalidade daquele que o chefia, abrindo discussão em relação a essa necessidade de concentração do poder, que não será atingida apenas na sua personalização em um Chefe de Estado (LASSALE, 1971).

Outro aspecto está relacionado à função redistributiva do Estado, à sua capacidade de prover todos os bens e serviços necessários para o bem-estar da população e as dinâmicas de participação da sociedade civil. Como não pretendo me aprofundar quanto aos diferentes significados dos conceitos de Estado e Sociedade Civil, destaco apenas a sua natureza polissêmica, que está intimamente relacionada aos projetos políticos¹ que a sustentam.

O debate sobre política e as relações Estado e Sociedade remetem, assim, aos meios de se garantir os objetivos e interesses daqueles que exercem o poder. Rúa (1998) afirma que é necessária a utilização dos *outputs* resultantes das atividades políticas, que são as chamadas políticas públicas. Segundo essa autora, as políticas públicas compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores que, geralmente, envolve mais do que uma decisão política, requerendo diversas ações estrategicamente selecionadas para se implementar as decisões tomadas. Isso significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

A expressão “política pública” pode ser entendida como um curso de ação baseado na seleção de meios orientados para a realização de certos fins, adotada por autoridades ou agentes públicos. Relaciona-se, portanto, com a dimensão instrumental dos processos de

¹ Entendo a expressão “projetos políticos” como definida por Dagnino (2004); ou seja: “os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (p. 144). Para essa autora, a noção de projetos políticos “pode contribuir para superar essa visão homogeneizadora tanto do Estado quanto da sociedade civil e o reconhecimento da sua diversidade interna, como base para repensar as suas relações” (p. 144).

tomada de decisão em que estão envolvidos os ocupantes dos cargos públicos. A implementação das diferentes políticas públicas envolve alguma definição prévia acerca dos meios necessários ao alcance de determinados objetivos (ZAULI, 2003).

As políticas públicas ocorrem em ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia (RUA, 2012). Elas influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam as relações entre Estado e sociedade. Por isso, não se definem as finalidades das políticas senão como o atendimento dos interesses da coletividade: um processo decisório complexo e de difícil racionalização. Tais políticas podem ser constituídas para distribuir, redistribuir ou regular recursos e inspiram constante debate sobre a modernização do Estado (AMABILE, 2012).

Desse modo, é preciso compreender como se materializam as ações governamentais e, para isso, Lopes (2012) utiliza a ideia de *policy cycle*, que se caracteriza pelo caminho percorrido pelo Estado para administrar suas ações nas políticas públicas envolvendo suas estruturas institucionais. É um processo dinâmico, que compreende, basicamente, os estágios de definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação e seleção de opções, implementação e avaliação. Trata-se de um ciclo direcionado por um processo político de constantes mudanças, devido ao jogo político que engloba a disputa de interesses dos atores políticos: “o jogo político adotado na abordagem do *policy cycle* busca contemplar o consenso pelas formas de barganha e/ou persuasão na disputa pela definição de um problema, bem como pelos enfrentamentos da política propriamente dita” (p. 30).

Para avançar nas discussões propostas por Lopes (2012), é preciso compreender todas as fases envolvidas no ciclo das políticas públicas. Diante disso, o processo decisório envolve escolhas estratégicas que irão culminar em futuros projetos e programas de governo; ou seja: a concretização das políticas públicas. Nesse sentido, destaco que as etapas principais das políticas públicas são sua formulação, execução, monitoramento e avaliação. Essas etapas possibilitam uma visualização integral das ações propostas, da sua concepção à sua efetividade em relação ao fim que se propõe.

O processo de formulação de uma política envolve a identificação dos atores e dos interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, sua regulamentação como política pública. Assim, percebo a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas

argumentações, no sentido de se regulamentarem direitos sociais e de se formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades dos envolvidos (CUNHA e SILVA, 2002).

A execução, por sua vez, trata da materialização das ações que norteiam a política anteriormente planejada. Com isso, seu alinhamento com os conceitos, objetivos e metas traçados deve ser tratado como prioritário para se alcançar o sucesso. Em continuidade à execução das políticas, a fase de monitoramento consiste em um ciclo constante de acompanhamento das ações propostas, estabelecendo interface direta com os componentes conceituais inicialmente propostos.

Já a avaliação das políticas públicas consiste na adoção de métodos e técnicas que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa, política ou projeto governamental e um resultado. Esse processo envolve 3 (três) aspectos principais: (1) emissão de um juízo de valor sobre os resultados de projetos e ações a partir da formulação de parâmetros que servirão de referencial e, em geral, parte de uma concepção de justiça explícita ou implícita; (2) identificação de mudanças decorrentes da intervenção governamental que possam ser atribuídas às políticas; e (3) identificação do grau em que foram alcançados os resultados previstos no planejamento (MENICUCCI, 2008).

Cabe, aqui, distinguir, políticas públicas de políticas sociais. As políticas públicas são tratadas como o Estado implementando um projeto de governo, por meio de programas e/ou ações voltadas para setores específicos da sociedade. Já as políticas sociais são tidas como ações determinantes do padrão de proteção social, também implementadas pelo Estado, mas voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001). Segundo Zauli (2003),

Política social é toda a política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. A vantagem desta definição reside na revelação que faz do caráter metapolítico da política social. A política social não é uma política entre outras, dotada de um atributo que a diferencia das demais, mas da mesma ordem lógica. Ela é, em realidade, uma política de ordem superior, metapolítica, que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas – o que equivale dizer o ordenamento de escolhas trágicas (p. 28).

Lopes (2009) afirma que as políticas sociais constituem conquistas políticas e sociais que indicam a possibilidade de representação dos interesses das classes trabalhadores. Dessa maneira, os direitos sociais são direitos humanos, assim constituídos, segundo Telles (1999, p. 173): “direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito a previdência social, direito a renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer, e o direito à educação”.

O surgimento de novos atores e demandas no cenário político faz emergir a noção de Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como *Welfare State*. Por existirem diferentes formas de concepção dos termos, Lopes (2009) apresenta 3 (três) elementos comuns que compõem uma delimitação conceitual de Estado Social:

Num primeiro momento é consensual a existência de ação estatal na organização e implementação de políticas sociais. Já no segundo momento, concebe-se a existência de uma relação entre Estado e mercado onde o primeiro tende a alterar o livre movimento assim como os resultados adversos produzidos pelo segundo. Por fim, localiza-se a noção da substituição temporária ou permanente de renda ou mesmo a manutenção da mesma tomando como referência um patamar mínimo considerado necessário para a satisfação das necessidades básicas do indivíduo (p. 36).

Como aponta Lopes (2012), o Estado de Bem-Estar Social é uma forma particular de regulação social que envolve relações entre Estado e mercado, capaz de prover as políticas sociais tidas como estratégias governamentais para intervenção nas relações sociais por meio da alocação e da distribuição de recursos.

Entendo que se trata, portanto, de um pacto social envolvendo empresas, sociedade civil e o poder público, visando à melhoria da qualidade de vida de indivíduos e famílias, o que pode contribuir para aumentar a coesão social. Tal pacto, segundo Dal Pai (2007), constitui o compromisso contínuo com o comportamento ético que estimula formas de desenvolvimento econômico, social e ambiental, e isso interessa a todos os *stakeholders*² envolvidos no jogo político.

Nessa perspectiva, outro ponto a destacar diz respeito à “crise do Estado Brasileiro” e suas relações com o desenvolvimento. Para Cunha e Silva (2002), existem 3 (três) fatores preponderantes no modelo de gestão pública no Brasil: a crise fiscal; a crise no modo de intervenção; e a crise da forma burocrática de administrar. Essa abordagem trata as crises sob um prisma administrativo, no qual sua resolução passa pela redistribuição de funções, definições de papéis e atribuição de competências.

Com isso, é preciso reconhecer os problemas relacionados à gestão pública no Brasil, buscando-se novas formas organizacionais para administrá-la e potencializar seus

² O termo *stakeholder* foi cunhado para designar todos os atores, sejam eles pessoas, empresas ou instituições, que, de alguma forma, influenciam e são influenciados(as) pelas ações de uma organização. De acordo com Carmona *et al.* (2013), as organizações são caracterizadas por suas relações com diferentes grupos e indivíduos, qualificados como *stakeholders*. Possuem interesses legítimos em sua atividade, uma vez que podem afetar seu desempenho ou podem ter sua vida afetada por ele. No setor público, assim como no privado, os *stakeholders* correspondem aos seguintes atores: cidadãos, governo, mídia, sociedade civil organizada, empregados, servidores públicos, grupos de interesses especiais, fornecedores, organizações comunitárias locais; enfim, todos aqueles que influenciam ou são influenciados pela atividade da organização ou instituição – e seus agentes.

resultados e seu alcance. O desenvolvimento de parcerias com outros atores sociais pode ser uma saída para a solução desse problema, mas é preciso ter em mente que as formas de cooperação entre Estado, Terceiro Setor e Iniciativa Privada não se garantem, por si só, como processos bem sucedidos e isentos de responsabilidade com aquilo que é público.

Tendo isso em vista, Montaña (2002) aborda a crise administrativa vivida no Brasil, caracterizada como um recorte da crise do Estado Brasileiro. O autor centra sua análise na atuação das entidades do Terceiro Setor que, depositárias de direitos que cabem ao Estado suprir, acabam por se afastar desta responsabilidade. Nesse sentido, constituem-se em um mal para a sociedade civil, na medida em que sua atuação tem caráter assistencialista.

Costa *et al.* (2012) apresentam diferentes perspectivas de análise da atuação desses novos atores sociais, acrescentando que a “descoberta” e a popularização do Terceiro Setor podem servir de justificativa ideológica para o desmonte e a desresponsabilização do Estado no trato das questões sociais. Esses pesquisadores afirmam que esse fenômeno emerge como um conjunto de sujeitos e instituições voltados(as) ao desenvolvimento de questões de interesse social, mas sem uma agenda definida ou, mesmo, interesses e objetivos claros. Com isso, o Terceiro Setor atua onde a efetividade do Estado e do Mercado é menor.

Tais argumentos são importantes para se desmistificar a ideia de que a descentralização, quando adotada, soluciona os problemas gerenciais do setor público. Não se pode negar que a atuação de outros atores – não somente os públicos – pode implicar problemas como desvio de verba, dos interesses sociais, entre outras práticas ilícitas ou imorais que reduzem o poder de ação das políticas. Com isso, volto a enfatizar que a participação do Estado no direcionamento, na regulação, na execução e na avaliação das políticas é indispensável. Afinal, os representantes eleitos necessitam de condições para colocar em prática suas propostas de governo. Desse modo, as ações governamentais são uma resposta e um compromisso do Estado em relação às demandas sociais nas diferentes áreas, o que entrelaça sociedade civil e Estado.

No caso brasileiro, o processo de construção democrática enfrenta, atualmente, um dilema que tem suas raízes na confluência entre 2 (dois) projetos políticos distintos, que vão responder, diferenciadamente, as questões apontadas acima. Como salienta Dagnino (2002), temos, de um lado, “um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões das políticas públicas” (p. 142) e, de outro lado, a “emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu

papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil” (DAGNINO, 2002, p. 142).

Esse último pode ser tido como uma das possibilidades para o enfrentamento dos problemas gerenciais enfrentados pelas políticas públicas no Brasil. De acordo com a perspectiva gerencial – frequentemente abordada por Bresser Pereira (1995) e que operacionaliza o ideário do projeto político neoliberal – o Estado deve fomentar e subsidiar ações direcionadas ao desenvolvimento social e econômico dos cidadãos que sustentem o desenvolvimento do País. Uma das formas de realizar esse objetivo é mediante parceria entre o Estado e empresas privadas, por exemplo (SALOMÃO FILHO, 2003). Sob esse viés, o Estado reconheceria sua dificuldade para prover, exclusivamente, todos os bens e serviços voltados à garantia dos direitos sociais, passando a atuar de forma conjunta com outros atores que, em tese, têm maior *expertise* no trato de questões específicas como o esporte e o lazer, por exemplo.

Com isso, ao pensar a atuação do Estado junto à sociedade, acredito ser importante refletir sobre algumas questões que vão além dos elementos ligados, especificamente, aos projetos de esporte e lazer. Como esses projetos irão apresentar diferentes perspectivas de intervenção nas políticas públicas, pergunto-me: teria o Estado Brasileiro condições de prover todos os bens e serviços demandados pela população? Como os atores políticos, públicos, privados e do terceiro setor podem se engajar para estabelecer arenas comuns de ação? Qual a efetividade do modelo representativo que vivemos?

Considerando essas questões e a realidade em que vivemos, é preciso estabelecer uma nova tratativa quanto ao que temos como público. Os interesses pessoais e políticos colocados em primeiro plano devem ceder lugar a aquilo que demandam os cidadãos, que devem ser pensados como eixo central das discussões. Tendo, portanto, em vista o cenário político atual, é preciso reunir todos os atores engajados no jogo social e estabelecer um novo fluxo de integração que objetive, prioritariamente, o bem-estar social.

Sob essa perspectiva de análise, a cooperação entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada pode promover aumento de eficiência nas ações governamentais e, segundo Abrucio (2007), as parcerias público-privadas, por exemplo, além de reduzirem gastos governamentais, poderiam otimizar recursos à disposição do Estado e dos cidadãos. Conforme Cesar (2008), na tentativa de superar, em tese, o enfoque minimalista dos ajustes estruturais macroeconômicos, a reforma do Estado parte do pressuposto de que, em várias áreas, incluída a social, o Estado poderia ser mais eficiente, se utilizasse estratégias gerenciais e estabelecesse parcerias com organizações não-governamentais para executar os serviços por ele apoiados. No campo dos serviços considerados não-exclusivos do Estado, portanto, muitas

atividades passaram a ser exercidas por organizações sociais, entidades de direito privado e de caráter público não-estatal. Cabe, então, ao Estado prover os recursos básicos para o seu funcionamento, incentivando, porém, a captação de recursos no mercado, para gerar condições de auto sustentabilidade para os diferentes serviços que deve prestar aos cidadãos.

Cria-se um clima favorável à atuação de outros agentes³, como empresários e ONGs em ações fomentadas pelo governo, destinadas a prover bens e serviços públicos. A ideia subjacente a isso é a de que a desburocratização e a descentralização das ações governamentais podem criar um ambiente propício para o diálogo entre os entes envolvidos no jogo político, do qual resulta um conjunto de programas e projetos que poderia beneficiar a sociedade. Um exemplo desse tipo de parceria são as concessões de rodovias públicas a agentes privados. Observo que as estradas e rodovias sob responsabilidade do poder público estão em condições precárias de uso e não recebem investimentos necessários para melhoria desse quadro. Em contrapartida, aquelas administradas pelo setor privado apresentam condições mais seguras para os cidadãos que por elas transitam.

Críticas a esse modelo são constantes, como as destinadas ao pagamento de pedágios. Esses aspectos podem demonstrar a dificuldade do poder público quanto a prover os bens e serviços demandados pelos cidadãos. Outros exemplos podem ser dados, como: a saúde pública, o transporte coletivo, o esporte e o lazer. Não estou assumindo, aqui, a premissa de que todos os equipamentos privados se encontram em condições adequadas de uso, mas, em geral, quando comparados às instalações públicas é isso que se observa.

Outras críticas podem surgir, alegando que nos clubes privados as pessoas investem determinado valor para manutenção do espaço, mas o cidadão também não investe recursos em forma de impostos? Não seria a mesma lógica? Essa é uma provocação influenciada por inúmeros fatores, mas, de certa forma, os governos fazem escolhas estratégicas incoerentes ou não aplicam, de forma eficiente, o dinheiro público.

Montaño (2002), entretanto, chama atenção para possíveis ciladas que podem surgir do pensamento que considera a entrada de outros agentes (entre eles, Organizações Não-Governamentais – ONGs e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP), como a salvação das políticas públicas e o resgate da sociedade civil organizada. O autor traz a

³ Para Dagnino (2004), esse “clima favorável” é marcado por uma “confluência perversa” entre os dois projetos políticos descritos anteriormente. Para o autor “a perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (p. 152). Com isso, Dagnino (2004) nos diz que a atuação exclusiva do Estado para a garantia dos direitos sociais e a realização de PPPs se constitui em processos diferentes – mas seu sucesso passa por uma condição semelhante: uma sociedade civil ativa. A meu ver, essa pesquisadora observa que a ausência dessa condição ajuda a explicar o insucesso das ações de ambos os modelos.

necessidade de uma reorganização do papel do Terceiro Setor⁴ que, atualmente, pode não garantir os direitos sociais, causando prejuízos em setores como Educação, Saúde, Emprego e Previdência Social.

Compartilho a preocupação do autor que gira em torno de que, futuramente, a atuação do Terceiro Setor e a conseqüente descentralização das ações públicas se concretizem como privatização dos direitos sociais no Brasil. Este pode sobrepor os interesses econômicos em detrimento dos interesses dos cidadãos.

Pergunto, porém: o desenvolvimento de políticas públicas se dá unicamente para a solução de problemas sociais ou para a criação de um cenário que possibilite representações das demandas sociais que estruturam as ações do Estado? A participação popular é fundamental para que as políticas sejam públicas, e não apenas a reprodução do modelo que vincula o acesso a serviços básicos como Educação, Saúde e Lazer, a interesses econômicos.

1.2 Esporte, Lazer e Agenda Política

A formulação da política pública e a formação da agenda exigem dos atores sociais a mobilização de um conjunto multifacetado de estratégias e o deslocamento de ferramentas teórico-metodológicas que, embasadas por ideias, colaboram para o processo decisório (SANTOS, 2013). Assim, a dinâmica das ideias faz parte do processo de formulação de políticas e de mudanças na agenda governamental. Destaco, entretanto, que as questões sociais ganham notoriedade na esfera da política pública a partir do momento em que os atores envolvidos, com os processos decisórios da agenda, descobrem a existência de ideias viáveis e percebem a importância dessas como problemas, soluções ou condições que se manifestam da realidade empírica.

A inserção de determinado tema na agenda política é, antes disso, alvo de debates e reflexões acerca de seu potencial político, econômico e social. Inegavelmente, os interesses

⁴Costa *et al.* (2012) destacam que o Terceiro Setor surgiu nos EUA, nos anos 1970, para designar um conjunto de instituições formais, privadas e sem fins lucrativos e cuja atuação se dá na esfera pública; porém, de forma independente do Estado. No âmbito latino-americano, a expressão “Terceiro Setor” designa, também, organizações e grupos informais, que desempenham importante papel na construção de ações de interesse público. Dias (2008) aponta a origem da utilização dessa expressão, no Brasil, no âmbito do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1996) e afirma que ele “congrega tanto instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços (saúde, educação, bem-estar social), quanto organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população (mulheres, negros, indígenas) e de proteção do meio ambiente; congrega ainda experiências de trabalho voluntário e de filantropia empresarial”. Segundo essa autora, a melhor terminologia seria “entidades públicas não-estatais” (DIAS, 2008, p. 103).

dos grupos dominantes prevalecem, na maior parte das vezes, mas é preciso ter representatividade e argumentos de cunho político, econômico e social para se estabelecer determinada demanda como pauta da ação governamental, mesmo que se fale em direitos sociais e constitucionais.

De acordo com Lopes (2012), o processo de formação de agenda envolve a identificação de um problema que será levado ao sistema político, para apreciação. Segundo a autora, a definição de agenda envolve escolhas que são constrangidas por relações de poder, normas e valores das instituições governamentais, o que possibilita inferir que a capacidade do sistema político é limitada, fazendo com que nem todas as demandas sejam atendidas ou até mesmo inseridas na agenda.

Considerando-se a existência de um jogo de poder que envolve escolhas políticas, torna-se necessário remeter demandas pontuais nas discussões acerca da formação da agenda, porque só assim haverá a possibilidade de se garantir os diversos interesses que permeiam o cenário político. Nesse sentido, os mecanismos participativos podem se estabelecer como importantes ferramentas para o entendimento das demandas prioritárias por parte da sociedade.

Lopes (2012) afirma que

as escolhas dos diferentes atores políticos remetem a disputa para garantir seus interesses no processo de formação de agenda pública. A inserção de mecanismos participativos, nesse sentido, não necessariamente irá consolidar os interesses populares, mas a ação das racionalidades locais pelo empoderamento dos sujeitos desses meios pode 33nxerga33-los na disputa (p. 33).

Refletindo sobre o esporte e o lazer no cenário político, observo que, em alguns momentos históricos, o esporte foi identificado como ferramenta política, elemento desmobilizador de massas, diferenciador social, ideário amador e, finalmente, como mercadoria. Assim, o esporte e o lazer podem refletir a relação das estruturas econômica, política e ideológica de uma sociedade, constituindo-se como objeto de estudo articulado com o contexto social (STAREPRAVO, 2006).

No Brasil, o lazer foi inserido como direito social no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), sendo fator de destaque no artigo 217, onde é evidenciado o papel do Estado no fomento às práticas de esporte e lazer. Destaco o comprometimento do Estado na destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento. O parágrafo 3º enfatiza, ainda, o papel do poder público para incentivar o lazer como forma de promoção social. A inclusão do esporte e do lazer como direitos sociais foram avanços na inserção dos temas na agenda política.

Atualmente, porém, é preciso ter um olhar mais aprofundado para superar a visão vinculada a perspectiva utilitarista, buscando-se superá-la e desenvolvê-la a um patamar que possibilite ao sujeito se posicionar no mundo, criticando-o, vivenciando e criando sua cultura.

Antes de avançar no trato do esporte e do lazer como direitos sociais, recorro a Lopes (2009) para uma provocação em relação à sua discussão contemporânea no Brasil. Para a autora, a utilização de expressões como “promoção de cidadania” e “inclusão social” tem sido utilizados para justificar as formas de atuação nos setores públicos e privados. O emprego dessas expressões, porém, expressa, implicitamente ou mesmo explicitamente, interesses e concepções de mundo que não necessariamente promoverão uma sociedade mais justa e igualitária.

Com isso, creio que pensar as políticas de esporte e lazer no Brasil deve passar pela superação do simples atendimento dos temas como direitos sociais. Seria necessário compreendê-los sob uma visão abrangente, que os levasse a ser entendidos e demandados pela sociedade, que deve ou, pelo menos, deveria conhecer suas diversas manifestações e possibilidades como artefatos culturais.

Menicucci (2008) destaca que as políticas públicas de Esporte e Lazer são iniciativas relativamente recentes e que, apesar de existirem ações que constituem uma política nacional de lazer, ainda não se pode assumi-las como algo explícito, articulado ou concretizado, o que ainda é realizado de modo frágil e desarticulado. Nesse sentido, o próprio conceito de lazer traz dificuldades para a definição do escopo de uma política voltada para a sua garantia, uma vez que ele tem sido definido de diferentes formas e associado a conteúdos diversos, ou seja, torna-se dependente das formas com que instituições e profissionais se apropriam de tais conceitos e os colocam em prática.

Essa abordagem aponta que a realização de discussões e estudos pode oferecer contribuições para o desenvolvimento de ações governamentais, dando visibilidade às propostas, à sua forma e às suas concepções. É oportuno ressaltar que as ações governamentais devem estar voltadas para as premissas normativas de toda política pública, destacando-se a necessidade de democratização do acesso a oportunidades de lazer e esporte, a inclusão social e a obrigação de o Estado garantir a possibilidade de acesso a bens e serviços não unicamente pela via do mercado.

Lopes (2012), entretanto, afirma que é relevante considerar as ações governamentais que, crivadas de questionamentos, tentam estabelecer uma nova forma de se pensar as políticas de esporte e lazer no Brasil. Segundo a autora, observa-se, a partir de 2004, um movimento nacional para se estabelecer uma Política Nacional do Esporte, criada a partir

da I Conferência Nacional do Esporte. Esse movimento consiste na orientação das ações ligadas ao esporte e ao lazer, destacando-se³ (três) linhas de atuação: o esporte de rendimento; o esporte educacional; e o esporte recreativo ou de lazer. Para Lopes (2009, p. 56), “se pensarmos no caráter hegemônico do alto rendimento podemos interpretar essa iniciativa como uma tentativa de reconhecer outras manifestações esportivas, necessárias para a democratização desse direito social”.

Embora o esporte e o lazer sejam direitos sociais, sua promoção, no Brasil, ainda apresenta limites quanto ao cumprimento de seu dever constitucional. O lazer tende a se restringir ou a se limitar às manifestações esportivas, uma vez que é citado apenas nos ditames que as envolve. Atualmente, o campo acadêmico propõe a superação dessa perspectiva, mas a esfera governamental ainda traz dificuldades para compreendê-lo e assumi-lo para além da visão funcionalista.

Por outro lado, o Ministério do Esporte (2007) considera que o desenvolvimento do esporte nas cidades brasileiras será alcançado, tanto tecnicamente quanto cientificamente, a partir de políticas públicas bem direcionadas. Uma referência para o Ministério é o Programa Esporte e Lazer da Cidade, considerado como uma política pública para o esporte recreativo e o lazer, que tem por objetivo atender às crescentes demandas da população; sobretudo, em situações de vulnerabilidade social e econômica, causadoras de injustiça e exclusão social.

O debate entre as formas de abordagem do Esporte e do Lazer no setor público traz à tona o papel dos gestores das políticas públicas. Stoppa *et al.* (2011) trazem a compreensão de gestão de políticas públicas como sendo o Estado desenvolvendo um projeto de governo direcionado a diferentes setores, tais como Educação, Saúde, Segurança, Habitação, Transporte, Esporte e Lazer. No que diz respeito, porém, aos 2 (dois) últimos, observo que suas iniciativas ainda são tímidas e necessitam de maiores investimentos, porque, quando comparados a outras áreas, apresentam-se, muitas vezes, como políticas de segundo plano ou ferramentas complementares.

No entender de Mascarenhas (2003), “a concepção de lazer dos gestores deve superar a visão funcionalista que colocam o lazer submisso às questões do descanso e entretenimento, tornando-o uma possibilidade concreta de atingir o status de direito social”(p.14). Nessa perspectiva, a definição de programas e ações voltadas para o lazer pressupõe a ideia de que esse é um direito social.

Marcellino (2001), porém, afirma que o lazer não é um oásis a que todos tenham acesso, ou seja, o mesmo é condicionado por inúmeras barreiras econômicas e sociais, o que justifica sua inserção na agenda de elaboração e implementação de políticas públicas. Como o

acesso quantitativo e, principalmente, qualitativo das pessoas ao lazer é condicionado às questões sociais, a ausência de políticas públicas poderia excluir boa parte da população brasileira do lazer, a menos que ela tenha condições de pagar pelas oportunidades oferecidas pelo cada vez mais rentável e sofisticado mercado do entretenimento.

Dessa forma, Marcelino (2001) destaca que os pilares de uma política de lazer seriam: respeito e incentivo às manifestações espontâneas da população; ação conjunta com grupos organizados; adoção de parcerias com a iniciativa privada; trabalhar na perspectiva de regiões metropolitanas-consórcios; e trabalhar com o Estado. Também se deve enxergá-la como um dos aspectos para a Educação de um povo, desde que compreendido como um dos canais de atuação no plano cultural.

Os pilares apontados por Marcelino (2001) também nos remetem à finalidade das políticas de Esporte e Lazer. Concordo com Azevedo e Vieira (2008), quando afirmam que:

políticas públicas para o esporte e o lazer devem ser pensadas visando ações cada vez mais articuladas com questões prioritárias da vida social. Para tal, essas políticas podem e devem se orientar pelo potencial do lazer, da necessidade de promoção ao seu acesso e da facilidade de relacioná-lo às demais esferas estatais como: saúde, educação, segurança, trabalho. Assim, pode-se pensar em duas maneiras de conceber o lazer enquanto objeto de políticas: o lazer entendido enquanto finalidade, como alvo final das ações e como objetivo secundário, utilizado como meio (AZEVEDO e VIEIRA, 2008, p. 151).

Para tanto, é necessário verificar as formas de atuação dos setores sociais envolvidos na concepção e implementação das políticas, para se identificar interações com outras políticas governamentais. Para que as políticas públicas de esporte e lazer sejam desenvolvidas, “é necessária a vontade estatal de intervir”, porque, apesar da existência de diversas políticas para a área, não se pode exigir que a administração pública que fomente um número definido de projetos vinculados ao esporte, devido ao fato de que a própria Constituição Federal (BRASIL, 1988) cita o esporte como direito individual, e não como direito obrigatório, como é o caso da Educação; ou seja: é função do Estado proporcionar meios para o desenvolvimento de práticas esportivas na sociedade; porém, o indivíduo se utiliza desses meios apenas de acordo com sua vontade (VAZ, 2001).

Esse contexto pode afastar os cidadãos das oportunidades de esporte e lazer, uma vez que outros temas são tidos como prioritários pelas pessoas, como Saúde, Educação, Segurança, entre outros. É preciso, portanto, que a sociedade civil se organize e reconheça o esporte e o lazer como direitos, demandando do poder público equipamentos e ações que o legitimem.

Justificar a inserção do esporte e do lazer nas políticas públicas envolve a adoção de perspectivas que podem levar as ações propostas para este ou aquele caminho. Almeida e Gutierrez (2004), por exemplo, afirmam que o esporte, por ter como possibilidade o lazer, tem seu caráter educativo e pedagógico, já que o jogo e o brincar são ações que propiciam o desenvolvimento pessoal e cognitivo e, dessa forma, tais práticas se inserem na escola, nas atividades com jovens de riscos, nas penitenciária se nas casas para crianças de rua, entre outros; ou seja: constituem importante ferramenta das políticas sociais. Assim, podem ser reconhecidas como um direito pelos grupos sociais que passam a enxergá-las como políticas públicas.

Acredito, porém, que essa visão é apenas uma das possibilidades do esporte e do lazer como alvo das ações governamentais voltadas para a sua garantia. É preciso considerar que ambos são fatores de desenvolvimento humano, uma vez que contribuem para a formação integral das pessoas e para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade. Não devem, portanto, ser vistos como instrumentos para solucionar ou desviar a atenção dos problemas sociais.

Essa abordagem tem proporcionado o surgimento de experiências positivas de políticas públicas de esporte e lazer, nos últimos anos, no Brasil. Stoppa *et al.* (2011) destacam as cidades de Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Diadema (SP), Santo André (SP), Belo Horizonte (MG), São José dos Campos (SP) e Belém (PA) como exemplos de modelos bem sucedidos. Segundo os autores, as administrações públicas desses municípios desenvolveram importantes ações que podem ser consideradas como exemplos em relação ao lazer – aqui visto como prioridade, aliado a outros temas considerados, na maioria das vezes, como mais sérios e que, por esse motivo, acabam por polarizar os esforços do poder público.

Outra dimensão observada na análise dessas experiências refere-se ao caráter compensatório recorrente nas políticas públicas de lazer, que guardam estreita relação com as tensões e contradições específicas do mundo do trabalho, tendo em vista que o esporte e o lazer são tidos como tempo de prevenção e cura do cansaço físico e mental decorrentes das ocupações profissionais ou como práticas disciplinadoras capazes de guiar as pessoas à lógica da sociedade de massas (LINHALES *et al.*, 2008).

Linhales *et al.* (2008) também identificam aspectos relevantes acerca dos perfis dos dirigentes responsáveis pela elaboração e implementação das ações propostas para efetivação do direito ao esporte e ao lazer. Destaca-se que a maior parte deles vincula estreitamente sua atuação profissional a um passado esportivo e sua chegada no cargo, geralmente, está ligada ao futebol de campo. Além disso, apontaram acordos políticos para distribuição de cargos públicos, diagnosticando-se processos vulneráveis a interesses eleitorais e pouco

comprometidos com escolhas orientadas por uma competência técnica relacionada à realização dos interesses públicos.

No que diz respeito às equipes profissionais que atuam nos programas de lazer, o estudo de Linhale *et al.* (2008) identificou que a principal polêmica gira em torno da formação profissional em Educação Física, percebendo-se claramente a ausência de padrões e normas para composição dos cargos. Os gestores entrevistados fizeram referência a profissionais de Educação Física, a profissionais provisionados⁵, a pedagogos, a ex-atletas e pessoas com vivência no esporte, deixando claro que a competência profissional para a realização das ações parece ser medida prioritariamente pela inserção no mundo esportivo.

Ao analisarem essas experiências e os estudos das políticas públicas relacionadas ao esporte e lazer no Brasil, Suassuna e Almeida (2005) indicam a importância da adoção de um planejamento que ocorra em função da intersetorialidade; ou seja: as políticas que contemplem diferentes setores, se diferenciando das políticas focais. Ressaltam ainda o caráter setorial do planejamento adotado pelo governo nacional no que diz respeito às políticas públicas para o lazer, que pode resultar em um conjunto de experiências não aprofundadas, devido ao caráter parcial assumido pela política. De qualquer forma, a premissa da intersetorialidade aparece reconhecida nos documentos institucionais.

De acordo com Melo *et al.* (2011), ao abordarem o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, transformá-lo efetivamente em política de Estado significa o aprofundamento dos vínculos institucionais de forma a estabelecer uma rede de intervenção desenvolvendo, primeiramente, ações de colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e os demais Ministérios, entre a União, os Estados e os Municípios e entre os entes governamentais, não-governamentais e a iniciativa privada. A aproximação dessas instituições poderá frutificar na consolidação de parcerias, permitindo a potencialização das iniciativas, evitando-se a fragmentação dos recursos e favorecendo-se a continuidade dos programas.

Cabe ainda destacar que para uma política pública alicerçada em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania, é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros. Esse aspecto deve ser

⁵ O termo “provisionado” tem origem no Direito e identifica uma autorização para exercício profissional. É utilizado para designar o profissional que teve concedida a provisão para exercer, como prático, uma profissão regulamentada. Todos os Conselhos Profissionais, por ocasião da regulamentação das respectivas profissões, tiveram que absorver os práticos que atuavam em suas áreas. Em outras palavras: a lei assegura o exercício da profissão aos que já a exerciam antes da nova legislação. No caso da Educação Física, a intervenção dos provisionados foi regulamentada pela Resolução nº 45/2002 do CONFEF (Conselho Federal de Educação Física). A normatização preconiza que o profissional deverá comprovar o exercício da profissão e indicar uma atividade principal, própria de Profissional de Educação Física, com a identificação explícita da modalidade e suas especificidades (CREF, 2003).

alicerçado na perspectiva da reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos para determinadas parcelas da população, ou viciada pelos valores da indústria cultural, em amplos setores (MARCELLINO *et al.*, 2007).

Desse modo, a atuação profissional no campo do lazer deve considerar sua especificidade concreta, ou seja, deverá levar em conta seu entendimento amplo em termos de conteúdo, as atitudes que o envolvem, os valores que propicia, a consideração de seus aspectos educativos, suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, além de suas barreiras socioculturais verificadas para seu efetivo exercício (MARCELLINO, 2005).

Finalizando esse debate, recorro ao argumento de Gutierrez (2001), que afirma que a melhoria da qualidade de vida da população depende de uma política pública bem articulada, na qual seus diferentes aspectos sejam tratados de forma a se auxiliem e se potencializem mutuamente, em efeito de sinergia cujo resultado final será maior do que a soma das partes.

Tratar de políticas públicas de Esporte e Lazer envolve as variáveis tratadas até aqui, que devem estar em foco. Com isso, pode-se enxergá-las isoladamente e, posteriormente, posicioná-las como parte de um todo que deve primar pelo reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais. Para que isso se concretize, é necessário contextualizá-los junto aos princípios de gestão, o que constituirá os esforços contemplados a seguir.

1.3 Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Primeiramente, destaco que minha opção por abordar os aspectos relacionados à gestão de políticas públicas de esporte e lazer se deu após a pesquisa de campo que realizei, porque, nela, pude identificar que os analistas responsáveis pelos projetos desenvolvidos pela SMEL atuam como líderes das ações a que estão intimamente ligados. Com isso, ao estabelecer um recorte específico a cada programa, acredito que esses profissionais atuam como gestores e, conseqüentemente, devem pautar sua intervenção sob princípios relacionados a essa temática.

Todas as falas aqui direcionadas aos gestores de políticas públicas, portanto, direcionam-se para os gestores formais (secretários, gerentes, supervisores e coordenadores), mas também para aqueles profissionais que atuam na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas específicos.

No que tange, especificamente, às gestões municipais no Brasil, Lopes (2012) destaca que o processo de democratização do País lhes garante maiores responsabilidades, ao trazer para a agenda pública novos problemas, como, por exemplo, o enfrentamento de

situações de vulnerabilidade. Com isso, a autora afirma que “a operacionalidade das políticas sociais deve atender tanto às dimensões dos aspectos de eficiência gerencial, quanto da perspectiva democrática para reconfigurar a capacidade de respostas dos governos aos problemas cada vez mais complexos” (p. 62).

Estudo realizado por Stoppa *et al.* (2011) destacou que a responsabilidade pelo planejamento, execução e avaliação da política é atribuída aos governos. Para que isso ocorra, existem diferentes atores, teóricos e representantes públicos que trabalham, em nome do governo, direcionando ideias e investimentos que garantam ações em favor da sociedade. É necessário, entretanto, aprofundar a análise referente à forma como esses atores são selecionados e constituídos como equipe de trabalho e, mais do que isso, aprofundar nos conceitos e conteúdos que norteiam a atuação desses profissionais.

Tendo em vista a perspectiva de que os analistas de políticas públicas atuam também como gestores dos programas de sua responsabilidade, é preciso ter em mente que sua seleção, formação e atuação devem estabelecer relações com elementos ligados à competência para administrar aquilo que é público.

No que tange às variáveis observadas nos processos de seleção, formação e atuação nas políticas de Esporte e Lazer, Linhales *et al.* (2008) identificaram algumas recorrências; entre elas: a vinculação entre o passado esportivo e a chegada dos gestores ao cargo; a ligação dos funcionários com o esporte de alto rendimento; a concentração dos equipamentos de esporte e lazer nas regiões centrais das cidades; o papel funcionalista atribuído ao esporte; a vinculação direta do lazer ao esporte; a visão predominante do lazer como instrumento compensatório; a promoção da inclusão social como objetivo; preocupação central no atendimento a crianças e adolescentes; e, por fim, a ênfase dada a atividades esportivas durante os eventos desenvolvidos, majoritariamente, de forma esporádica e com centralidade no futebol.

Pinto *et al.* (2011) desenvolveram um trabalho coletivo junto aos gestores de esporte e lazer que apontaram os principais fatores limitantes quanto ao acesso às suas oportunidades, que podem e devem ser encarados como desafios a serem enfrentados e superados. Dentre eles, destacam-se: a desinformação quanto ao entendimento do lazer e do direito de acesso a ele; as preferências da população; a complementaridade entre o esporte e o lazer; as possibilidades de lazer na cidade; infraestrutura de lazer insuficiente ou concentrada em alguns bairros; projetos concebidos sem se considerar as demandas do público-alvo; escassez de recursos; falta de segurança nos espaços disponíveis, transporte público inadequado, ausência de programas orientados para diferentes públicos; falta de hábitos da prática regular de atividades de lazer; descontinuidade de programas; ausência de trabalho

intersetorial; escassez e desmotivação dos profissionais; submissão às políticas locais configuradas por clientelismo e assistencialismo; falta de Educação para a vivência consciente do lazer; despreparo e desconhecimento de gestores locais; falta de formações cultural e acadêmica específicas para gestores públicos; e falta de autonomia no lazer de muitos cidadãos.

Os pontos destacados demonstram inúmeros fatores que podem interferir no dia a dia dos gestores e dos próprios programas e políticas; porém, boa parte das dificuldades apresentadas enfatiza a necessidade de se desenvolver ações em conjunto com outros setores, como Segurança, Transporte, Saúde e Educação, no intuito de se otimizar recursos e potencializar resultados.

Nesse aspecto, Pinto *et al.* (2011) citam iniciativas que poderiam ser tomadas pelos gestores com o objetivo de superar os desafios encontrados, destacando-se, entre elas: agir para a democratização das informações sobre o lazer; ampliar possibilidades de escolha do cidadão; difundir as políticas de esporte e lazer; informar a comunidade quanto ao acesso ao lazer; divulgar as mudanças das diretrizes da política nacional de esporte e lazer; valorizar os espaços públicos; fazer funcionar os equipamentos já existentes; construir novos equipamentos de esporte e lazer; e diversificar as atividades oferecidas.

Todas essas ações se traduzem em possibilidades de intervenção dos gestores das políticas públicas no sentido de se potencializar os resultados das ações quanto às quais se responsabilizam. Vale destacar, porém, que tanto as dificuldades encontradas no trato das ações de esporte e lazer como suas possibilidades de superação se traduzem em situações específicas. Não se trata, portanto, de assumir que os elementos abordados fazem parte da realidade de todas as administrações públicas. Trata-se de ocorrências inseridas em contextos diferentes – cabendo ao gestor diagnosticá-las e superá-las.

Isso posto, vale abordar outras ações apontadas por Linhales *et al.* (2008) como possibilidades de superação aos problemas enfrentados pelas políticas públicas de esporte e lazer. Segundo os autores, é preciso, também, voltar o olhar para questões como tornar o transporte público eficiente, democratizar roteiros e ônibus turísticos, trabalhar junto a igrejas, ONGs, OSCIPs e afins, no sentido de se superar o preconceito em relação ao lazer e à recreação; não impor o lazer; valorizar e incentivar a criação de grupos sociais de diversas naturezas (idosos, skatistas, cegos, jovens, etc.); universalizar o lazer, fazer valer a ação dos Conselhos Municipais; e ampliar incentivos fiscais por meio do estabelecimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs); estabelecer diálogo com as comunidades locais; empoderamento dos recursos do esporte e lazer nos encaminhamentos das políticas públicas; integrar as escolas e a comunidade escolar nas ações propostas; e, por fim, valorizar a ação transversal do esporte e

do lazer nas políticas sociais como instrumento de transformação e promoção do ser humano. Enfim: articular as políticas de esporte e lazer com as demais políticas de interesse público.

Considerando-se o papel atribuído ao gestor, não lhe é suficiente o domínio do conteúdo dos conceitos relacionados à área do esporte e do lazer. É preciso se associar à realidade e à geração de oportunidades de apropriação dos bens culturais, de experimentação das ofertas de esporte e lazer disponíveis e de seleção de atividades pela livre escolha das pessoas. Por isso,

para o gestor da área, o lazer precisa ser considerado como um fenômeno social que envolve para além da prática de atividades no tempo livre das pessoas. A efetivação de políticas de lazer precisa ser precedida de uma análise das possibilidades de implementação de programas e projetos em cada região e de um investimento na articulação com as comunidades, estimulando a organização e a participação dos diversos grupos. Ao gestor do lazer cabem responsabilidades específicas quanto ao gerenciamento de papéis importantes e complexos no processo de consolidação de uma gestão participativa e eficaz. Na prática, ele deve estimular ações que valorizem a participação de toda a população para a ocupação dos espaços e equipamentos de lazer, em consonância com atitudes de cooperação, participação e ludicidade (PINTO *et al.*, 2011, p. 40).

Assim, o gestor de políticas públicas de esporte e lazer deve se engajar em um processo estratégico que gira em torno da demonstração da relevância de suas propostas e, ao mesmo tempo, ser realista sobre o seu peso em relação a outras demandas de investimento público, voluntário ou privado. Há uma tendência de se esquecer que a profissão do lazer é relativamente nova e somente com o amadurecimento sua relevância total será vista e aceita em um mundo onde há crescente competição por recursos para investir em indivíduos, comunidades e países (CASEY, 2011).

Seja qual for a abordagem, a parceria entre todos os setores de provisão do esporte e do lazer, sejam eles escolas, clubes, poder público, entre outros— deve ser encarada como premissa básica para a superação da agenda. Casey (2011) destaca que o tema em questão é enorme, em dimensão, abrangência e potencial, sendo uma das áreas de interesse de maior crescimento no planeta. O problema, segundo ele, seria encontrar a forma ideal de moldá-lo. Existem bons exemplos da relevância do esporte e do lazer, em suas várias formas, para a vida de comunidades ao redor do mundo; entretanto, para que esses exemplos cresçam exponencialmente, é preciso superar o entendimento de que o investimento nessas áreas deve estar ligado ao desenvolvimento econômico. A provisão do lazer pode fazer diferença para a visão de uma cidade e seus habitantes; porém, é preciso ser realista sobre a escala da provisão e sobre suas implicações para a receita pública envolvida.

Esses estudos revelam que o esporte e o lazer, como áreas de interesse das políticas públicas, recebem tratamentos diferenciados pelas administrações públicas e têm diversos campos de conhecimento e atuação que merecem ser melhor explorados para que ações eficazes sejam propostas e, seus objetivos, alcançados. Refiro-me ao aprofundamento conceitual a que governos e administrações públicas devem desenvolver junto às questões relacionadas ao esporte e ao lazer, porque é preciso estabelecer uma nova perspectiva para essas áreas, não as marginalizando em detrimento de outras responsabilidades públicas tidas como prioritárias.

Embora vários fatores possam estar associados à ao tratamento diferenciado e pouco favorável reservados ao esporte e ao lazer, os interesses políticos envolvidos a partir do pressuposto que essas áreas são vulneráveis às barganhas e acomodações de interesses, facilitadas pela ausência de pressões e demandas da sociedade pelo direito ao esporte e ao lazer, merecem ser explorados, para que seja possível compreender tais fenômenos. Daí a importância de investigações acerca das diferenças econômicas, sociais, políticas e geográficas existentes entre os municípios, fazendo com que as estratégias de ação sejam diferenciadas, para alcançarem êxito. Nesse particular,

a comunidade de especialistas pode ocupar lugar privilegiado entre os vários nós que configuram as redes de políticas públicas, entendendo-se por isso a multiplicidade de atores envolvidos no processo de constituição de agendas e de alternativas para políticas públicas, ou na disputa pelo reconhecimento de uma questão como um assunto público. Englobando desde a restrita comunidade de especialistas até grupos de interesse, movimentos sociais, redes societárias temáticas, atores governamentais, etc., seus integrantes compartilham crenças normativas em um âmbito de políticas de interesse comum e por meio da cooperação buscam atingir seus objetivos. No caso, garantir o direito ao esporte e ao lazer (MENICUCCI, 2008, p.200).

Isto posto, fica evidente que 25 (vinte e cinco) anos constituem um período historicamente curto para o amadurecimento dos gestores brasileiros no sentido de atuarem na garantia a este direito. Nota-se, entretanto, movimentação de pesquisadores no intuito de levantarem informações que contribuam com o desenvolvimento dos corpos diretivos que gerenciam as políticas de esporte e lazer. Isso pode ser possível por intermédio de pesquisas e estudos que apontem caminhos que auxiliem os gestores a traçar estratégias eficazes e coerentes com aquilo que se pretende com as ações relacionadas ao esporte e ao lazer.

Em suma, as políticas públicas de Esporte e Lazer devem ser analisadas sob diferentes prismas, uma vez que envolvem uma série de discussões e fundamentações ainda em construção, mas que tem avançado nas 2 (duas) últimas décadas. Compreender sua especificidade junto aos conceitos de política e sua inserção nas políticas de governo é um caminho inicial. Esse caminho, porém, deve perpassar conceitos de gestão, demandas sociais e

formação de quadros que garantam sua efetividade como política. Este último tema refere-se ao recorte desta pesquisa e, conseqüentemente, será alvo de uma análise aprofundada no próximo capítulo.

2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

O processo de formação pode ser determinante para a qualidade das propostas a serem desenvolvidas nas políticas públicas. Além disso, constitui-se como ferramenta importante para que os profissionais sejam capazes de refletir sobre sua prática e, conseqüentemente, de elaborar programas e projetos que possam atender as demandas da sociedade.

Por isso, é necessário aprofundar as discussões a respeito da formação dos profissionais que atuam nas políticas de Esporte e Lazer, porque esse é um processo complexo e merecedor de cuidados. Com isso, analisar os saberes e as competências relacionadas à ação dos profissionais que atuam nas políticas poderá auxiliar na compreensão do perfil necessário para atuação em campo.

Os processos de formação são importantes ferramentas para a transferência de conhecimentos àqueles que ingressam no mercado de trabalho. Nesse aspecto, vale destacar a existência de processos formais, tais como: cursos de graduação, cursos técnicos e de pós-graduação. Essa formação, entretanto, não deve se restringir a essas experiências, mas ser compreendida como processo constante, que envolve diferentes possibilidades de apreensão do conhecimento.

Este capítulo objetiva, portanto, discutir os saberes e as competências relacionadas à formação demandada para atuação profissional nas políticas públicas de Esporte e Lazer. Para isso, são abordados alguns conceitos ligados a formação profissional, visando-se estabelecer um pano de fundo às questões diretamente ligadas ao objeto desta pesquisa. Por fim, contextualizarei as políticas públicas de esporte e lazer como campo de intervenção profissional interdisciplinar, com apresentação de experiências vivenciadas no Brasil.

2.1 Perfil e formação profissional

Ao se abordar, especificamente, o Esporte e o Lazer como elementos centrais das políticas públicas, cumpre destacar que essas são 2 (duas) áreas distintas, que envolvem conteúdos e abordagens com características que ora se aproximam, ora se distanciam. É comum, entretanto, serem tratados de forma conjunta ou complementar; sobretudo, no que tange às ações públicas orientadas em sua direção.

Esclarecer, porém, os conceitos que os envolvem torna-se um caminho relevante para dimensionar adequadamente suas interfaces e suas particularidades. Concordo com Munhoz (2008), quando afirma que o lazer é compreendido como dimensão da cultura e que se localiza, na maioria das vezes, em tempo isento de obrigações pessoais. Pode ser vivenciado por meio de indeterminadas experiências práticas ou contemplativas, que são escolhidas pelos sujeitos diante da busca pelo prazer – independentemente de qualquer tipo de recompensa.

Nesse sentido, o lazer está presente na vida das pessoas de acordo com suas próprias escolhas, que se materializam em experiências de dimensão cultural. Não se pode deixar de lado outras dimensões do cotidiano que com ele se relaciona, construindo-o ou limitando-o. Trata-se, então, de um fenômeno vinculado à ordem social que, por esse motivo, pode ser tido como agente transformador da cultura, não se limitando apenas a atividade ou instrumento de diversão e recuperação.

O esporte também é um elemento da cultura, podendo ser encarado como possibilidade do lazer – seja pela prática ou por sua apreciação. Entretanto, seus limites vão além dessa abordagem e devem ser pensados sob uma perspectiva abrangente. Alves e Pieranti (2007) afirmam que o esporte, no século XIX, era utilizado como a seleção dos melhores e dos mais capazes fisicamente. No século seguinte, houve modificações nessa forma de pensar, inserindo-se características como o associativismo, o *fair-play*, e a dicotomia amadorismo/profissionalismo.

Nota-se, portanto, que as concepções sobre esporte passaram por modificações e reflexões que ampliaram seu significado, disseminando práticas não-competitivas e possibilitando uma participação universal dos sujeitos – levando-o a ser pensado como direito, não apenas como um dom. Para Alves e Pieranti (2007), tornou-se possível, então, falar em esporte como fenômeno social, construído socialmente e que se torna imperativo à vida das pessoas – influenciando seus costumes e hábitos.

Tubino (2003) afirma que as práticas esportivas se manifestam de 3 (três) formas distintas: rendimento, participação e educacional. O primeiro está relacionado à alta performance esportiva, inserida em uma estrutura formal e institucionalizada; o segundo visa ao bem-estar e se direciona a todas as pessoas, sendo praticado de forma voluntária e com conexões com os movimentos da educação permanente e com a saúde. A manifestação educacional tem objetivos de formação, norteando-se por princípios socioeducativos voltados para a preparação de seus participantes para a cidadania e ao lazer.

Esse último aponta para o que chama de educação para o lazer; ou seja: para a formação de sujeitos que valorizem suas manifestações e possibilidades de transformação junto

à sociedade. Nesse ponto, vale destacar que o esporte de participação também se aproxima do lazer, em sua dimensão prática, por envolver a participação voluntária e ter características educativas. É preciso, porém, ter em mente que o lazer não se restringe às manifestações esportivas. Entretanto, alguns autores apontam que a divisão proposta por Tubino (2003) não dá conta das relações concretas do fenômeno esportivo na sociedade. Linhales (1996) destaca que a definição entre esporte de rendimento, de participação e educacional não se traduz em uma forma de garantir o esporte como direito de todos, uma vez que não apresenta mudanças sobre o sistema piramidal esportivo instituído no Brasil; ou seja: acaba por focar como fim o esporte de alta performance.

Outra questão que emerge dessa discussão se relaciona com as atividades físicas que, por sua vez, não se limitam às práticas esportivas. Tubino (2003) explica a cultura física pelas formas como as pessoas expressam a conduta motora – por meio das atividades físicas, que podem ser educativas, como a Educação Física, ou socioculturais, como o esporte.

Diante disso, o cenário que se apresenta evidencia as relações entre esporte, lazer e atividades físicas, como também aponta suas particularidades que, em certa medida, podem até distanciá-los. O profissional que atua nesse contexto deve compreender suas características e pensá-lo sob um viés crítico, capaz de extrair o maior número possível de possibilidades de intervenção no dia a dia.

Como afirma Manfredi (1998), qualificação, competência e formação profissional são termos e expressões que ocupam lugar de destaque nos discursos e documentos dos diferentes agentes e instituições sociais. Entendidos como conceitos modernos, muitas vezes empregados como equivalentes, esses elementos chamam a atenção por sua característica polissêmica que, naturalmente, demanda esclarecimentos para seu melhor entendimento.

Para Manfredi (1998), qualificação e competência têm matrizes diferentes. A noção de qualificação está associada a determinado repertório teórico, ao passo que a de competência se ancora nos conceitos de capacidade e habilidade. Com isso, entendo que qualificação se aproxima de um repertório teórico que ofereça as bases para a intervenção profissional dos sujeitos. A competência, por sua vez, está ligada ao saber fazer ou fazer com qualidade; ou seja: relaciona-se com a capacidade dos profissionais de aplicar os conhecimentos adquiridos em sua qualificação, no seu cotidiano, incorporando-os à sua prática. Tendo em vista a formação global de um profissional, portanto, acredito que ambos se complementam.

Qualificar um sujeito para o trabalho envolve a noção de prepará-los para exercer determinada função demandada pelo sistema socioeconômico. Em outras palavras: trata-se do

processo de formação para que as pessoas adquiram as habilidades, a educação e a experiência necessárias para o desenvolvimento econômico, social e político do País.

Nesse sentido, recorro a Manfredi (1998), para esclarecer que há valorização da Educação formal no discurso, mas isso se aplica apenas quando se trata de cargos mais altos na hierarquia profissional. Para a autora, o discurso dominante valoriza o conhecimento teórico sistematizado, mas, no cotidiano, o conhecimento obtido por meio da experiência – da prática do trabalho – é determinante para o desempenho do trabalhador.

Cunha e Silva (2002) vão ao encontro dessa perspectiva, defendendo uma abordagem centrada no “aprender fazendo”. Isto significa que a Educação não pode aceitar a imposição de opção entre a teoria e a técnica, entre o saber e o fazer. Segundo as autoras, a Educação para o Século XXI tem a obrigação de associar a técnica com a aplicação de conhecimentos teóricos.

Betti e Betti (1996) propõem uma formação profissional baseada na prática reflexiva, em que os alunos começam a praticar, juntamente com os que estão em idêntica situação, mesmo antes de compreenderem o que estão exatamente a fazer. Trazendo essa abordagem para a vida profissional, tratam-se de níveis de maturação que cada sujeito atinge a seu tempo e de acordo com suas experiências, erros e acertos. Na medida em que as respostas do dia a dia são assimiladas, os profissionais se tornam cada vez mais seguros e capazes de superar novos desafios.

Nesse sentido, a prática reflexiva surge como um modo possível dos profissionais interrogarem as suas práticas cotidianas, buscando aperfeiçoá-las. Para Oliveira e Serrazina (2002), isso ocorre devido à insatisfação sentida por muitos educadores com a sua formação profissional, conduzindo, assim, os movimentos de reflexão e desenvolvimento do pensamento sobre as práticas.

Essas ideias se baseiam nas perspectivas de John Dewey (pensamento reflexivo) e Donald Schon (prática reflexiva) que, para Dorigon e Romanowski (2008), marcam, hoje, a forma como a reflexão é vista e interpretada por aqueles que pensam a formação de profissionais. Dewey (1979) aponta que o pensamento reflexivo tem uma função instrumental, originando-se no confronto com situações problemáticas, tendo por finalidade prover ao profissional meios adequados de comportamento para enfrentá-las. Assim, para o autor, “a reflexão é o discernimento da relação entre o que tentamos fazer e o que acontece como consequência” (p. 165). Se não houver abertura intelectual, não é possível uma experiência significativa e, sendo assim, percebem-se ocorrências do tipo tentativa e erro.

Assim, é preciso que os profissionais estabeleçam conexões com suas experiências pregressas, para extrair delas ensinamentos que poderão contribuir para a solução de problemas laborais futuros. Para Schon (2007):

quando aprendemos a fazer algo, realizamos a tarefa sem pensar muito a respeito, somos aptos a nos impulsionar espontaneamente à realização das tarefas, nem sempre sendo dessa forma. Todas as experiências, sejam agradáveis ou não, contêm um elemento de surpresa, quando algo não está de acordo com nossas expectativas, podemos responder à ação colocando a situação de lado, ou podemos responder a ela por meio da reflexão, tendo esse processo duas formas: refletir sobre a ação, examinando retrospectivamente o que aconteceu e tentando descobrir como nossa ação pode ter contribuído para o resultado, ou refletir no meio da ação, sem interrompê-la, chamando esse processo de reflexão na ação. Nesse momento, o pensar pode dar nova forma ao que se está fazendo ainda quando se está fazendo (p. 32).

Essa é uma questão central para as discussões acerca da formação profissional em qualquer área. Qual seria a equação ideal entre teoria e prática para a construção de uma proposta de formação coerente com as demandas do mercado e da sociedade? Para além disso, como quantificar e qualificar os conteúdos e conhecimentos advindos dos processos formais e não-formais de Educação? Essas são questões provocativas, de difíceis respostas, mas que merecem um olhar atento para compreensão dos eixos norteadores deste trabalho. Esse é um aspecto importante para a compreensão dos fatores ligados à formação profissional, uma vez que analisar suas possibilidades e influências consiste em importante caminho para o entendimento da construção dos saberes necessários para atuação nas políticas públicas.

De acordo com Tardif *et al.* (2002), os saberes são provenientes dos mais variados contextos, sejam eles oriundos da sociedade, da instituição escolar, dos atores educacionais, das universidades, enfim, são construídos na própria esfera social. Com isso, é preciso valorizar os conhecimentos transmitidos de modo formal, mas, também, aqueles absorvidos do convívio em sociedade.

Assim, entendo o saber de acordo com França (2010), quando afirma que

o saber orienta a visão de mundo extraída de realidades concretas que descrevem os cenários políticos e socioeducativos das experiências formativas, curriculares, disciplinares, mas, sobretudo, culturais da experiência vivida pelo profissional, o que significa socializar pensamentos que distinguem e unem descobertas do lazer por meio de práticas livres, críticas, autocrativas, criadoras e culturais; significa propor ideias de cunho revolucionário nas quais os sujeitos, autores do seu *que fazer*, elaboram, sistematizam e recriam práticas nas mais diferentes formas (p. 107).

Para Leite (1996), os saberes se traduzem em 3 (três) eixos, sendo eles: saber fazer; saber ser; e saber agir. Segundo a autora, esses elementos compreendem uma gama de

competências que permeiam o desenho de um perfil ideal para atuação profissional. O saber fazer relaciona-se com as dimensões práticas e técnicas. Já o saber ser inclui traços de personalidade e caráter que ditam os comportamentos nas relações sociais de trabalho, como capacidade de iniciativa, comunicação, valores, produtividade, mudança e inovação. Por fim, o saber agir envolve a capacidade de intervenção ou decisão diante de eventos específicos, tais como trabalhar em grupo, solucionar problemas e propor ideias.

Com isso, os conceitos de saberes, competências e habilidades são congruentes e acabam por se complementar. Exemplo disso é a tipologia desenvolvida por Deluiz (1994) acerca dos 5 (cinco) grandes grupos que envolvem as competências para atuação profissional: competências básicas; competências organizacionais; competências comunicativas; competências sociais; e competências comportamentais. Analisando-as, observa-se que se aproximam intimamente dos 3 (três) tipos de saberes profissionais apontados por Leite (1996).

Abordando o conceito de competências, Arantes e Dias (2012) as entendem como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que se correlacionam e afetam a maior parte de uma tarefa, de um papel ou de uma responsabilidade relacionada ao desempenho de determinada função, e que podem ser aferidos. Com isso, é possível quantificá-las no sentido de apontar futuras ações de treinamento e desenvolvimento para aperfeiçoamento daquelas tidas como deficitárias ou com potencial de melhoria.

No que tange às habilidades, Manfredi (1998) aponta que essas se desenvolvem a partir de um processo contínuo e são tidas como derivadas das competências desenvolvidas pelos sujeitos ao longo da trajetória profissional. Assim, entendo-as como elementos íntimos de cada sujeito, estando a sua assimilação condicionada à reflexão contínua acerca dos processos e desafios postos à mesa dos profissionais, em seu cotidiano.

Nesse sentido, Manfredi (1998) destaca que as habilidades profissionais se dividem em 3 (três) grupos, sendo as habilidades básicas entendidas como uma ampla escala de atributos, que parte das habilidades mais essenciais (como ler, interpretar e calcular) até chegar ao desenvolvimento de funções cognitivas que propiciem o desenvolvimento de raciocínios mais elaborados. O segundo grupo seria o das habilidades específicas, que estão diretamente relacionadas ao trabalho e dizem respeito aos saberes, sendo exigidas por postos, profissões ou trabalhos em uma ou mais áreas correlatas. Já o terceiro grupo envolve as habilidades de gestão, que estão relacionadas às competências de autogestão, de empreendimento e de trabalho em equipe.

Não basta, porém, que o indivíduo tenha um conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes. É preciso ter em mente que esses elementos devem ser aplicados à

realização de qualquer atividade de trabalho e agregar novos conhecimentos para o contexto profissional, trazendo à tona a dinamicidade do ambiente de trabalho.

Sintetizando o que foi registrado até aqui, a capacidade de mobilizar saberes para dominar situações concretas de atuação profissional se traduz na qualificação do sujeito para seu exercício profissional. Solucionar os problemas vivenciados no dia a dia implica a mobilização de competências adquiridas ou construídas mediante a aprendizagem no decurso da vida ativa. Tais competências, quando maturadas em nível de experiência, concretizam-se em habilidades recrutadas pelos sujeitos nas diferentes situações que vivenciam em seu cotidiano profissional.

Assim, formar um profissional envolve escolhas acerca dos saberes e competências necessárias para uma atuação qualificada. Nesse sentido, abordando os processos formais de formação, Silva (2005) afirma que o currículo é o “percurso” que nos leva e acaba por nos tornar o que somos. Por isso, é importante perceber a relação entre o conhecimento contido no currículo e a produção da identidade e subjetividade dos sujeitos.

O surgimento dos estudos do currículo tem, portanto, uma ligação com o contexto educacional escolarizado. Popkewitz (2011), que menciona a utilização da epistemologia social da escolarização para explorar os efeitos do currículo e utiliza o conceito de epistemologia para se referir à maneira como o conhecimento organiza as percepções, as formas de responder ao mundo e as concepções do “eu” nos processos de escolarização. Assim, o currículo pode ser visto como uma invenção da Modernidade, a qual envolve formas de conhecimento cujas funções consistem em regular e disciplinar o indivíduo. A ideia de currículo corporifica uma organização particular do conhecimento pela qual os indivíduos devem regular e disciplinar a si próprios como membros de uma comunidade/sociedade. Entendo-o como um conjunto de escolhas estratégicas que compõem um construto capaz de levar aos sujeitos uma proposta de conhecimentos específicos relacionados à determinada temática. Por envolver escolhas, sua origem é influenciada pelos aspectos culturais que o cercam e, conseqüentemente, traduz-se em um conjunto de sentidos e significados subjetivos sobre o mundo.

Dessa maneira, essa ferramenta enseja diferenciados eixos de discussão, uma vez que pode não representar pontos de vista conflitantes, gerando mera reprodução dos conteúdos de interesse dos grupos dominantes. Isso pode implicar distância do processo democrático inerente ao amadurecimento dos sujeitos e à aquisição de conhecimentos, competências e habilidades.

Nesse sentido, de acordo com Gomes (2013, p. 16), os saberes produzidos e/ou legitimados na formação de profissionais podem se transformar em ferramenta de emancipação

social para superação dos problemas existentes ou alienar os indivíduos na conformidade e aceitação passiva de “verdades” cristalizadas em currículos forjados por interesses que pretendem mascarar a realidade.

Assim, as lacunas e outras possibilidades de formação ganham espaço e findam por auxiliar no entendimento de diferenciadas manifestações culturais envolvidas nesse processo. O currículo formal e tradicional das escolas não pode ser visto como um processo acabado; pelo contrário: deve estar inserido em determinado contexto cultural que, representado, aproxima as pessoas da realidade e contribui para a atuação profissional.

Apple (2006) descreve o currículo como um mecanismo de controle social, sendo um dos primeiros pesquisadores a politizar as relações educacionais e culturais, afirmando que currículo não é campo de neutralidade, de inocência ou desinteresse, e que, para entendermos as peculiaridades da escolha de determinados conteúdos por parte da escola, é importante refletir sobre os valores sociais subjacentes à organização do currículo, determinados por diferentes organismos econômicos e políticos que colaboram para as desigualdades sociais.

A proposta aqui apresentada, portanto, busca compreender, criticamente, o objeto de estudo e representar os(as) diferentes aspectos e manifestações culturais envolvidos(as) na formação de profissionais para atuação em políticas públicas de esporte e lazer. Assim, no sentido de se aproximar currículo, esporte e lazer, Paraíso (2010) afirma que as práticas de lazer e os currículos são textos culturais permeados por sentidos e significados que nos ensinam, nos formam e nos constituem como sujeitos; porém, “teremos que lutar muito para fazer o currículo – esse que forma os profissionais em lazer, por exemplo –, contar outras histórias, incorporar outros saberes, outras narrativas, produzir outros significados e estabelecer outros problemas. Saberes e significados que permitam aos seus futuros profissionais olhar o lazer como “prática cultural” que possui uma política e uma pedagogia; uma prática cultural que ensina e forma; uma prática cultural que governa condutas e produz sujeitos de determinados tipos” (PARAÍSO, 2010, p. 29-30).

Seguindo na questão, Isayama *et al.* (2011) destacam que os órgãos públicos reconhecem que, para se garantir uma Educação pelo lazer, são necessários profissionais com qualificação adequada. É fundamental, portanto, a formação de profissionais para atuarem como dinamizadores das vivências de esporte e lazer oferecidas pelo setor público. É preciso qualificar as políticas de formação profissional que privilegiem a construção de quadros de formação com sujeitos capazes de relacionar sua atuação com as dimensões culturais, orientando-se dentro das características, finalidades e sentidos da ação pública.

Considerando-se o objeto desta pesquisa, abordar, especificamente, a formação dos profissionais que atuam nas políticas públicas de esporte e lazer passa pela análise da formação profissional em Educação Física, uma vez que todos os sujeitos da pesquisa são formados nessa área de intervenção profissional. Nesse sentido, Betti e Betti (1996) destacam que os currículos de formação de profissionais de Educação Física têm dois tipos de abordagem: o currículo tradicional esportivo e o currículo de orientação técnico-científica.

O primeiro enfatiza as disciplinas práticas; especialmente, as esportivas. Já o segundo valoriza as disciplinas teóricas gerais e aplicadas, envolvendo, de forma mais contundente, as Ciências Humanas e a Filosofia. Atualmente, porém, observa-se a construção de currículos de formação que combinam essas duas concepções, o que ampliou as possibilidades de intervenção das instituições formadoras junto aos futuros profissionais. A meu ver, não é preciso assumir esta ou aquela concepção, mas compreender, de forma clara, quais as nuances de cada uma e estabelecer escolhas de acordo com o perfil profissional que se pretende formar.

Diante disso, é importante esclarecer que abordar uma questão complexa como perfil profissional exige 2 (dois) momentos distintos. Compreendê-lo de forma geral é um primeiro passo para, posteriormente, fixar o olhar em uma de suas variáveis, uma vez que esse elemento pode ser tratado sob o viés psicológico, o técnico e/ou estético, entre outros. Nesse sentido, destaco que entendo o perfil profissional como o conjunto competências e habilidades esperadas para que um profissional seja capaz de atuar em determinada área de intervenção. Reitero que essa é uma discussão insipiente, quando relacionada às políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que pouco se vê como produção acadêmica direcionada ao tema.

Nesse sentido, compreender, especificamente, os saberes e competências relacionadas à atuação dos profissionais das políticas públicas de esporte e lazer pode fornecer subsídios para se pensar o perfil profissional para atuação nessa área. Por isso, a próxima abordagem ocupa-se dessa reflexão.

2.2 A intervenção e seus diversos saberes e competências

Inicialmente, é preciso salientar que, os saberes e competências necessários para atuação com políticas públicas de esporte e lazer constituem-se como mecanismos voláteis; ou

seja: estão em constante mudança ou adaptação. Isso ocorre porque o conhecimento está em constante movimento.

Desse modo, considerando-se o conhecimento como algo em constante construção, é preciso assumir que os profissionais da área devem receber uma formação inicial, mas também devem estar inseridos em propostas de formação continuada, como preconiza o Sistema Nacional de Esporte e Lazer (2011). Tais propostas auxiliam o profissional a se manter atualizado com o mercado e a desenvolver constantes reflexões acerca de seu papel enquanto agente das políticas públicas em que está envolvido.

Segundo Marcellino *et al.* (2011), falar em formação dos profissionais de esporte e lazer remete à distinção de seis categorias possíveis: cursos livres de curta duração, formação de nível superior específica, inserção de habilitações em cursos de nível superior, pós-graduação *stricto sensu* diversificada com linhas de pesquisa específicas, pós-graduação *lato sensu* e MBA. Esses pesquisadores, porém, lançam uma provocação quando afirmam que:

até mesmo em universidades consideradas de ponta o perfil buscado, não no discurso, mas na ação pedagógica, nos remete a um tipo de profissional que se justifica por sua personalidade, e não necessariamente por sua competência. (...) no lazer esse fator pode extrapolar, e, em alguns casos, o trabalhador deixa de ser profissional para se tornar uma personalidade profissionalizada (MARCELLINO *et al.*, 2011, p. 234).

Isayama *et al.* (2011, p. 211) afirmam que as relações e as escolhas políticas são alicerçadas pela representação de interesses múltiplos, o que afeta diretamente os cidadãos envolvidos. Nesse sentido, entender o contexto de formação do profissional que participa de maneira atuante nesse processo se faz necessário, uma vez que a representação, pelo Estado, do lazer e do esporte – direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) – pode interferir de maneira significativa na vivência de todos. Em consonância com esse contexto, a existência de profissionais com qualificação é fator importante para a disponibilização de políticas públicas que envolvam o direito ao esporte e ao lazer.

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer (2011) destaca que devem ser definidas as diversas esferas de atuação dos profissionais de esporte e lazer e apresenta as competências constituídas no campo da educação física, que são estas:

coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, prescreve, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do esportes, exercidas por profissionais habilitados (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011, p. 20).

Entretanto, é preciso enfatizar que a formação e o desenvolvimento de quadros para atuação nas políticas públicas de esporte e lazer é apenas um de seus componentes. Para Marcellino *et al.* (2011), isso significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo. Significa falar em redução de jornada de trabalho, sem redução de salários, e, portanto, em uma política de reordenação do tempo, em uma política de transporte urbano, enfim, em políticas não específicas de esporte e lazer, mas que influenciam diretamente seu acesso por parte da população.

Essas disposições contribuem para iniciar as reflexões propostas acerca da atuação profissional nas políticas públicas de Esporte e Lazer, mas precisam ser aprofundadas no sentido de esclarecer o que efetivamente envolve cada competência apresentada. Em contrapartida, sabe-se que essa não é tarefa fácil, porque envolve uma série de fatores que são específicos à realidade de cada administração pública:

A especificidade concreta do lazer exige um novo especialista, não o especialista tradicional – superficial e unidimensional – mas o que domine sua especialidade dentro de uma visão de totalidade. E para contemplar essa visão são exigidos, pelo menos, dois requisitos: *uma sólida cultura geral* – que permita perceber os pontos de interseção entre a problemática e as demais dimensões da ação humana e a contribuição das outras áreas de ação – e o *exercício constante da reflexão* (MARCELLINO, 1995, p. 21).

Corroboro com o autor que a formação profissional constitui-se para além dos processos formais como aqueles ofertados em universidades e afins. O amadurecimento dos profissionais também inclui a dimensão das vivências do dia a dia – não apenas as profissionais – mas todas aquelas capazes de formar a dimensão cultural do indivíduo.

Marcellino (2001) apresenta a estrutura da formação de quadros para atuação com as políticas de Esporte e Lazer. Segundo o autor, constitui-se uma estrutura piramidal iniciada, do topo, por profissionais de competência geral, seguidos dos de competência específica e dos voluntários, que compõem a base. Os primeiros são encarregados do gerenciamento, da coordenação e da supervisão de políticas, planos e projetos. Os profissionais de competência específica também planejam, mas, basicamente, executam e avaliam as ações em cada um dos conteúdos culturais do lazer. Por fim, os voluntários estabelecem uma ligação entre as ações desenvolvidas e a cultura local. Este último elemento não será objeto específico de análise desta pesquisa, mas é entendido como fator preponderante para o sucesso das políticas, haja vista que

auxiliam na garantia de identidade da comunidade com o que se propõe por intermédio das políticas públicas.

No que tange à atuação dos voluntários, porém, é preciso ir além da noção de identidade local para pensar sua inserção nas políticas de esporte e lazer. Nesse sentido, observa-se que essas pessoas são inseridas nas políticas públicas sem conhecimento específico para o desenvolvimento das práticas a que se propõem, e isso pode acarretar afastamento dos objetivos propostos e chamar a atenção para a falta de profissionais capacitados para atuação nessa área.

Apresenta-se, portanto, um modelo piramidal que deve ser superado, como afirmam Isayama e Sá (2006). Para os autores, a ideia de se trabalhar sob uma estrutura organizacional piramidal acaba por hierarquizar a relação entre os sujeitos e, conseqüentemente, sua atuação profissional. Há, portanto, nesse contexto, a especialização dos saberes e dos modos de intervenção, que dificulta a integração e a coordenação das ações propostas e desenvolvidas por um mesmo grupo de trabalho. Isso ocorre, muitas vezes, pela forma com que a apropriação ao modelo é feita, evidenciando lacunas em sua construção que merecem ser alvo de novas reflexões.

Nesse sentido, concordo com Menicucci (2006), quando afirma que é preciso substituir esse modelo por estruturas matriciais flexíveis, que permitam a coordenação constante em todos os níveis. A chave para esse processo está na participação dos sujeitos em diferentes momentos das políticas públicas, o que pode lhe garantir maior legitimidade, sustentabilidade e eficácia.

Nota-se, portanto, que esporte e lazer se inserem nas políticas públicas e têm diferentes profissionais envolvidos em sua elaboração, planejamento, monitoramento e avaliação. Assim, os processos de formação profissional podem contribuir para a legitimação desse campo, uma vez que equipes bem formadas – em todos os sentidos – poderão propor vivências diferenciadas à população e, conseqüentemente, potencializar os resultados das ações públicas, estabelecendo, junto a comunidade, uma demanda constante por ações dessa natureza.

Por isso, concordo com Isayama (2010, p. 12) quando afirma que as propostas ligadas ao lazer não devem ter por objetivo mascarar a realidade dos problemas sociais vividos pelos sujeitos. Nesse sentido, é preciso incentivar a criação de propostas interdisciplinares, formando equipes com profissionais de diferentes áreas de atuação, possibilitando, assim, um universo multidisciplinar e multicultural capaz de pensar o lazer além dos fatores que limitam seu acesso por parte da população.

Stoppa (2011, p. 47) destaca que as políticas públicas de Esporte e Lazer devem ter como base a intersetorialidade, que abrange diversas áreas sociais, proporcionando uma ampla discussão teórica da questão e apresentando os gestores públicos como representantes no fomento de projetos com foco no bem-estar do cidadão. Para o autor, trabalhar dessa maneira amplia o campo de intervenção do lazer, uma vez que esse caminha por outros temas de interesse público, como, por exemplo, Saúde e Educação.

Marcellino *et al.* (2011) afirmam ser fundamental, pela própria abrangência do lazer, que se trabalhe com equipes multiprofissionais, em busca da interdisciplinaridade. Nas administrações em que a questão do lazer estiver afeta a vários órgãos e secretarias, que se busque a integração de ações, mostrando que o trabalho integrado é um elemento facilitador da ação, e não de duplicação de esforço profissional.

Desse modo, o profissional do lazer não deve ser considerado como um reproduzidor de atividades e sua formação não pode ser focada apenas no aprendizado de um repertório de atividades, mas, sim, em aspectos técnicos, científicos e pedagógicos, como aponta Isayama (2010).

Werneck (1998) discute a questão curricular, enfocando a relação prática e teoria, considerando a proposta pedagógica dos cursos tradicionais de recreação e lazer um espaço onde predomina a reprodução cultural, observando-se, assim, a chamada “prática pela prática”. Observa-se, por conseguinte, o afastamento da busca por uma prática reflexiva, levando o sujeito a atuar como reproduzidor de atividades.

Para a autora, é preciso superar esse modelo e construir uma nova forma de se pensar a formação de profissionais para atuar com esporte e lazer. Diante disso, uma nova organização curricular tem sido estruturada e, com o passar dos anos, tem-se observado amadurecimento do campo e o surgimento de propostas com olhares que focam a formação de profissionais reflexivos e críticos. Apesar de identificados avanços, porém, ainda se trata de um processo em construção.

Isayama *et al.* (2011) discutem a prevalência das experiências de lazer relacionadas ao consumo exacerbado de bens materiais e de serviços “recreativos”. Segundo os autores, esta perspectiva tem sido analisada e questionada por estudos acadêmicos, que apontam o lazer como um espaço possível de luta contra as injustiças sociais, em busca de mudanças na ordem instituída, na intenção de concretizar uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, sem abrir mão de suas características fundamentais de descanso e divertimento, em vez de disfarçar as contradições sociais, o lazer pode auxiliar a desmascarar e aguçar a consciência dessas contradições.

Esse fato nos remete novamente à reflexão crítica sobre a forma com que o esporte e o lazer são vistos e utilizados pela sociedade. Tratando-os como fim, e não como meio, é possível que as pessoas construam e vivenciem suas próprias experiências, deixando para trás a ideia de apenas consumir o que lhe é imposto ou restrito. Deste modo, o profissional da área deve ter isso em mente e atuar como facilitador/mediador neste processo.

Isayama *et al.* (2011) também discutem a oposição entre teoria e prática e a necessidade de buscar alternativas para relacionar essas duas dimensões. Afirmam ser preciso minimizar o entendimento restrito sobre o lazer e a formação profissional no campo, ultrapassando a mera informação e o simples desenvolvimento de conteúdos e técnicas. Por isso, a teoria e a prática devem ser consideradas como articuladores da formação profissional em lazer, na medida em que os 2 (dois) polos devem ser pensados simultaneamente a partir de uma identidade indissolúvel.

Silva e Silva (2012) trazem outros aspectos para reflexão. Para as autoras, a formação profissional para atuação nas políticas públicas de esporte e lazer deve enfatizar seu duplo aspecto educativo, quando entendidas como um veículo de educação e também como objeto de educação. Sob o prisma de um veículo de Educação, deve se considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Já como objeto de Educação, implica-se a necessidade de difusão do seu significado, esclarecendo sua importância e incentivando a participação dos sujeitos.

Assim, Silva e Silva (2012) comentam que

o profissional de educação física, ao ter uma formação sólida nas ciências sociais e humanas, poderá ter mais condições de uma intervenção efetiva no âmbito do lazer no sentido de viabilizar aos sujeitos o acesso aos conteúdos clássicos, o enfrentamento das barreiras sociais no sentido de superá-las, a realização de ações com o intuito de atingirem os níveis crítico e criativo. Enfim, terá uma atuação que leve em conta a abrangência do lazer e sua especificidade, seja na escola, nos clubes, seja nas comunidades (p. 31).

Para isso, é preciso que os sujeitos valorizem suas práticas de lazer e as pense de forma crítica e reflexiva. Nesse ponto, Marcellino (2008) enfatiza que a Educação para o lazer pode ser entendida também como instrumento de defesa contra a homogeneização e internacionalização dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa, atenuando seus efeitos, com o desenvolvimento do espírito crítico.

Novamente estamos diante da ideia de que o profissional é um ser cultural, permeado por diferentes tipos de experiências que contribuíram e sempre influenciarão sua formação como agente do lazer. A questão em foco relaciona-se com a organização de tais

experiências e com a seleção, por parte dos indivíduos, daquelas que reúnem elementos adequados a nortear as propostas de esporte e lazer sob sua responsabilidade.

É preciso pensar o acesso e a vivência do esporte e do lazer sob uma perspectiva democrática, gerando oportunidades de espaços e tempos para os sujeitos. Mas como viabilizar esse acesso democrático? Couto e Couto (2011, p. 81) afirmam que “a formação de agendas constitui-se num importante mecanismo para a seleção concorrente entre problemas e hierarquias”. Assim, o desenvolvimento de projetos sociais⁶, por se destacarem no topo das agendas, torna-se estratégia relevante para os profissionais da área que desejam seguir pelo caminho apontado.

Menicucci (2008) destaca que não basta que políticas, programas e projetos sejam constituídos e implementados. É necessária uma ação de valorização do esporte e do lazer como políticas sociais geradoras de programas para a população; ou seja: o cidadão precisa ser convencido desse direito, precisa ter tempo e espaço definidos, de forma que o direito ao esporte e ao lazer que lhes são garantidos pela Constituição seja efetivado.

Assim, a formação inicial, a atuação em campo e a formação continuada dos profissionais que atuam ou irão atuar com políticas públicas de Esporte e Lazer deve considerar o contexto global onde estão inseridos tais componentes. Silva e Silva (2012) entendem a formação e a atuação profissional em questão como um fenômeno segundo o qual estudantes chegam ao Ensino Superior com um conhecimento prévio, com uma ideia do que seja o lazer, vinda de suas próprias experiências. O formador desses futuros/possíveis profissionais deve considerar as experiências pessoais de seus alunos, incorporando-as em suas aulas, para que seja possível uma mediação de conhecimentos, de modo que os profissionais tenham acesso ao conhecimento sistematizado acerca do lazer.

Uma importante dimensão da atuação do profissional que atua no campo de lazer refere-se à animação cultural, entendida, segundo Melo (2006),

como uma tecnologia educacional – uma proposta de intervenção pedagógica – pautada na ideia radical de mediação, que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais que concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias, sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa (p. 28).

⁶Couto e Couto (2013) afirmam que um projeto social é aquele constituído para, em alguma medida, promover alterações nas condições de vida da população-alvo, proporcionando-lhe um ambiente social mais justo e democrático.

Assim, o desafio central é criar condições para que todos possam ter acesso aos meios de produção cultural. Torna-se necessário, também, criar mecanismos para se garantir fluxos culturais, encarando todos como potenciais produtores culturais, e não somente consumidores. Nota-se, portanto, que o animador cultural deve compreender os processos de produção e consumo cultural da sociedade, sendo sua responsabilidade promover intervenções pedagógicas considerando o momento histórico vivido atualmente.

Marcellino *et al.* (2011) afirmam que o animador pode ter diferentes formações, sendo este um aspecto necessário pela própria abrangência da área cultural. São professores de Educação Física, arte-educadores, profissionais de turismo, hotelaria, entre outro que, dominam um conteúdo cultural e desejam compartilhá-lo com outras pessoas. Para isso, ter uma sólida cultura geral que lhes possibilite perceber a ligação de seu conteúdo de domínio com os demais; exercer, cotidianamente, a reflexão e a valoração próprias da ação do educador, que os diferenciará dos mercadores da grande maioria da indústria cultural; e ter o compromisso político com a mudança da situação em que nos encontramos, atuando nessa perspectiva.

Considerando-se a diversidade cultural e social do Brasil, esse é o desafio a ser vencido pelos profissionais que irão elaborar, implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas de Esporte e Lazer, uma vez que essas envolvem uma teia de conhecimentos para além da formação profissional específica da área. Conseqüentemente, o sujeito deve compreender seu papel formador e estabelecer estratégias de organização dos conhecimentos para reflexão acerca das possíveis formas de atuação que poderão garantir o alcance de seus objetivos.

Diante dos desafios até aqui apresentados, pode-se prever certa dificuldade, por parte das administrações públicas, para selecionar profissionais capacitados, desenvolver programas de formação continuada para seus quadros e, conseqüentemente, amadurecer propostas que garantam, efetivamente, o acesso, por parte da população, às diversas manifestações do esporte e do lazer.

Isayama *et al.* (2011), ao analisarem a política de formação profissional das Secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), concluíram que tais órgãos não possuem uma política de formação estruturada para os profissionais que atuam com esporte e lazer, evidenciando a opção pelo desenvolvimento de ações isoladas e fragmentadas. Nesse sentido, somando os dados anteriores à falta de investimentos, os autores concluíram que a formação é apresentada como algo secundário nos órgãos estudados. Além disso, também concluíram, conforme já apontaram Werneck (1998), Isayama (2010) e Stoppa (2011), que, em geral, as ações de formação são realizadas tendo como principal característica o desenvolvimento de questões técnicas e instrumentais.

Isayama *et al.* (2011, p. 225) também destacam que a maior parte dos profissionais envolvidos nas políticas de esporte e lazer tem a Educação Física como área de formação, e que sua formação privilegia referenciais ligados à aptidão física e ao rendimento esportivo. Assim, esses profissionais nem sempre entendem o esporte e o lazer como direitos sociais, fundamentais para a cidadania e para melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

Como aspectos positivos, Isayama *et al.* (2011) apontam que a maior parte dos órgãos públicos analisados apoiam a formação do seu corpo técnico financiando a participação e/ou liberando dos períodos de trabalho para realização dos programas de formação demandados pelo próprio profissional. Além disso, destacam que o desenvolvimento de ações de formação propostas pelo Ministério do Esporte, nos programas que desenvolve em parceria com os municípios, tem sido fundamental para qualificar os profissionais de Esporte e Lazer que neles atuam. Em alguns municípios, entretanto, essas ações são as únicas possibilidades de formação que atuam para além da dimensão técnica e instrumental.

Marcellino *et al.* (2011, p. 235) afirmam que os processos de recrutamento, seleção e desenvolvimento devem estar atrelados à área de atuação, “mas é fundamental a ênfase no significado do serviço público, nos valores que orientam a política geral do governo, nos que dão base de sustentação à política setorial da área e na necessidade de articulação com as demais políticas setoriais”. Para isso, é imprescindível uma fase de sensibilização dos profissionais chamados “de carreira” e dos novos que se engajarem no processo.

Nesse sentido, Marcellino *et al.* (2011) enfatizam que a ação a ser buscada é a do educador, não a do “mercador”. Para tal é preciso realizar processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas; fases de sensibilização aos valores norteadores da política; cursos de formação e desenvolvimento, que incluam teoria do lazer e do esporte, significado e valores de políticas públicas em geral e na área, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades; reuniões técnico-pedagógicas periódicas; intercâmbios (estágios, participação em congressos, grupos de discussão, organizações profissionais e científicas, etc.).

Diante da discussão proposta até aqui, acredito que a afirmativa do início deste capítulo, relacionada ao aspecto volátil dos saberes, conteúdos e competências do profissional que atua nas políticas públicas de esporte e lazer, fica em evidência. Unir todos os aspectos relacionados à formação profissional para atuação na área constitui-se em tarefa árdua, que requer planejamento, organização e até mesmo certa dose de disciplina. Deste modo, apresento, a seguir, algumas experiências vividas por órgãos públicos, objetivando auxiliar a compreensão dos aspectos teóricos abordados.

2.3 Um campo de intervenção

Nas duas últimas décadas, o lazer – e, neste ponto, opto por considerar o esporte⁷ como uma de suas possibilidades – tem ganhado espaço como campo de atuação das Políticas Públicas, permitindo-nos inferir que esse é um importante indicador acerca de seu reconhecimento como direito social.

Vale destacar que, nos últimos anos, a produção acadêmica no Brasil acompanhou o crescimento da área como campo de intervenção; ou seja: o número de estudos e pesquisas que referenciam as políticas públicas de esporte e lazer também ganhou volume e tem contribuído para o amadurecimento da área, bem como de suas propostas, ações, projetos e valores.

Gomes e Rejowsky (2005) demonstram o amadurecimento do lazer enquanto alvo de pesquisas acadêmicas que buscam compreender seus sentidos e significados, além dos processos que o cercam, como formação profissional, área de intervenção das políticas públicas, entre outros. As autoras analisaram 336 (trezentas e trinta e seis) pesquisas em nível *stricto sensu* no Brasil e identificaram que a década de 1990 consolidou a geração de pesquisas sobre o lazer no País, sendo responsável por 59% dos estudos encontrados pelos pesquisadores. Além disso, também aferiram que o ano de 2000 foi responsável pela máxima produção científica relacionada ao tema.

Como, porém, o foco desta pesquisa relaciona-se com a formação profissional para atuação nas políticas públicas de esporte e lazer, o esforço atual concentra-se na apresentação de estudos que retratem as experiências vividas por diferentes regiões do Brasil acerca dos processos de formação e atuação dos profissionais da área.

Inicialmente, para aprofundar na questão, descreverei os principais fatores limitantes no que tange ao acesso às oportunidades de esporte e lazer. Pinto *et al.* (2011) apresentam os resultados do Fórum de Gestores de Lazer realizado, em São Paulo, em 2008. Os apontamentos a seguir são resultado da discussão coletiva realizada pelos gestores, que

⁷Tendo em vista a relação lazer e esporte, pode-se observar que a própria Constituição de 1988 tende a vincular o esporte como único conteúdo do lazer. Marcellino (2009, p. 81), porém, destaca que as atividades físico-esportivas vêm se firmando em setores significativos da sociedade contemporânea. Para o autor, tais atividades não devem ocorrer exclusivamente enquanto momentos de lazer, e este não pode se restringir às mesmas. Porém, considerando o estilo de vida gerado pelo atual sistema de produção, esse campo de intervenção não pode ser deixado de lado pelos estudos sobre a Educação Física, principalmente.

apontaram cinco elementos centrais a esta discussão: (a) desinformação quanto ao direito ao lazer; (b) limites relacionados aos equipamentos de lazer; (c) limites culturais; (d) limites relacionados à gestão; (e) limites quanto à formação.

Esse contexto incita reflexões específicas acerca de cada um dos elementos citados por Pinto *et al.* (2011), mas, de forma geral, percebe-se que não há um entendimento sobre o lazer e sua importância junto à sociedade, o que se concretiza na oferta de infraestrutura precária e na promoção de políticas desvinculadas das necessidades da população. Assim, limitam-se as possibilidades de se educar as pessoas para uma vivência consciente do lazer e, conseqüentemente, a construção de hábitos para sua prática regular.

Ao observar as dificuldades e limitações para execução das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, observa-se que os fatores que os influenciam surgem em diferentes contextos. Analisá-los, portanto, requer a compreensão de elementos que vão para além das questões do esporte e do lazer, como, por exemplo, indicadores de educação, financeiros, políticos, sociais e sociais. Isso aponta para o caráter intersetorial e multidisciplinar que devem assumir as políticas públicas voltadas para esta área. Nesse aspecto, a formação profissional deve extrapolar os limites do esporte e do lazer, estendendo-se para questões que vão além de sua compreensão como fenômenos isolados.

É importante salientar que as questões apresentadas não são observadas nas realidades de todos os gestores, mas compreendem, de forma geral, as dificuldades dispostas diante daqueles profissionais que atuam diretamente na gestão de políticas públicas de esporte e lazer. Diante disso, o quadro precisa ser melhorado e existem alternativas para tal, conforme propostas descritas por Pinto *et al.* (2011), apresentadas pelo mesmo Fórum de Gestores do Lazer anteriormente.

Quanto às informações, as mudanças devem se iniciar pela própria percepção dos indivíduos a respeito do que seja o fenômeno lazer, o que implica democratização dos conhecimentos ligados ao tema. Quanto aos espaços e equipamentos de lazer, é importante valorizar o espaço público, fazendo funcionar os equipamentos já existentes e ampliando oportunidades de áreas urbanas destinadas ao lazer.

No que tange às mudanças culturais, Pinto *et al.* (2011) destacam que, por se tratar de uma mudança conceitual e cultural, aí se estará diante de um processo gradativo que implica a promoção da cultura do lazer e a superação das convenções sociais. Percebo que, nesse ponto, há uma relação com a educação dos sujeitos para as vivências do lazer que passa pelo acesso às informações e, por conseguinte, relaciona-se com a atuação dos profissionais responsáveis por garanti-lo como direito.

Remete-se, portanto, a um (re)pensar sobre a formação dos profissionais e à forma como as políticas são gerenciadas. Nessa perspectiva, *Pinto et al.* (2011) apontam que é importante capacitar equipes multidisciplinares para a gestão do lazer, exigindo-se formação especializada. Com isso, é possível formar gestores públicos capazes de promover a democracia e os interesses ligados às práticas de lazer, valorizando sua ação transversal nas políticas sociais.

Todas essas questões seguem em direção da solução dos problemas enfrentados pelas políticas de esporte e lazer, mas é preciso ter em mente que se trata de possibilidades. Nesse sentido, as propostas apresentadas devem ser alvo da reflexão dos profissionais envolvidos neste processo, para que se concretizem em ações orientadas à garantia do esporte e do lazer como direitos sociais.

Tomando a discussão anterior como pano de fundo, apresento alguns trabalhos que analisam experiências de alguns municípios brasileiros com políticas públicas de esporte e lazer. Para tal, focalizarei os eixos de formação e atuação profissional na área, buscando estabelecer relações entre tais experiências e as informações presentes nesta pesquisa.

Mezzadri e Starepravo (2011) desenvolveram um levantamento sobre as políticas públicas dirigidas ao esporte e ao lazer implantadas nos municípios paranaenses e, como apontamento inicial, identificaram que das 18 cidades analisadas, em 10 não há sequer secretarias municipais de esporte e lazer. Nesses casos, os departamentos de esporte e lazer se encontram em diferentes órgãos municipais, não seguindo qualquer regularidade organizacional. Vale destacar que duas delas possuem mais de 100.0000 (cem mil habitantes); ou seja: têm expressivo número de demandas acerca do tema.

Dentre os municípios analisados, Mezzadri *et al.* (2011) apontam que apenas 2 – Araucária e Maringá (ambos do Estado do Paraná) – apresentam estruturas formais descentralizadas, mas esse fato não garante efetivamente a transferência ou delegação de poder para que tais estruturas possam planejar e gerir funções públicas do governo central. Outro aspecto importante apontado refere-se ao fato de que as condições socioeconômicas são determinantes das possibilidades de intervenções sociais no campo do esporte e do lazer:

para exemplificar, citamos o caso de duas cidades de população semelhante, aproximadamente 100 mil habitantes, Araucária e Piraquara, ambas pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba. Apesar do porte semelhante, as cidades apresentam condições socioeconômicas muito distantes. O Produto Interno Bruto (PIB) de Piraquara é um dos mais baixos do Paraná, enquanto a verba arrecadada pela prefeitura de Araucária é a segunda maior do Estado, uma vez que é o polo estadual de refinamento e distribuição de combustível. Nesse contexto, Piraquara possui 20 profissionais envolvidos na Secretaria Municipal de Esporte e Cultura – sendo que apenas dois são Profissionais de Educação Física – e Araucária possui no quadro de

funcionários da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer 120 pessoas, das quais 70 são Profissionais de Educação Física (MEZZADRI *et al.*, 2011, p. 126).

Independentemente do porte do município, a quantidade de estagiários é sempre superior ao número de profissionais contratados. Apesar desse aspecto não se relacionar diretamente com minha pesquisa, infere-se que, como afirmam Mezzadri *et al.* (2011), o quadro apresentado é extremamente preocupante, uma vez que a condução dos programas e projetos de esporte e lazer está, muitas vezes, nas mãos de indivíduos ainda em formação.

Entendendo a participação popular como ferramenta essencial à democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer, Mezzadri *et al.* (2011) destacam que apenas um município analisado – Londrina (PR) – tem um Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Nesse sentido, os autores apontam que a criação de conselhos municipais pode ser um dos passos para o desenvolvimento de instituições democráticas. Nesse aspecto, Londrina apresenta um modelo de gestão diferenciado das demais cidades, uma vez que organiza sua estrutura administrativa de esporte e lazer por meio de uma fundação constituída como autarquia, com maior autonomia frente à administração central da prefeitura. Araucária (PR), entretanto, também tem um importante mecanismo de participação popular: as audiências públicas específicas para o esporte e o lazer. Nos demais municípios, a sociedade parece não participar da elaboração do plano de governo, o que pode afastá-la da construção das ações que garantam o atendimento de suas expectativas.

Stoppa *et al.* (2011) trazem algumas experiências de políticas municipais comprometidas com o desenvolvimento da cidadania, afirmando que tal característica pode ser encontrada em administrações populares e progressistas, como, por exemplo, em Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Diadema (SP), Santo André (SP), Belo Horizonte (MG), São José dos Campos (SP) e Belém (PA). Segundo o autor, apesar das dificuldades internas e externas de suas administrações municipais, essas cidades elaboraram e desenvolveram importantes políticas públicas relacionadas ao esporte e ao lazer, podendo ser citadas como exemplos positivos. Aprofundando nas concepções norteadoras das ações dos municípios analisados em sua pesquisa, Stoppa (2011) observa que a questão do lazer é vista como prioridade, aliada a outros temas considerados, na maior parte das vezes, como “mais sérios” e que, por esse motivo, acabam por polarizar os esforços do poder público.

Não se trata, portanto, de pensar o esporte e o lazer como solução para os problemas enfrentados pela sociedade, mas de entendê-los como parte dos processos de Educação e formação de cidadãos críticos e reflexivos. Entretanto, é preciso destacar a necessidade de utilizá-los sob um prisma que os afasta de uma visão funcionalista.

O estudo de Mezzadri *et al.* (2011) também apresenta a disparidade dos recursos investidos em esporte e lazer, sendo o primeiro, alvo de 70% dos investimentos. Outros aspectos relevantes são a ausência de projetos sistematizados nas áreas de esporte da natureza, lazer, esportes urbanos e a predominância das ações ligadas ao esporte de rendimento, que objetivam a participação em eventos específicos para esse fim.

Esses são fatores que devem ser assumidos pelos profissionais da área para que possam desenvolver propostas de superação desta visão. Por exemplo, o esporte de alto rendimento é historicamente utilizado pelos governos para reforçar ou divulgar modelos políticos, utilizando-o como mecanismo de auxílio à manutenção do poder ou à manipulação social. Nesse sentido, não se deve negar a importância do esporte de rendimento, mas desenvolver outras vivências e experiências que levem os sujeitos a ampliar seus saberes e a atuar de forma crítica no mundo.

Os dados apresentados por Mezzadri *et al.* (2011) mostram o caminho a ser percorrido pelas políticas de esporte e lazer, uma vez que ainda é preciso superar a visão reducionista que é dada ao lazer, limitando-o às práticas esportivas. Também fica clara a necessidade de ampliação das possibilidades do esporte, indo além da seleção de atletas e obtenção de resultados competitivos. Enfim, as constatações apresentadas no estudo servem de reflexão para aqueles que atuam ou atuarão nesse campo.

No que tange à participação popular, os autores destacam que a gestão pública

se trata de uma gestão constituída de forma autoritária, ou seja, a gestão aconteceu a partir da centralização do poder governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisões do governo não corre diretamente, pois há que se considerar que a sociedade nem sempre tem condições ou acesso ao confronto político de forma democrática com oportunidades iguais (MEZZADRI *et al.*, 2011, p. 132).

Quanto a esse aspecto, vale ressaltar que o distanciamento da população pode gerar distanciamento do atendimento de suas demandas e expectativas. Este fato pode acarretar na má utilização do recurso público, traduzido na ineficiência da máquina governamental. Nesse sentido, é preciso chamar a população para participar das decisões que devem ser orientadas para a garantia de seus direitos.

Isayama *et al.* (2011) analisaram a política de formação profissional de Secretarias de Esporte dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Justificaram sua análise no entendimento de que as relações e as escolhas políticas são alicerçadas pela representação

de interesses múltiplos e que isso afeta diretamente os cidadãos envolvidos. Esse fato, portanto, traz consigo a necessidade de se entender a formação do profissional que atua nesse contexto.

Com relação aos municípios pesquisados por Isayama *et al.* (2011), observou-se grande variação quanto à quantidade e à formação dos profissionais que atuam com esporte e lazer. Para se ter uma ideia, alguns municípios têm mais de 50 profissionais, enquanto outros contam com menos de 10, no entanto, é preciso levar em consideração a população e o tamanho do município. Vale destacar que um dos municípios não possui profissional formado em Educação Física em seu quadro de colaboradores.

Nesse aspecto, Isayama *et al.* (2011, p. 214) observaram que a “formação acadêmica em Educação Física nem sempre é tida como essencial para o bom desempenho das funções”. Outro aspecto relevante encontrado nesse trabalho refere-se ao fato de que alguns gestores dos municípios analisados destacaram que seus corpos técnicos eram deficientes em algum aspecto – enfatizando, geralmente, número insuficiente de pessoas e formação para atuação.

Ao analisar os dados anteriores, a primeira questão que surge é falta de profissionais capacitados para atuação nas políticas de esporte e lazer. Esse fato pode auxiliar na compreensão do reduzido alcance dessas ações junto à sociedade. Tratando-se de uma constatação dos gestores, observa-se que um primeiro passo já foi dado e que este diagnóstico poderá orientar estratégias para solução do problema a longo prazo.

Isayama *et al.* (2011) também concluíram que a falta de recursos é um apontamento recorrente nas administrações municipais, que a indicam como um limite para os investimentos na área do esporte e do lazer. Alguns gestores chegaram a afirmar que as ações de esporte e lazer de seus municípios sobrevivem praticamente de projetos e programas financiados pelos Governos Federal e Estadual, destacando a parceria com o Ministério do Esporte por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

Esse pode ser um fator preocupante, uma vez que as administrações municipais têm pouca ou nenhuma autonomia para desenvolver projetos de responsabilidade de outros entes federativos. Relacionando esse dado com os anteriores, porém, penso que a falta de recursos é constantemente apontada como limitadora ao desenvolvimento de políticas de Esporte e Lazer, mas se os próprios municípios assumem a falta de profissionais capacitados, quem seria responsável por desenvolver propostas de qualidade nesses locais?

Trata-se, portanto, de um paradigma a ser enfrentado por aqueles que atuam no setor público, porque, frequentemente, o recurso não é empregado porque não há sequer quadros profissionais para elaborar, executar, monitorar e avaliar as políticas em determinadas

áreas. Com isso, uma reflexão é necessária para não se atribuir apenas às limitações financeiras as dificuldades das ações de Esporte e Lazer em determinadas localidades.

No que tange às ações de formação do quadro técnico, Isayama *et al.* (2011) evidenciaram que há um entendimento de que as ações de formação são importantes, mas algumas barreiras são observadas, sendo a ausência de um corpo técnico constituído e a falta de possibilidades mais acessíveis de formação dos profissionais os exemplos mais marcantes.

Entretanto, mesmo diante das dificuldades propostas, Isayama *et al.* (2011) destacam que ocorreram ações de qualificação e formação dos profissionais durante o período das gestões que analisaram. Grande parte dessas ações destinou-se aos professores que atuam na coordenação dos programas desenvolvidos pelos respectivos órgãos municipais. Geralmente, essas ações foram iniciativas das esferas federal e estadual. Os órgãos municipais, responsáveis pelas políticas de esporte e lazer, mantêm convênio com essas esferas governamentais para o desenvolvimento de alguns de seus programas. Outras ações de formação, como encontros para estudos, por exemplo, também foram citadas.

Ilustrando essa questão, Godoy (1995) demonstrou ser importante haver uma política de recursos humanos para sustentar a qualidade das ações e a motivação dos funcionários da secretaria. Nesse sentido, a experiência de Piracicaba (SP), entre 1989 e 1992, mostra que a formação dos funcionários da secretaria foi apresentada como fundamental para a realização de ações transformadoras e de qualidade.

Outro ponto relevante do estudo em questão refere-se à chamada perspectiva clássica de formação profissional; ou seja: a ênfase dos projetos de formação dos municípios analisados é centrada na “atualização”, porque os profissionais atualizam sua formação inicial fazendo cursos em diversos níveis. Nesse aspecto, vale desenvolver um olhar crítico sobre o papel da universidade na formação continuada dos profissionais. A universidade pode não dar conta de atender a toda a demanda existente na área e, com isso, investir na capacitação de grupos que seriam responsáveis pela capacitação de grupos maiores torna-se relevante.

Com relação à participação nos processos de formação, Isayama *et al.* (2011) destacaram duas situações distintas. A primeira delas refere-se à busca, por iniciativa dos profissionais, de formação que contribua com sua atuação nas ações ligadas ao esporte e ao lazer. Nesse aspecto, a maior parte dos gestores declarou incentivar a participação em cursos, eventos, entre outros, apesar da carência de mecanismos legais para sua viabilização. O segundo aspecto está ligado às ações de formação nas secretarias onde a participação dos profissionais é obrigatória, uma vez que acontece dentro da carga horária de trabalho de seus agentes. No

geral, porém, esses mecanismos têm como característica o desenvolvimento de questões técnicas e instrumentais.

Nesse ponto, observa-se que as administrações públicas reconhecem a necessidade da formação continuada de seu quadro de profissionais; porém, como não têm programas próprios de formação, este reconhecimento passa, na maior parte dos casos, pela liberação dos profissionais na participação de capacitações de seu interesse. Esse aspecto tem um caráter ambíguo para análise, porque, de um lado, o profissional possui autonomia para buscar aperfeiçoamento na área de seu interesse – ou que tenha identificado em campo como necessária para a melhoria de sua atuação. Por outro lado, a ausência de direcionamento na formação de seus profissionais pode levar as instituições públicas a seguir caminhos distintos dentro de um mesmo departamento. Dessa forma, creio que o estabelecimento de uma política institucional de formação continuada, construída em conjunto com os profissionais, pode ser o caminho para a solução do problema.

Marcellino *et al.* (2011) verificaram a importância de políticas de formação e desenvolvimento de quadros nas políticas de esporte e lazer de 2 municípios do Estado de São Paulo: Campinas e Piracicaba. Nesse sentido, os autores procuraram verificar quais os componentes das políticas de formação e estudar possíveis alternativas para melhor adequá-las dentro da política geral dos municípios.

Inicialmente, Marcellino *et al.* (2011) afirmam que ainda não há clareza acerca de qual deve ser o papel de cada um dos âmbitos governamentais na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer. Entretanto, é nos municípios, por meio da ação das prefeituras, que a ação governamental se faz sentir com relação à animação sociocultural, ainda que não necessariamente com essa nomenclatura. O grande problema, nesse caso, é a falta de continuidade das ações, observada nas mudanças das administrações públicas; ou seja: fica claro que as políticas são de governo e não de Estado.

Relacionando o que foi dito anteriormente com Isayama *et al.* (2011), é possível observar um novo paradigma a ser enfrentado. Os autores afirmam que em alguns municípios analisados as políticas de esporte e lazer se limitam às ações de nível federal e estadual. Em contrapartida, Marcellino *et al.* (2011) destacam que o âmbito municipal é preponderante para o sucesso das ações ligadas à animação sociocultural; ou seja: algumas prefeituras caminham no sentido contrário às possibilidades de melhora no que diz respeito ao alcance das políticas de esporte e lazer.

Outra reflexão a ser desenvolvida refere-se à descontinuidade das ações, uma vez que não raras vezes, as políticas são desenvolvidas com base em concepções de governo, não

de Estado. Isso faz com que a cada ciclo político exista a possibilidade de mudança nos programas de governo; ou seja: não há uma consolidação das políticas como algo assumido como demanda da sociedade, mas, sim, de acordo com as concepções dos grupos que assumem o poder. Pensando-se na atuação dos profissionais, esse é um fator complicador para se pensar uma política de formação, porque, se não há continuidade nas políticas, a necessidade de readequação junto às nuances de cada governo leva o profissional a ter que se readaptar constantemente.

Uma alternativa para solução do problema é a manutenção de quadros efetivos dos profissionais que desenvolvem as políticas públicas de Esporte e Lazer, uma vez que podem estabelecer sua continuidade, para além dos mandatos dos governos. Marcellino *et al.* (2011) defendem a importância dos processos de formação de tais quadros, e que esses ocorram sob a perspectiva da animação sociocultural.

Marcellino *et al.* (2011) constataram que a formação e o desenvolvimento de quadros profissionais capacitados não foram objeto de preocupações específicas nos municípios analisados, ficando evidente, ainda, que os profissionais da área atuam muito mais sob a perspectiva da promoção de ações de difusão cultural, e não da participação e criação culturais. Esse é um importante elemento para a discussão atual, porque, ao propor políticas de formação, as administrações públicas fazem escolhas acerca dos caminhos que esses processos deverão percorrer – o que estará ligado com os objetivos e resultados esperados pelos governos.

A quantidade de profissionais disponíveis para atuação nas políticas públicas de Esporte e Lazer também foi objeto de análise de Marcellino *et al.* (2011). Constatou-se que a maioria dos beneficiados pelas políticas considera insuficiente o número de profissionais envolvidos, uma vez que não há uma política de animação em rede, não existem profissionais atuando nos equipamentos da cidade e não há formação de equipes multidisciplinares. Nesse ponto, o problema é o Estado não se fazer presente nas regiões que demandam políticas de garantia dos direitos sociais. Por outro lado, é preciso considerar que as políticas públicas não se consolidam apenas onde há a presença física dos “agentes” do Estado.

A pesquisa de Marcellino *et al.* (2001) culmina na apresentação de uma proposta de ações para se pensar a atuação profissional nas políticas de esporte e lazer, nestes termos:

- a) A atuação profissional deve ocorrer a partir da perspectiva da animação sociocultural através de diferentes conteúdos e estratégias em termos de processo e da indústria cultural.
- b) Fortalecer a estrutura de animação, incluindo a participação de voluntários.
- c) Promover a gestão participativa em rede.
- d) Promover o trabalho multiprofissional em busca da interdisciplinaridade.

- e) Promover cursos e treinamentos iniciais como forma de sensibilização e especificação, ainda mais necessária a partir da institucionalização das políticas de esporte e lazer no Brasil.
- f) Aperfeiçoar e modernizar os instrumentos de planejamento das políticas.
- g) Promover cursos e treinamentos de desenvolvimento e atualização específicos e setorizados para gestores, planejadores e executores das políticas que atuam junto à população como intermediários entre ela e a cultura como patrimônio da comunidade e a produção cultural (p. 242).

De modo geral, as sugestões apresentadas podem ser tidas como um ponto de partida para as administrações públicas que buscam o aperfeiçoamento das políticas de esporte e lazer. Nesse aspecto, vale destacar que, à medida que os resultados apareçam, novas pesquisas sejam realizadas para compartilhá-los e estabelecer conexões com suas possibilidades de avanço e superação do cenário atual.

Considerando-se as análises apresentadas, nota-se que a atuação profissional nas políticas públicas de Esporte e Lazer requer um perfil profissional específico para que suas ações sejam eficazes e atendam às demandas da sociedade. Nesse sentido, o próximo capítulo tem por objetivo apresentar e analisar os dados da pesquisa de campo. Esse movimento pode gerar reflexões acerca das relações existentes entre os conteúdos para atuação e os elementos vivenciados no cotidiano do espaço político.

3 A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Esse capítulo tem por objetivo identificar e analisar os saberes e as competências consideradas necessárias para atuação em políticas públicas de esporte e lazer, tendo como referência o olhar dos profissionais. Para tal, analisei as entrevistas realizadas com os analistas de políticas públicas de esporte e lazer, bem como os conhecimentos oriundos do período de imersão que pude realizar na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal Belo Horizonte (SMEL/PBH). O período de imersão ocorreu durante o mês de novembro de 2013, quando realizei 8 visitas à SMEL, com o intuito de circular entre as áreas, recolhendo documentos e informações junto aos profissionais ali alocados. O objetivo desse procedimento foi aprofundar meu conhecimento acerca da organização estrutural da instituição, seus projetos norteadores, seus profissionais e a dinâmica das relações nela estabelecidas.

Objetivando esclarecer o percurso metodológico desenvolvido, destaco que foram entrevistados 9 profissionais que atuam diretamente com as políticas públicas de esporte e lazer, sendo 8 analistas de políticas públicas e 1 gestor das políticas de esporte e lazer – responsável pelo esporte educacional. A escolha dos sujeitos se pautou pela representação dos diferentes contextos vivenciados na Secretaria, de forma a trazer para o cenário a possibilidade de análise dos profissionais responsáveis pelos programas desenvolvidos, bem como de um profissional que gerencia as ações e, conseqüentemente, pode apresentar pontos de vista diferenciados, por se envolver na política como um todo.

Nesse sentido, fazem parte da pesquisa 8 profissionais de carreira, que tiveram sua entrada na SMEL por meio de concurso público, além de um gestor (a) que ocupa um cargo comissionado e, por este motivo, representa um profissional de confiança por parte das administrações públicas. Destaco que os 9 sujeitos foram indicados pela instituição e que este processo ocorreu em dois momentos distintos: após aprovação da realização da pesquisa na SMEL, foi indicado (a) o (a) gestor (a) que iria se responsabilizar pelo meu acesso junto aos demais sujeitos e, dessa forma, que iria compor a amostra da pesquisa. O segundo momento se caracterizou pela indicação, por parte do(a) gestor(a), dos 8 analistas que iriam completar o universo de análise. Nesse ponto, ressalto que a indicação teve como critério a escolha de um profissional de cada programa ou área de atuação da Secretaria, a saber: *Centro de Memória do Esporte e Lazer (CMEL)*, *Programa Esporte e Lazer na Cidade(PELC)*, *Vida Ativa*, *Esporte Esperança*, *Superar*, *Caminhar*, *Esporte Educacional* e *Esporte de Rendimento*.

A forma com que a seleção dos sujeitos ocorreu pode ser vista negativamente, porque, ao sofrer influência da administração pública, poderia não representar todos os olhares presentes no cotidiano. Por outro lado, esse processo me permitiu acesso facilitado ao ambiente da pesquisa, possibilitando interações positivas às reflexões pertinentes ao objeto de estudo. Ressalto que, durante a pesquisa de campo, não observei restrição alguma ou orientação para que os sujeitos se manifestassem livremente sobre os temas abordados.

A opção por desenvolver a análise proposta contemplando o olhar dos profissionais que atuam nas políticas de esporte e lazer pode ser compreendida de acordo com Santos (2013), quando afirma que “os saberes se configuram em processos subjetivos, resultantes das experiências profissional, pessoal e acadêmica construída ao longo da vida, sendo, os modos como eles mobilizam e ensinam saberes, reflexos dos processos anteriores e dos problemas colocados pela atuação prática do presente” (p.99).

A análise qualitativa dos dados se deu, portanto, por meio da Análise de Conteúdo, uma vez que esta é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação a um determinado contexto social. Para tal, utilizo como referencial Bardin (1977), quando afirma que

a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens (p. 42).

Assim, essa fase permitirá a ordenação dos dados, organizando-os em padrões de resposta descritos em categorias. Sua interpretação envolverá a atribuição de significado à análise, explicando os padrões encontrados e procurando estabelecer relacionamentos entre as dimensões descritivas.

Dessa forma, trago como eixos de análise estas categorias: Sujeitos e sua formação; A SMEL e a atuação dos profissionais (Saberes e Competências). Essas categorias de análise foram estabelecidas para conferir coesão ao objetivo da pesquisa, configurando-se em esforço contínuo em estabelecer diálogos entre meu levantamento empírico e a produção acadêmica no campo da formação profissional e das políticas públicas de esporte e lazer.

Entretanto, antes de iniciar as discussões referentes a cada eixo de análise, acredito ser relevante contextualizar a pesquisa com o momento vivido pela SMEL; ou seja: realizar uma breve fotografia de sua organização política e administrativa durante a realização desta pesquisa. Inicialmente vale dizer que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tem uma subdivisão entre Secretaria Municipal Adjunta de Lazer (SMAL) e Secretaria Municipal Adjunta de Esportes (SMAES). A SMAL desenvolve os programas *Caminhar Vida Ativa* e

Recrear, além de ações pontuais, como: *No Domingo a Rua é Nossa*, *Brincando na Vila*, *Academia a Céu Aberto* e *BH em Férias*. Já a SMAES abrange os programas *Esporte Esperança*, *Esporte e Lazer na Cidade (PELC)*, *Segundo Tempo*, *Superar*, *Esporte de Rendimento* e *Eventos*, com destaque para o Festival de Atletismo e os Jogos Escolares. Além disso, ainda há o *Centro de Memórias do Esporte e Lazer de Belo Horizonte (CEMEL)*, que, de acordo com o sujeito “S1”, pode ser descrito da seguinte maneira:

O CEMEL surgiu em 2013 e se constitui como um projeto em estruturação. Seu principal objetivo é trabalhar o resgate da memória das intervenções do poder público municipal na área de esporte e lazer. Trata-se de um trabalho voltado para a pesquisa que busca a preservação da memória de Belo Horizonte (S1).

O quadro 1 ilustra a divisão dos programas e ações da SMEL de acordo com as Secretarias Adjuntas a que estão vinculados:

QUADRO 1
Programas e ações desenvolvidos(as) pela SMEL,
de acordo com a Secretaria Adjunta a que estão vinculados(as).

Programas e Ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte				
SMAES		SMAL		Programas e ações sem vinculação específica
Programas	Ações	Programas	Ações	
Esporte Esperança	Festival de Atletismo	Caminhar	Domingo a Rua é Nossa	Centro de Memórias do Esporte e Lazer (CEMEL)
Esporte e Lazer na Cidade	Jogos Escolares	Vida Ativa	Brincando na Vila	
Segundo Tempo		Recrear	Academia a Céu Aberto	Esportes Amadores
Superar			BH em Férias	Programa Bolsa Atleta
Esporte de Rendimento				Eventos
				Equipamentos Esportivos

Inicialmente, a divisão da SMEL em 2 Secretarias Adjuntas me chamou a atenção porque, conceitualmente, posiciona o esporte e o lazer sob diferentes prismas e podem veicular uma ideia de distanciamento. Durante o desenvolvimento da pesquisa, porém, e, principalmente, após análise das falas dos sujeitos, pude perceber que essa divisão se deu sob

dois aspectos, quais sejam: a organização política e a organização administrativa. Trata-se, entretanto, de minha percepção como pesquisador; ou seja: não é algo institucionalizado pela SMEL.

Organização política, porque as composições dos quadros de cargos de confiança devem respeitar as articulações envolvidas na formação de coalizões indispensáveis ao jogo político. No que tange à organização administrativa, percebo que a divisão entre SMAL e SAMES facilita a leitura da política de Esporte e Lazer do município sob todos os aspectos, sejam eles financeiros, avaliativos, gerenciais e, principalmente, aqueles relacionados aos objetivos de cada programa.

Vale destacar que na fala dos sujeitos entrevistados esta divisão não se apresenta como obstáculo para o desenvolvimento de ações; ou seja: de certa maneira, as equipes superam essa divisão política e administrativa, evitando o distanciamento entre esporte e lazer e pensando-os como complementares, como ilustra esta fala do sujeito “S2”:

A Secretaria é dividida em duas adjuntas. Eu e meus pares estamos dentro da adjunta de esportes, mas isso não quer dizer que eu não trabalhe o lazer. Acredito que estas contradições não são necessariamente ruins, pois as duas adjuntas conversam entre si (S2).

De acordo com o Planejamento Estratégico da SMEL (2012), a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte apresenta por missão universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, por meio da concepção e da implementação de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos e o desenvolvimento de consciência crítica que promova a qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania.

O Planejamento Estratégico da SMEL (2012) também aponta a intenção de se transformar Belo Horizonte - MG na capital nacional da prática do esporte e do lazer como instrumentos de inclusão social e promoção da qualidade de vida. A figura 1 ilustra a organização definida para se buscar concretizar os objetivos mencionados anteriormente:

FIGURA 1 – Mapa Estratégico da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte - MG.



Fonte: Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte para o biênio 2012/2013.

Os Programas se dividem, de acordo com seu público-alvo, em torno de eixos estratégicos. Administrativamente, porém, todas as ações também respondem a subdivisões gerenciais dentro de cada Secretaria Adjunta, como Esporte de Rendimento, Esporte Educacional e Eventos, por exemplo.

Vale destacar que, no que tange à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte, seu organograma, suas pastas e seus respectivos programas seguem as metodologias empregadas no desenvolvimento do Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte até 2030. Com isso, o desenho apresentado pela instituição busca estabelecer a direção a ser seguida pelas políticas, visando promover maior grau de interação dos ambientes internos e externos para conquista dos objetivos.

Tratando, especificamente, das ações desenvolvidas, destaco que os programas destinados às crianças e adolescentes são o *Segundo Tempo*, o *Esporte Esperança* e o *BH Descobrimo Talentos no Futebol*. O *Segundo Tempo* é um programa da esfera federal, mas que se executa por meio da ação dos municípios. Seu objetivo é o desenvolvimento de atividades esportivas e de apoio às atividades da escola, no contra turno escolar. Atualmente, o programa

atende 15.100 crianças e adolescentes da rede municipal de ensino em 176 escolas nas 9 regionais de Belo Horizonte - MG.

O *Programa Esporte Esperança* tem por objetivo promover a inclusão e a socialização no contra turno escolar para os alunos que não aderiram ao ensino em tempo integral. Sua atuação consiste no oferecimento de escolinhas e oficinas esportivas, atendendo aproximadamente 3.100 usuários por ano. Já o *BH Descobrimos Talentos no Futebol* por objetivo desenvolver o esporte de rendimento em Belo Horizonte, mais especificamente o futebol.

O programa destinado à terceira idade é o *Vida Ativa*, que tem por objetivo conscientizar a população sobre a importância da prática de atividades físicas para um envelhecimento saudável. Trata-se de um programa com trajetória sólida em Belo Horizonte - MG, que atende mais de 7.000 idosos.

O terceiro eixo estratégico aponta o lazer como foco, o que nos traz a ideia de que o lazer se afasta das manifestações observadas nos demais programas. Nesse sentido, observo um choque conceitual na construção estratégica do plano de ação municipal, uma vez que distancia esporte e lazer – contribuindo até mesmo para a formação de informações distorcidas a respeito dessas temáticas junto à população.

Assim sendo, os programas inseridos no eixo Lazer são o *Programa Caminhar*, *PELC*, *Recrear* e *No Domingo a Rua é Nossa*. O *Programa Caminhar* objetiva orientar a prática de atividades físicas como corrida e caminhada, atendendo aproximadamente 30.000 pessoas por ano. O *PELC* visa ampliar, democratizar e universalizar a prática do esporte recreativo e do lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas. Ressalto que esse é o primeiro programa que trata a questão intersetorial em sua constituição estratégica, mas ainda não se estabeleceu como ação concreta em Belo Horizonte - MG⁸. O *Programa Recrear* relaciona-se

⁸ O (a) analista de políticas públicas que faz parte do universo dessa pesquisa e é responsável pelo *PELC* na Prefeitura de Belo Horizonte esclareceu que esse programa veio para a cidade por meio de uma emenda parlamentar, desde maio de 2012. Porém, sua implementação teve problemas no que tange aos processos burocráticos e administrativos do serviço público. Inicialmente, os recursos destinados não obtiveram abertura orçamentária para serem utilizados, uma vez que o PPAG (2012) não contemplava o *PELC* em sua construção. Nesse sentido, a SMEL encaminhou à Câmara Municipal de Belo Horizonte uma solicitação de suplementação de recursos, que foi autorizada no ano das eleições municipais, exatamente no período em que não se pode contratar recursos humanos, fazer compras de materiais, entre outros. Em 2013, os recursos foram registrados dentro dos parâmetros burocráticos, mas o problema enfrentado passou a ser a contratação das equipes profissionais para execução das atividades. Isso ocorreu porque a SMEL, assim como outras Secretarias de Belo Horizonte, contratava por meio de convênio com uma instituição do Terceiro Setor, que sofreu intervenção do Ministério Público e, conseqüentemente, não poderia mais realizar esse trabalho. Portanto, foi aberto um processo de seleção simplificada, pela própria SMEL, e não se conseguiu completar o quadro de 10 (dez) profissionais para atuação; ou seja: novamente, o programa não poderia sair do papel. Atualmente, estão abertos um novo processo de seleção simplificada para formação do quadro e um pregão eletrônico para aquisição de materiais. Segundo o (a) analista, a previsão para o início das atividades é julho/2014.

com a vivência cultural lúdica e apresenta-se basicamente com o desenvolvimento de ruas de lazer. Por envolver ações abertas ao público, não foi informado o número de atendimentos realizados pelo programa, constatando-se a ausência de indicadores para avaliação dos seus resultados.

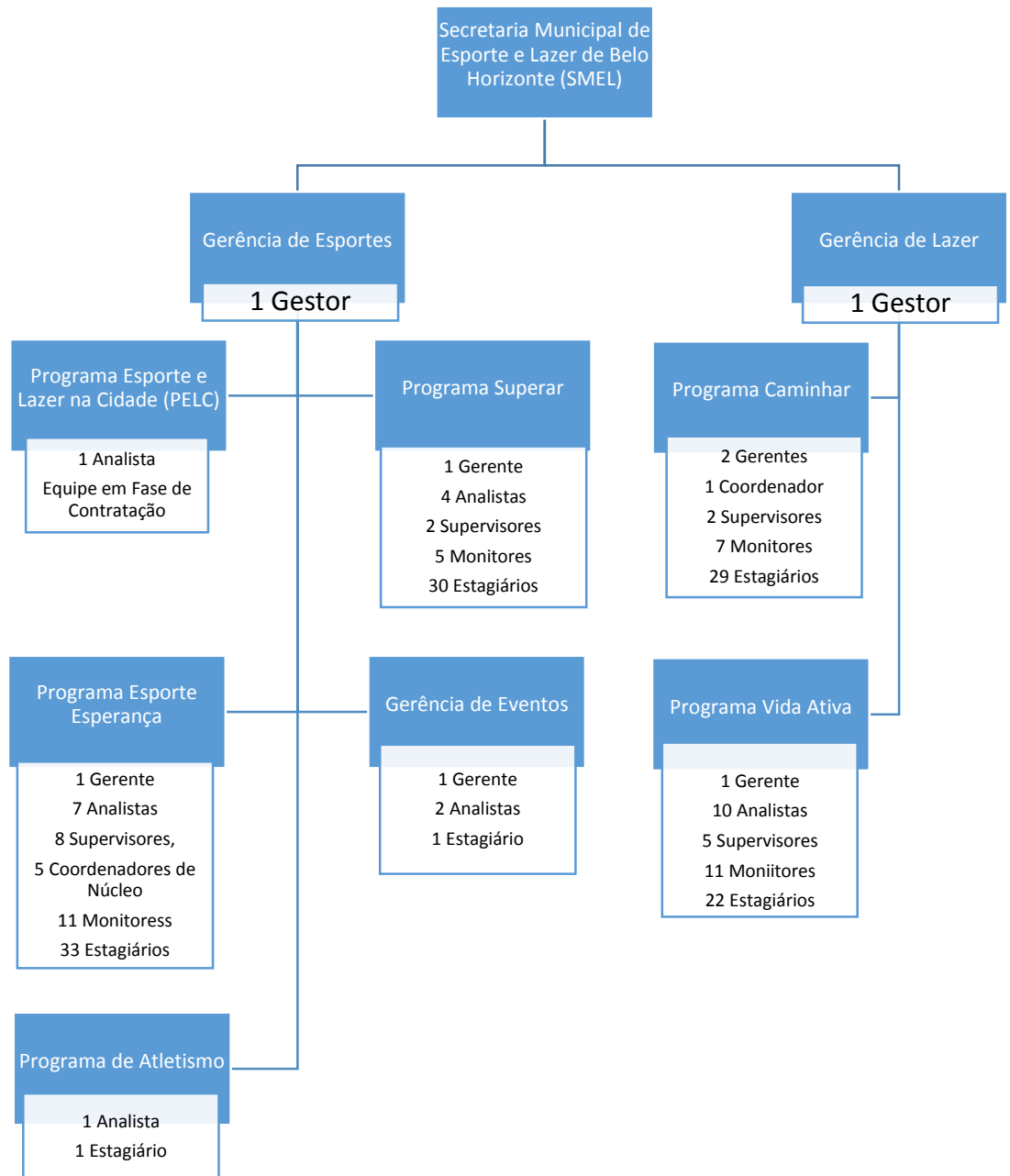
Os eixos relacionados aos Equipamentos Esportivos e aos Esportes Amadores não se concretizam em programas específicos, mas, sim, em ações e eventos pontuais que visam dar a eles visibilidade como elementos das políticas públicas de esporte e lazer. Destaco que por não envolverem a elaboração de políticas específicas, esses dois eixos não foram alvo do levantamento empírico desta pesquisa.

Por fim, o *Programa Superar* constitui-se na política pública municipal de esporte destinada, especificamente, às pessoas com deficiência e busca elaborar, coordenar e executar políticas públicas de esporte e lazer destinadas a pessoas com deficiência. Em média, são atendidas 826 pessoas por meio das ações desenvolvidas no Centro de Referência da Pessoa com Deficiência e nas escolas municipais, que recebem esse público com as seguintes modalidades: Futsal, Natação, Basquetebol, Basquetebol em cadeira de rodas, Patinação, Judô, Tênis de Mesa, Bocha Paralímpica, *Rugby* em cadeira de rodas, *Goalball*, Dança, Esgrima e Atletismo.

Pensando nos quadros profissionais dos programas e das ações citados(as), é relevante apontar que não é possível definir, de forma clara, as equipes que atuam em cada um deles, porque a forma de contratação dos sujeitos que executam as atividades (professores, monitores e estagiários) dos programas ocorre de diferentes formas, seja por meio de concurso público, de contratos temporários ou parcerias com instituições sem fins lucrativos.

Entretanto, durante o período de imersão em campo, foi possível levantar o organograma da instituição, no que tange aos programas e às ações focalizado (as) pela pesquisa, conforme a figura 2.

FIGURA 2 – Organograma dos Programas e Ações desenvolvidos pela SMEL focalizados pela pesquisa.



Esse é um problema ao se pensar na necessidade de um quadro estável para a qualificação das ações, porque os profissionais não se efetivam na carreira do serviço público e possuem vínculo temporário com os programas. No caso do contexto analisado, durante a pesquisa o Ministério Público havia impedido a renovação e a celebração de novos contratos de trabalho, alegando que este seria um artifício das administrações públicas para não comporem formalmente, os recursos humanos necessários para manutenção de suas atividades

internas e externas. Há, portanto, uma demanda por processos administrativos que garantam legalmente a contratação dos profissionais necessários para executar as políticas.

Outro elemento relevante à compreensão das políticas se refere à construção dos programas. Nesse sentido, ao avaliar documentos oficiais com as descrições de cada programa desenvolvido pela SMEL, percebi que algumas de suas construções intencionam aproximar esporte e lazer como ferramentas de transformação social. Por outro lado, não se observam concepções claras acerca dessas temáticas como alvo de políticas públicas. Prova disso é que alguns programas inseridos na SMAES têm caráter muito mais próximo do lazer do que do esporte. Com isso, abre-se a possibilidade de duas análises distintas: ou existe um campo de trabalho aberto com diversas possibilidades de interface entre esporte e lazer, ou suas políticas norteadoras afastam-se de concepções bem definidas. Os apontamentos a seguir ajudarão a esclarecer qual dessas possibilidades mais se aproxima da realidade.

3.1 Os Sujeitos da Pesquisa

Início a análise apresentando os sujeitos da pesquisa e abordando sua formação, suas referências e experiências profissionais, além das relações interpessoais que permeiam seu cotidiano.

Nesse contexto, destaco que não penso a formação acadêmica como único caminho para a constituição de profissionais. Assumi-la como única e exclusiva, entretanto, nos faria desconsiderar a influência das relações e experiências vividas pelas pessoas nas relações cotidianas, conforme destacado nos trabalhos de Tardiff (2000; 2008).

Assim, destaco que todos os analistas entrevistados possuem graduação em Educação Física e vivências na área, uma vez que já atuam, em média, há 21 anos no mercado – sendo 30 anos o profissional com maior experiência e 12 anos o profissional com menor tempo de formação. Dois dos entrevistados possuem uma segunda formação acadêmica, que se deu por interesse em ampliar os conteúdos necessários para a sua atuação profissional, sendo elas: Turismo e Psicologia. Com isso, complementaram sua formação inicial por meio da busca de conhecimentos que se relacionavam com sua intervenção na SMEL.

Além disso, observei que todos os profissionais complementaram sua formação acadêmica através de cursos em pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Notei, ainda, que a busca por qualificação não se traduziu, especificamente, como uma exigência do mercado, mas

por uma intenção de cada indivíduo em qualificar a sua atuação. Comprovam isso, por exemplo, os depoimentos transcritos a seguir:

Minha formação acadêmica me proporcionou ter uma certa vivência porque você fica praticamente o dia inteiro na universidade e tem condições de fazer estágios supervisionados, pelos convênios com as escolas, escolinhas de ginástica olímpica... Então, eu pude vivenciar isso já na minha formação, o que contribuiu para eu aplicar aí fora mas, o meu aprendizado maior foi aqui na prática, do trabalho. Realmente desde que eu entrei em 96 até os dias de hoje, eu acho que deu uma diferença gigantesca! Em esportes a gente não faz uma especialização com carga horária mais dilatada, mas acaba fazendo alguns cursos, ligados a outras secretarias, projetos sociais, participa de muitas reuniões de intercepção com a saúde e com assistentes sociais (S3).

Quando eu optei, na minha área profissional, em investir na administração pública, tive que buscar conhecimento. Fui buscar e fiz o curso de Administração de Políticas Públicas na Fundação João Pinheiro, que é específico. Meu mestrado foi em Lazer e me proporcionou tanto pensar na atuação do servidor, quanto pensar no lazer como um conteúdo, como um direito, enfim como uma área que eu escolhi para atuar (S4).

Fiz outro curso de graduação em Turismo também pela UFMG ai sim tive uma bagagem muito interessante na questão de planejamento de cidade ainda que tenha o foco em turismo eu vi muita coisa que me agregou como a questão do estatuto da cidade, a questão da organização de espaço, que me trouxeram mais bagagem para estar agora discutindo com um pouco mais de consciência essa questão do poder público (S5).

Silva e Silva (2012, p. 70) afirmam que “a Educação Física tem como especificidade os conteúdos físico-esportivos do lazer”. Esse pode, no entanto, ser apenas um ponto de partida para a intervenção desses profissionais e, por isso, os profissionais de Educação Física não devem limitar sua atuação no lazer às manifestações físico-esportivas, e, sim, compreendê-la como campo de atuação multidisciplinar, capaz de levar os indivíduos ao desenvolvimento social e pessoal.

A fala dos sujeitos exemplifica essa questão, uma vez que os analistas apresentam a busca por conhecimentos complementares à sua atuação, em áreas diversas, não apenas na Educação Física. O sujeito 4 (S4), por exemplo, buscou aprofundar seus conhecimentos nos conteúdos da gestão e das políticas públicas. Por outro lado, o sujeito 5 (S5) procurou uma segunda graduação, agora em Turismo, para compreender as relações que se estabelecem na cidade, bem como se dá a sua organização.

Esse contexto aponta para o caráter multidisciplinar e interdisciplinar referente às políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que os profissionais buscam complementar sua formação profissional por meio da busca de conhecimentos em áreas distintas à sua formação inicial. Portanto, as informações que emergem da pesquisa vão ao encontro das reflexões de diversos autores do lazer (ISAYAMA, 2012; STOPPA, 2011; MARCELLINO, 2011), que

apontam para a abrangência do tema e, conseqüentemente, para a necessidade de pensá-lo sob um viés integrador de diferentes áreas do conhecimento, ou seja, ter como base propostas interdisciplinares e multiprofissionais.

Um fato importante para se compreender esse processo também pode ser explicado pelas falas dos sujeitos, uma vez que foi recorrente nas entrevistas a constatação de que sua formação inicial teve limites quanto aos conhecimentos relacionados às políticas públicas de esporte e lazer, como atestam, por exemplo, estas falas:

As disciplinas do curso de Educação Física não me deram um embasamento teórico para que eu pudesse atuar na área do serviço público, da administração pública. Então assim, eu sabia um pouco de lazer pela disciplina, sabia um pouco de fisiologia, sabia das áreas humanas de uma forma geral. Mas eu não tive uma disciplina de política pública, não tive uma disciplina de gestão, na área social. Então, eu acho que a minha formação acadêmica foi muito rasa em relação a minha área de atuação profissional (S4).

Fui conhecer o serviço público depois de trabalhar aqui por dois ou três anos. Minha formação não teve nada sobre política, entrei na Secretaria sem saber o que viria pela frente. Mas hoje me considero apto a trabalhar aqui, até porque “corri atrás” do prejuízo e procurei me atualizar (S6).

Neste sentido, os sujeitos apontam alguns limites da graduação no fornecimento de subsídios teóricos e práticos para a atuação dos sujeitos como analistas de esporte e lazer. Em geral, citaram a presença de algumas disciplinas como complementares a esse processo, como por exemplo, a Fisiologia do Exercício, Sociologia da Educação, Iniciação Esportiva. Com isso, infere-se que a apropriação dos conhecimentos se deu de forma mais acentuada durante a intervenção, por meio de processos formais ou não, que levam ao amadurecimento profissional dos sujeitos.

Entretanto, é importante ter em mente que abordar criticamente os processos formais não se relaciona diretamente com assumir que esses são os principais em relação às demais formas de absorção e utilização do conhecimento. Diante disso, concordo com Schon (2000) quando propõe uma formação profissional que interage com a teoria e a prática, por meio de um ensino reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação; ou seja: um ensino cujo aprender mediado pelo fazer seja privilegiado.

Assim, é possível inferir que, durante sua atuação profissional, o sujeito percebe a necessidade de aprimorar conhecimentos, para superar os desafios enfrentados cotidianamente, como evidenciam, por exemplo, estes trechos transcritos de falas de informantes desta pesquisa:

Durante a minha graduação não vi nada que tratasse especificamente as políticas públicas, aliás, não havia nada naquela época! Nem se cogitava trabalhar com o

serviço público, a área não era tida como um campo de intervenção específico. Depois que entrei aqui que fui correr atrás (S3).

Cada um se virou por aqui e buscou um mestrado ou uma especialização. Eu mesmo fiz duas especializações porque tive a iniciativa de buscá-las, pagar a mensalidade e fazer os cursos. Se dependesse do serviço público eu realmente ficaria aqui de braços cruzados (S9).

Nesse sentido, concordo com Isayama (2002) quando afirma que existem limites na discussão dos conhecimentos sobre a formação em Educação Física no Brasil. O autor constata que esse quadro exige uma nova formulação das propostas curriculares, para que se possa haver uma discussão de qualidade sobre o esporte e o lazer dentro dos cursos de formação profissional. Particularmente, acredito ser esse o tema central na discussão das políticas públicas de esporte e lazer; ou seja: é preciso superar os modelos estabelecidos até então e construir uma nova proposta de formação para os profissionais que atuam e irão atuar no campo.

É preciso, entretanto, ter em mente que a formação dos sujeitos não deve se basear exclusivamente em currículos centralizados em disciplinas acadêmicas, uma vez que os conteúdos e conhecimentos necessários para atuação em campo podem emergir de diferentes formas. Nessa perspectiva, o fato da formação inicial dos sujeitos não ter abordado disciplinas específicas sobre política e políticas públicas é significativo para a constatação da ausência de uma abordagem na área, mas não pode ser visto como único elemento.

Sendo assim, o currículo pode ser tido como um facilitador das ações docentes, mas não deve se apoiar na ideia mínima de conteúdos essenciais ou na noção de construção livre, sem parâmetros ou diretrizes. Bagrichevsky (2007) acrescenta que a necessidade de formação superior em determinadas áreas evidencia a exigência de uma formação mais complexa e elaborada para atuação. Para o autor, esse processo confere maior aporte técnico-científico e nível de reflexão crítica aos futuros profissionais, possibilitando-lhes a aquisição de embasamento suficiente para o cumprimento socialmente satisfatório de suas atribuições; destaca, porém, que esse percurso, por si só, não prepara os sujeitos para a vida profissional, tendo que se pensar uma formação ampliada, que valorize as trocas de conhecimentos em diferentes níveis.

Tendo em vista que, em média, os profissionais entrevistados concluíram sua graduação há 21 anos, é importante avaliar o estado em que se encontra a formação profissional para atuação nas políticas públicas de esporte e lazer. Isayama *et al.* (2011) afirmam que os processos de formação profissional nos campos do esporte e lazer vêm ganhando espaço nos meios acadêmicos, bem como no âmbito das políticas públicas vigentes. Entendem como

fundamental a formação de profissionais para atuar como dinamizadores das vivências oferecidas nas propostas do setor público.

Nesse sentido, entendo ser relevante uma reflexão que, de certo modo, pode se concretizar numa provocação: qual a interação possível para se estabelecer vínculos entre a formação profissional em políticas públicas de esporte e lazer com sua efetivação junto aos programas e ações do poder público? Essa pergunta se deve ao fato de que o tempo de permanência dos analistas entrevistados junto aos seus cargos efetivos ser de, no mínimo, 12 anos.

Entretanto, o fato de a formação profissional para atuação nas políticas de esporte e lazer se constituir num campo em crescimento, não é suficiente para afirmar que os profissionais formados recentemente tenham melhor qualificação daqueles que já atuam no campo. Por outro lado, observei que pouco se fez para complementar ou aumentar os quadros de profissionais no contexto analisado, uma vez que após a última chamada dos profissionais, houve a realização de apenas um concurso público.

Desse modo, não houve inclusão significativas de novos profissionais que pudessem atuar no campo e interagir com outros colegas com mais tempo de experiência. Certamente, não se pode desconsiderar a formação continuada dos profissionais analisados, mas acredito que essa seja uma questão importante a se pensar em futuras investigações, porque a interação entre diferentes perfis profissionais poderia promover intercâmbio de conhecimento e qualificar as ações desenvolvidas pela instituição.

Trazendo a discussão para o contexto do(a) gestor(a) entrevistado(a), ressalto que o profissional ocupa um cargo comissionado na Secretaria; ou seja: não faz parte do quadro de profissionais efetivos da rede pública municipal de Belo Horizonte. Sua formação acadêmica se deu na área de Relações Públicas, mas esse contexto não se traduziu em seu afastamento das questões relacionadas ao esporte e ao lazer. Atua nessa área há mais de 25 anos e tem experiência na realização de eventos e na gestão de clubes esportivos e sociais, conforme afirma no trecho transcrito a seguir:

Não ser profissional de Educação Física não me atrapalhou aqui de forma alguma. Nunca foi problema, porque pra mim eu tive uma vivência esportiva muito grande na minha vida. Eu pratiquei esportes, eu fui atleta, eu nadei, joguei handebol, joguei basquete... O esporte para mim era a minha vida! Mas eu nunca acreditei que o esporte fosse a salvação das pessoas, por isso que a política faz mais sentido. Não é só o esporte, a saúde, a assistência social e a educação. Você não consegue nada trabalhando isoladamente (S6).

Nesse sentido, ao analisar a fala do(a) gestor(a) e relacioná-la com os estudos de Gomes e Elizalde (2012), percebo que a formação acadêmica inicial não pode ser vista, isoladamente, como preponderante na atuação profissional nesta ou naquela área. Noto que as experiências vivenciadas pelos profissionais e sua busca por uma formação continuada podem contribuir com sua especialização em áreas não usualmente tidas como possíveis de intervenção.

Esse fator nos remete à ideia de interdisciplinaridade, uma vez que a atuação de profissionais de diferentes campos do conhecimento pode lançar diferentes olhares sobre determinado tema. Trazendo o esporte e o lazer para o cenário, pode-se qualificar suas formas de intervir junto à sociedade, na medida em que possibilitam a atuação de diferentes áreas, não apenas a Educação Física.

Ao afirmar que a reflexão sobre a formação de profissionais de esporte e lazer deve se basear na visão de um campo multidisciplinar, Isayama (2010) entende que se podem concretizar propostas interdisciplinares por meio da participação de indivíduos com diferentes formações, sendo essa uma reflexão baseada na ideia de um campo multidisciplinar, no qual podem participar indivíduos com diferentes formações.

Linhaes *et al.* (2008) exemplificam isso ao constatar a presença do esporte e do lazer vai além das ações públicas destinadas à sua promoção como política isolada. Eles também estão vinculados às políticas de Saúde, Educação, Segurança e Previdência Social. Nessa perspectiva, a construção de propostas nessas áreas demanda a atuação de sujeitos com diferentes tipos de formação, evidenciando trabalho interdisciplinar.

Outro ponto que emerge da fala do (a) gestor (a) se refere ao passado esportivo como elemento de interferência à sua vinculação com as políticas de esporte e lazer. Alguns pesquisadores discutem essa questão e, entre eles, Linhaes *et al.* (2008) analisaram o perfil dos gestores municipais de esporte e lazer da Região Metropolitana de Belo Horizonte, concluindo que uma história de vida vinculada ao esporte foi a explicação mais encontrada pelos gestores para justificar o caminho percorrido em direção à ocupação de cargos públicos vinculados ao esporte e ao lazer.

Pensando, porém, especificamente no(a) gestor(a) analisado, observo que sua realidade se assemelha a proposta anterior apenas parcialmente, porque seu passado esportivo não se deu como atleta profissional, o que foi tido, por Linhaes *et al.* (2008), como relevante para a escolha dos sujeitos para atuação na gestão pública municipal. Em contrapartida, a vivência no esporte permeou o cotidiano do (a) profissional entrevistado e pode ser vista como influência à sua ocupação atual.

É importante destacar que a influência do passado esportivo não esteve presente apenas na fala do(a) gestor(a). Essa foi uma questão citada por 6 dos analistas como relevantes para a escolha da Educação Física como área de atuação. Eis exemplos nesse sentido:

Meu envolvimento com o esporte, principalmente com o voleibol, foi essencial para eu escolher a Educação Física como profissão (S2).

Fiz atletismo muitos anos e sempre estive perto do esporte. Então, como estava confuso quanto à profissão que queria seguir, resolvi fazer o vestibular para Educação Física, passei, e estou aqui até hoje (S5).

Esse é um fator que merece ser analisado amplamente, porque a vinculação do passado esportivo como atleta profissional pode estar ligada à promoção de popularidade do setor público junto à sociedade, ou à promoção do alto rendimento esportivo como modelo de ascensão social e “caminho natural” para a ocupação de cargos públicos. Por outro lado, o sujeito que possui o esporte em sua trajetória, profissional ou não, conhece suas particularidades e pode contribuir com o seu desenvolvimento junto à sociedade.

Além disso, um dos entrevistados menciona como referência a formação esportiva que teve durante o Ensino Fundamental. Nesse caso, os professores de Educação Física também podem ser pensados como influência nas escolhas e na atuação profissional dos sujeitos. Disso, temos testemunho, por exemplo, na transcrição apresentada em seguida:

Teve meu professor de Educação Física no colégio, que foi em quem eu me espelhei por identificar com sua perspectiva. Minha escola era uma referência de Educação Física na época, aí eu fiz atletismo e joguei vôlei – mesmo sendo baixo – e foi até isso que me motivou a trabalhar com pessoas com deficiência (S8).

Daolio (1996) destaca que o professor de Educação Física leva seu aluno ao reconhecimento de valores, muitas vezes inconscientes, e que dão suporte e sentido às escolhas futuras do indivíduo e à sua forma de atuação no mundo. Diante desta perspectiva, é notável que a fala do sujeito (S8) exemplifica um aprofundamento da questão exposta, tendo reflexos em sua vida pessoal e profissional.

Nessa perspectiva, Kogut e Martins (2009) afirmam que a formação profissional dos sujeitos tem reflexos dos primeiros anos escolares, uma vez que a escolha pela profissão é definida por muitas variantes, entre elas o gosto pela carreira, pela influência de familiares, de amigos ou da mídia e por perspectivas de trabalho. Para as autoras, ao chegarem na universidade, os alunos já têm algum conhecimento sobre o que é a profissão, o que o profissional faz, como e onde o ofício pode ser desenvolvido. Muitos desses conhecimentos foram construídos baseados em informações recebidas em diversas situações ou experiências

vividas no contato com a profissão – no caso da Educação Física, esse processo pode ser exemplificado pelas aulas escolares, por experiências competitivas ou pelas referências absorvidas junto aos professores:

Os conhecimentos que os futuros professores de Educação Física têm sobre a profissão são oriundos, na maioria das vezes, de suas experiências nas aulas da disciplina na escola, por seu envolvimento com a prática de esportes de competição escolar, em treinamentos especializados de modalidades esportivas ou do contato com outras práticas corporais em ambientes fora da escola (p. 379).

Diante disso, o vínculo com um passado esportivo é uma questão relevante para a formação dos profissionais que atuam em políticas de esporte e lazer. Não pode ser tido como uma premissa, mas, após a análise do contexto pesquisado, ficou claro que se trata de elemento presente na vida dos sujeitos.

Todos os entrevistados tiveram seu ingresso na SMEL por concurso público e por oportunidade profissional obtida após a conclusão da graduação em Educação Física. Deixam claro que, inicialmente, o gosto pelas políticas públicas não se constituiu em fator relevante para suas escolhas, até porque essa foi uma área pouco abordada em sua formação. Nesse contexto, nota-se que os sujeitos acabam por entrar no setor público desconhecendo-o, sem referências para atuação em políticas públicas, conforme evidenciam os depoimentos de informantes transcritos a seguir:

A forma de ingresso foi através de concurso público, nunca tinha pensado na possibilidade de atuar no setor público e na época vi o edital e as descrições das atividades e me interessei a fazer o concurso, pois no edital estavam muito explícitas as atividades do analista de políticas públicas que era trabalhar com a formulação, elaboração e coordenação de políticas públicas de esportes e lazer. Então para diversificar a área de atuação resolvi fazer o concurso (S1).

Minha entrada foi através do concurso público, mas eu te confesso que na época, eu formei com 22 anos e num dia à tarde minha mãe viu no jornal que tinha concurso para Secretaria de Esportes e para Educação em Belo Horizonte. Foi justamente na fase que eu estava acabando de sair da faculdade, já estava procurando alguma coisa, enfim, eu te confesso que não foi uma coisa muito pensada, planejada e analisada por mim não. Teve o concurso, me matriculei, fiz a inscrição e fui fazer... Estudar eu estudei, mas também não foi uma coisa grande. A motivação, a escolha do serviço público, hoje eu falo que eu estou aqui por opção. Na medida em que eu fui desenvolvendo o meu trabalho que os anos foram passando e eu fiz a opção em largar a área de academia, de atividade física e saúde; esse lado de gestão pública, gestão de projetos sociais é o que me dá muito ânimo, que me dá muita vontade de trabalhar. A minha escolha foi a partir do momento que eu fui vivenciando, não foi uma coisa racional, eu fiz o concurso eu fui gostando a partir do momento em que eu fui caminhando (S4).

Entrei por meio de concurso e foi a oportunidade que eu tive, pois estava recém formado e vislumbrei o serviço público como uma das opções para começar a carreira.

Eu não sabia como era o cargo em si, somente as especificações que estavam no edital e foi isso que me atraiu trabalhar com a gestão pública e com os projetos (S7).

Esse é um fator importante de se analisar, porque o ingresso dos analistas no setor público ocorreu sem uma base conceitual. Esse é um ponto que reforça os limites da formação profissional em Educação Física para atuação no campo, mas que não deve ser o único eixo de análise para se pensar na intervenção. O início de qualquer trabalho envolve uma fase de sensibilização, que leva os sujeitos a conhecer o ambiente e, pouco a pouco, suas particularidades. Nesse contexto, surgem perguntas e inquietações que, quando elucidadas, acabam por amadurecer e trazer segurança para a intervenção dos profissionais.

As falas dos sujeitos 1 (S1), 4 (S4) e 7 (S7) suscitam discussões acerca dos conhecimentos envolvidos na formação em Educação Física. Faria Junior (2003) destaca que, muitas vezes, os profissionais da área se encontram diante de problemáticas que não conseguem enfrentar, devido sua formação especializada, ou seja, que privilegia alguns conhecimentos em detrimento de outros.

Com isso, os currículos da Educação Física tendem a fracionar o conhecimento, centrando sua abordagem em elementos tidos como específicos da área: motricidade, esporte, cultura do movimento, fitness, entre outros. Para Taffarel (1993), esse contexto enfatiza um processo de formação acrítico, que ocorre sob o paradigma da aptidão física, com forte influência da área biológica. A autora aponta, ainda, para a dicotomia entre teoria e prática, uma vez que os profissionais são preparados para atuar no mercado de trabalho por meio de uma intervenção centrada no fazer.

Nota-se, portanto, uma tendência em se preparar tecnicamente os profissionais de educação física, havendo limites na construção de um conhecimento amplo, formado criticamente. Diante disso, Faria Junior (2003) propõe uma formação generalista, que supõe domínio de teorias que permitam ao profissional atuar em todos os campos de intervenção da área, inclusive nas políticas públicas. Para o autor, o conhecimento de teorias sociológicas (funcionalismo, marxismo, teoria crítica), por exemplo, permite interpretar como funciona a sociedade – a divisão de classes, os aspectos distributivos e relacionais entre elas, as políticas constituídas e seus princípios. Talvez, esse seja o caminho a ser percorrido para superar as dificuldades encontradas pelos profissionais quando ingressam no setor público.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à contribuição na formação das experiências profissionais dos sujeitos. Observei dois comportamentos distintos com relação às formas de entrada e permanência no Mercado de trabalho. O primeiro deles refere-se aos profissionais que, apesar de perpassarem por outras áreas de atuação, concentraram praticamente toda sua

vida profissional na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Neste caso, os sujeitos possuem experiências com docência, orientação de atividades físicas, esporte de rendimento, entre outras. Tais ocupações, porém, não se fizeram presentes mais que dois anos em suas vidas profissionais. No contexto analisado, 5 sujeitos se enquadram neste quadro, exemplificado pelas falas a seguir:

Tenho experiência com regência de aulas de educação física infantil e também para o ensino fundamental. Estou só na secretaria com o desenvolvimento de políticas públicas há mais de vinte anos e minha experiência maior foi com a gestão de programas sociais (S1).

Então, em 2000 eu já estava como efetivo aqui na secretaria, então a minha maior experiência está aqui. Eu falei da questão da fisiologia pois logo quando eu entrei, a gente trabalhava aqui meio horário, era 6 horas. E aí eu achei que podia fazer outras coisas, então já tive uma experiência em academia também; trabalhava como professora de musculação, já tive aluno como *personal*, já fiz avaliação física... Basicamente foram essas as minhas experiências. Até chegar um momento da minha carreira que eu tive que fazer uma opção, aí eu optei pelo serviço público, que era o que eu mais gostava. Também estive na iniciativa privada para montar um clube. Depois que o estruturei, há uns bons anos, optei por focar minha atuação apenas com as Políticas Públicas (S4).

Fora da Secretaria eu trabalhei em Escola Estadual como professor concursado com carreira estadual e trabalhei tanto no ensino médio quanto fundamental do Estado e também trabalhei em academias na área da musculação. Porém, há quase dez anos me dedico exclusivamente às atividades da SMEL (S7).

Os demais profissionais conciliam o trabalho na SMEL com outras atividades ligadas à Educação Física. Durante as entrevistas, pude perceber que não se trata, somente, de uma opção por complementação financeira. Optam por esse caminho para não se afastarem de outros espaços de intervenção no mercado de trabalho ou de alguma área do conhecimento que confere maior reconhecimento e visibilidade. Nesse aspecto, é importante destacar o desejo de não se afastar do mercado – como se a própria atuação nas políticas públicas não pudesse ser considerada uma possibilidade dentro do mercado:

Atualmente trabalho aqui na Secretaria, mas não consigo deixar meus meninos para trás. Trabalho numa escola particular dando aula para meninos do ensino fundamental. Também já trabalhei em faculdade, mas larguei faz dois anos (S3).

Trabalhei 10 anos com ensino fundamental em escola particular, e outros 10 anos com escola de judô. Também trabalhei 2 anos com treinamento de alto rendimento de Judô em um grande clube de BH e recentemente deixei meus 8 anos no ensino superior – área que gosto bastante (S8).

Pensando no perfil de experiência profissional do (a) gestor (a), é preciso ter em mente que este sujeito se engaja de forma diferente no serviço público, apresentando, assim,

outras experiências em sua atuação quando comparado (a) aos analistas. Por esse motivo, e pela diferença de sua atuação e dos níveis de responsabilidade a ele conferidos, esse (a) profissional procura aliar sua atuação na SMEL a outros desafios profissionais abordados como *freelancer*⁹. Em sua fala, o sujeito 6 (S6) deixa claro seu gosto por trabalhar com o esporte, mas faz questão de seguir sua trajetória em outros caminhos, uma vez que sua posição como gestora não se traduz em efetividade no cargo; ou seja: sua mobilidade profissional torna-se possível por ocupar um cargo de confiança:

Sou formada em Comunicação – Relações Públicas. A minha experiência profissional é: no início eu trabalhei numa produtora de eventos, focada na produção de eventos esportivos. Foi aí que eu comecei no mundo do esporte. Aí eu tinha mais a visão e execução de planejamento de eventos, então da mesma forma que eu fazia um planejamento executivo, eu fazia o planejamento de um evento cultural. Depois tive a experiência com eventos culturais, e voltei novamente para a área do esporte e lazer. Tenho 25 nessa área. Trabalhei e trabalho até hoje em clubes e em produtoras independentes que focalizam o esporte (S6).

Ao tomar por base os sujeitos da pesquisa e suas experiências profissionais, fica claro que se tratam de ocupações distintas. Os analistas atuam da concepção dos programas até sua execução, responsabilizando-se pelos resultados inerentes a esse processo. Com isso, pode-se considerar que suas experiências se direcionem aos aspectos ligados diretamente ao esporte e ao lazer, até porque sua formação em Educação Física se aprofunda nessas temáticas. Já o (a) gestor (a) tem por função a administração global da instituição, devendo ir além dos aspectos técnicos ligados à área de sua responsabilidade.

Após análise das falas dos sujeitos, algumas inquietações me surgiram, sendo uma delas a qualidade de vida do trabalhador. Lemos *et al.* (2007) buscaram analisar as carreiras dos profissionais de Educação Física, trazendo alguns apontamentos sobre seu campo de intervenção profissional. Para tal, os autores afirmam que é preciso compreender os fatores que interferem na satisfação ou motivação dos profissionais, recorrendo ao modelo de Walton, que aponta para oito dimensões – organizacionais, humanas ou ambientais: remuneração e compensação; condições de trabalho; oportunidade imediata para o uso e desenvolvimento das capacidades humanas; integração social na organização do trabalho; oportunidade futura de crescimento e segurança; constitucionalismo na organização do trabalho; o trabalho e o espaço total da vida; relevância social da vida no trabalho.

⁹*Freelancer* é um termo inglês cunhado para denominar um profissional que atua de forma independente, contratado para executar serviços pontuais. Não estabelece vínculo direto com o sujeito ou com a instituição que demanda o serviço.

Trazendo esses fatores para o contexto da pesquisa, observo que, em certa medida, se fazem presentes nas falas dos sujeitos. Ambos demonstram prazer em trabalhar com políticas públicas de esporte e lazer, e 4 optam por seguir em paralelo com outros campos de intervenção da Educação Física. Analisando as inserções de cada um, nota-se que esse processo não se dá exclusivamente por um viés financeiro, ou seja, para complementação de renda ou busca de um salário digno – mas também por outros motivos que se encaixam no modelo de Walton:

Trabalho só aqui na Secretaria há seis meses, mas por uma escolha minha! Percebi que estava trabalhando muito e ficando sem tempo para minha família. Então tive que escolher aquilo que mais gostava, mas que também me deixava estabilizado financeiramente (S8).

Considerando a carga horaria como analista de políticas públicas (40 horas semanais), o profissional que opta por desenvolver outras ocupações laborais acaba realizando uma longa jornada de trabalho, que pode interferir em sua qualidade de vida, ou até mesmo em seus momentos de lazer.

Nozaki (2004) discute o mercado de trabalho na Educação Física e aponta que os profissionais da área têm um amplo campo de intervenção para explorar, com diversas possibilidades de ocupação. Porém, tem-se observado no Brasil, que os sujeitos se vinculam a mais de uma ocupação por necessidade de obter a remuneração desejada ou necessária. Com isso, há a necessidade de se estender a jornada para 12 ou mais horas de trabalho, mesmo após a regulamentação profissional.

Abordar questões como remuneração, jornada de trabalho e atividades profissionais é fundamental para se discutir as experiências profissionais dos sujeitos, tendo em vista que elas são um reflexo das relações que se estabelecem entre a profissão e a sociedade. Tendo em vista o contexto analisado, outros elementos são importantes para compreensão dos percursos traçados pelos analistas de políticas públicas, dentre eles as referências (contextos, autores, grupos e instituições) que permeiam sua formação.

Observei que os sujeitos possuem diferentes referências profissionais. No que tange aos contextos, a entrada no setor público se deu por meio da oportunidade de realização a partir do concurso público; ou seja: a influência contextual referiu-se ao ingresso numa oportunidade de trabalho que lhes permitia estabilidade e uma remuneração de mercado.

Analisando as trajetórias de pessoas, grupos e instituições que influenciaram ou influenciam a atuação profissional dos sujeitos, observei elementos diferenciados que evidenciam a riqueza de saberes envolvidos no contexto de atuação na SMEL. Por outro lado,

algumas influências são recorrentes nas falas dos sujeitos, o que também pode levar a diferentes reflexões.

Nesse sentido, conhecer essas influências pode trazer apontamentos acerca dos caminhos traçados na constituição dos profissionais em questão. Assim, é possível conhecer os grupos, pessoas e instituições que se consolidam referenciais para a formação em políticas públicas de esporte e lazer.

Alguns sujeitos retratam suas influências profissionais e dão indícios acerca de sua atuação no campo das políticas públicas. Apresento as falas a seguir visando mostrar que existem convergências e divergências neste processo, o que contribui para a realização de discussões acerca do tema – além de retratar a diversidade de contextos que formam os profissionais. É importante destacar que, nas falas do(a) gestor(a), não identifiquei traços que remetem aos fatores que influenciam sua trajetória e atuação profissional.

Em um primeiro momento, dois entrevistados afirmam que não possuem tipo algum de referência, mas, na sequência, de suas falas, citam algumas informações que podem ser compreendidas como referências profissionais:

Com a área de políticas públicas não tive influencia nenhuma. Foi uma coisa mesmo do concurso. Para meu trabalho aqui não tive nada que de fato manifestasse em mim o desejo de seguir no campo. Porém, depois que eu entrei tive mais contato com as pessoas do meio político e aí sim passei a gostar cada vez mais desse ambiente... Daí comecei uma especialização em gestão pública onde os professores me ajudaram muito na concepção do meu trabalho aqui na SMEL (S7).

Eu não tenho nenhuma pessoa, nenhum pensamento político ou grupo que me influencia. Eu consigo trabalhar muito bem a questão do esporte e do lazer associado, mas têm pessoas que são contra! Dizem algo do tipo: “Eu sou do lazer”. Eu discordo, acho que o esporte e o lazer devem caminhar juntos. Mas eu gosto muito do Carlos Raul Lorda, grande escritor uruguaio. A Maria Alice Coraza me deu dois cursos de formação fora da secretaria que foram muito bons, me fizeram pensar fora da caixa. Fora isso, também tem aquela turma boa com Bramante e Marcellino. Mas se eu não buscasse, nenhum deles eu teria conhecido (S9).

Tomando por base a fala do sujeito 9 (S9), observa-se que há pessoas que interferiram na formação dos profissionais. Nelson Carvalho Marcellino foi citado como referência por 3 entrevistados, o que não constitui surpresa, porque se trata de um pesquisador bastante conhecido no campo de Estudos do Lazer, tendo publicado, nas últimas 3 décadas, uma diversidade de livros e artigos ligados, principalmente, à Educação, a políticas públicas, formação e atuação profissional.

Pensando no contexto dos profissionais, também encontrei referenciais que se aproximam do campo de atuação específico dos mesmos. Exemplo disso foi a citação da professora Maria Alice Coraza pelo sujeito 9 (S9). O trabalho que desenvolve visando à

promoção da saúde dos idosos, por meio da prática de atividades físicas, assemelha-se aos objetivos dos programas de responsabilidade do profissional que a menciona.

Alguns sujeitos mencionaram influências semelhantes que se relacionam com as propostas de formação da SMEL. Os sujeitos 1 (S1) e 5 (S5) identificam a professora Leila Mirtes de Magalhães Pinto como uma influência em sua atuação profissional no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer. Essa profissional atuou, durante 2 anos, na SMEL como consultora e, segundo os entrevistados, mudou a forma de pensar o esporte e o lazer em Belo Horizonte - MG, traduzindo-se como referência para os mesmos. Nesse aspecto, é importante ressaltar, que todos os analistas entrevistados já haviam ingressado na SMEL durante a consultoria dessa professora. Nem todos, porém, a mencionaram como referencial de formação e atuação profissional, conforme evidenciam os trechos que transcrevo a seguir:

O grande impulso que eu tive com meu trabalho especificamente na Secretaria foi a busca por estar sempre me aperfeiçoando. Reconheço que o trabalho que a Leila Mirtes fez na Secretaria através da consultoria impulsionou vários analistas a buscar melhor qualificação profissional. Foi aí que vários de nós optamos por realizar especializações e mestrados para entender melhor como trabalhar com as políticas públicas. A gente não conhecia muito bem as finalidades do trabalho público, muito menos suas limitações e possibilidades. Então eu reconheço muito esse trabalho da Leila Mirtes (S1).

Com certeza minha maior influência foi e continua sendo a Leila, apesar de não estar mais tão próxima. Eu gostaria muito de ter uma referência em política pública – os colegas daqui já fizeram mestrado na área e tentam trazer alguma coisa para nós, mas nada que influencie muito. Engraçado que, o que eu vi no turismo tem me influenciado mais (S5).

Outros elementos importantes a se considerar são os grupos e instituições que fazem parte da trajetória dos sujeitos, como exemplificado com as declarações a seguir:

Minha grande influência atual tem a ver com meu envolvimento nos grupos de pesquisa em formação profissional e políticas públicas. O princípio de minha vida profissional também foi influenciado por minha trajetória no esporte, especificamente no voleibol. Não investia no treinamento da modalidade, mas sim numa questão relacionada ao prazer, ao lazer. Não queria aprender os gestos técnicos e pronto! Isso me fez continuar meus estudos na área do lazer. Então procurei fazer o mestrado em lazer na UFMG e continuo em contato com o meio acadêmico através de minha participação no grupo ORICOLÉ (S2).

Eu falo que a gente no serviço público vive altos e baixos. Tem época que tudo acontece muito bem, mas também tem época que tudo acontece muito mal. Houve uma fase na minha vida que eu tive que repensar essa minha prática, porque estava tudo mal. Aí a gente começa a achar que a política do esporte é sensacionalista, patrimonialista, aquelas coisas todas... Quando eu reparei que entrei nessa fase, eu pensei que precisava respirar outros ares. Foi quando eu fui para a Fundação João Pinheiro e resolvi fazer a especialização. Nesse sentido, aquele grupo de professores da Fundação me influenciou muito; tiveram outros que eu vou citar, mas esse foi um divisor de águas, foi um lugar que eu achei e que me abraçaram. Pouco depois eu fui fazer um mestrado na UFMG e eles me ligaram perguntando se eu não ia fazer a

matrícula, disse que ia fazer na UFMG e eles me disseram que conseguiriam bolsa pra eu fazer. Enfim, eu estava buscando esse conhecimento, esse fôlego e eu acho que eles me acolheram bem. O segundo foi o POLIS, paralelamente, mais ou menos nessa época, alguns professores na especialização em Lazer resolveram montar o grupo POLIS que discutia as políticas de esporte e lazer. Essa entrada no POLIS me deu a opção de fazer a especialização do Esporte e Lazer. Então foram esses dois grupos que em influenciaram muito (S4).

A fala do sujeito 2 (S2) apresenta traços consistentes quanto ao seu entendimento como profissional que atua com esporte e lazer. Sua infância e adolescência foram vividas no meio esportivo, mas não ao ligado exclusivamente a rendimento, e, sim, aquele relacionado com o prazer, com a participação, com as oportunidades de acesso. Por outro lado, o indivíduo ainda busca referências em grupos de estudo e pesquisas que tratam de questões relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer; ou seja: busca manter-se atualizado em seu campo de atuação através de referências acadêmicas e profissionais.

O contexto analisado deixou claro que grupos de estudos/pesquisa e universidades são fundamentais para a formação de profissionais. Nessa perspectiva, uma questão que emerge refere-se à formação continuada desses sujeitos, uma vez que a análise das falas evidencia a busca por conhecimento mesmo após a formação inicial e o ingresso na SMEL.

Nesse sentido, nota-se que o processo de formação continuada não deve polarizar esforços por parte dos profissionais e das instituições – ao contrário – deve se constituir como uma etapa de formação a ser compartilhada entre ambos, uma vez que seus frutos os influenciarão da mesma forma.

Gatti (2008) analisa as políticas de formação continuada no setor público e afirma que esse é um requisito para o trabalho, por trazer consigo a ideia de atualização constante em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias aplicadas às diferentes áreas de intervenção. Diante disso, o caminho dos sujeitos por instituições e grupos de pesquisa permite um contato mais próximo com o desenvolvimento do mundo do trabalho. Além disso, Gatti (2008) destaca que, no Brasil, a necessidade da institucionalização de uma política de formação continuada foi evidenciada, nos últimos 10 (dez) anos, pelos limites na formação vivenciada pelos profissionais para atuar nas políticas públicas.

No que tange às universidades e aos cursos de especialização que influenciam os sujeitos, observa-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Fundação João Pinheiro (FJP) são as instituições mais presentes na formação dos profissionais. A UFMG foi citada por 7 indivíduos que lá concluíram cursos de graduação, especialização ou mestrado. Conforme Gomes e Melo (2003), essa instituição é um importante referencial para o esporte e o lazer no Brasil. Os autores desenvolveram um panorama das pesquisas sobre essas temáticas

no Brasil, e puderam observar um lugar de destaque para a UFMG. Isto pode ser demonstrado por uma gama de ações de formação desenvolvidas pela instituição, incluindo a edição de periódicos específicos sobre lazer; a promoção de eventos acadêmicos e de cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Além a instituição tem vários grupos de pesquisa que também se destinam a discussões sobre esporte, lazer, políticas públicas, formação e atuação profissional, tais como o Grupo de estudos e pesquisas em políticas, educação e cidadania (POLIS), o Laboratório sobre formação e atuação profissional em lazer (ORICOLE) e o Grupo Lazer, Brasil & América Latina (OTIUM).

Dos 9 sujeitos, 4 desenvolveram especializações em Gestão Pública, sendo 3 delas na Fundação João Pinheiro (FJP) – uma organização do Estado de Minas Gerais voltada, especificamente, para a formação de profissionais que irão atuar no setor público. Esse é um fator que demonstra o amadurecimento e a consolidação da FJP como importante referencial para as políticas públicas no Brasil, mais precisamente em Minas Gerais.

Os grupos de pesquisa também se fazem presentes na formação dos sujeitos, o que pode ser verificado durante a pesquisa. Dois analistas atuam no Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) da UFMG, por meio da participação no Laboratório sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLE) e no Grupo de Pesquisas em políticas, educação e cidadania (POLIS). Chamou-me a atenção um grupo de estudos específico, citado pelo sujeito 8 (S8), que foi constituído pelos profissionais do programa de sua responsabilidade. Segundo ele, essa foi uma necessidade identificada por eles, uma vez que o cotidiano lhes exigia grande conhecimento sobre as formas de intervenção junto às pessoas com deficiência.

Vale destacar que a formação de profissionais não deve ocorrer somente na universidade. Candau e Moreira (2003) afirmam que esse processo se dá por meio das relações estabelecidas entre os saberes e as práticas socialmente construídas e os conhecimentos escolares. Nessa perspectiva, o *locus* da discussão encontra-se nos chamados âmbitos de referência, ou seja, onde “as coisas acontecem”, fazendo emergir conhecimentos e saberes. Para os autores, isso corresponde: (a) às instituições produtoras do conhecimento científico (universidades e centros de pesquisa); (b) ao mundo do trabalho; (c) aos desenvolvimentos tecnológicos; (d) às atividades desportivas e corporais; (e) à produção artística; (f) ao campo da saúde; (g) às formas diversas de exercício da cidadania; e (h) aos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, o trabalho dos analistas de políticas públicas na SMEL, por exemplo, torna-se uma possibilidade de formação desses profissionais, uma vez que as relações ali estabelecidas se configuram em momentos de ensino e aprendizagem. A formação cultural

dos sujeitos, seu passado esportivo e o envolvimento com as políticas também são elementos importantes para a discussão que se faz presente.

Assim, evidencia-se que a universidade, ou a escola, são apenas uma das possibilidades para a formação de profissionais para atuar nas políticas públicas de esporte e lazer. No caso da Educação Física, Isayama (2010) destaca a necessidade de um entendimento mais amplo sobre seu currículo, que poderia deixar de ser visto apenas como um rol de disciplinas ou programas – passando a ser compreendido como as diferentes vivências que são organizadas para contribuir com a formação de sujeitos críticos, criativos e sensíveis às mudanças históricas e culturais da sociedade. O autor também relata a necessidade de se pensar a formação para além dos muros da universidade, uma vez que se constitui como um processo em constante construção, sempre inacabado. Abrem-se as portas, portanto, para a noção de que o conhecimento está presente nas relações humanas e, conseqüentemente, sua promoção deve ser pensada da mesma forma.

3.2 A SMEL e a atuação dos profissionais

Tendo em vista os sujeitos da pesquisa e sua formação, analisar a atuação profissional requer trazê-los para o contexto institucional e compreender as relações que se estabelecem a partir da interação entre eles. Opto por iniciar as discussões sob o prisma da formação profissional, tendo em vista que este processo envolve diversas variáveis que deveriam relacionar-se entre si; ou seja: não deveriam existir como fragmentos isolados. Um exemplo disso é a fala do sujeito 6 (S6), quando afirma que a SMEL apoia a busca por qualificação e atualização profissional junto ao seu quadro de colaboradores. Porém,

O que mais funciona hoje em dia é dar autonomia para que o analista busque os cursos e intervenções que lhe amadureçam enquanto profissional. A Secretaria não tem por hábito programar e elaborar processos de formação profissional, mas sim liberar seus profissionais durante certo tempo para que eles realizem por conta própria seus processos de formação continuada. Porém, o que acontece quando esse servidor volta? Absolutamente nada! Todo aquele conhecimento absorvido fica para ele, mais ninguém! A Prefeitura libera esse cara, paga seu salário durante a capacitação e o retorno que ele dá é zero. Essa não é uma falha só do profissional, mas também dos gestores que não sabem recebê-lo de volta e retirar dele tudo aquilo que poderia ser útil para a área. Resumindo, não sabemos valorizar o saber construído por nossos profissionais (S6).

Um primeiro elemento que se levanta é o aproveitamento dos resultados da formação pelos sujeitos e pela instituição. O que ocorre é a possibilidade de o profissional

participar de cursos de formação e capacitação que, quando concluídos, não se traduzem em contribuições efetivas para as políticas de esporte e lazer. Ressalto que esse não é um fator de responsabilidade exclusiva dos profissionais, uma vez que o (a) próprio(a) gestor(a) afirmou que tem dificuldades para valorizar os saberes construídos por sua equipe e, conseqüentemente, inseri-los no seu cotidiano.

Ao se analisar a fala dos analistas, o panorama é um pouco diferente. Eles percebem a presença dos conhecimentos adquiridos no dia a dia de sua intervenção, como exemplifica o trecho transcrito a seguir:

Depois que eu fiz especialização e mestrado em lazer ficou mais fácil perceber quais os caminhos que deveria seguir no dia a dia. Mesmo sem ter elementos técnicos, que são mais fáceis de visualizar, sei que meus pensamentos são influenciados pelos conceitos que me apropriei (S2).

Relacionando as falas do (a) gestor (a) e do analista, não as entendo como contraditórias ou distintas, mas complementares. Os sujeitos utilizam os conhecimentos adquiridos; porém, essa percepção é pessoal e sutil - difícil de ser realizada por terceiros. Por outro lado, os profissionais que gerenciam as políticas sentem a necessidade de perceberem, efetivamente, a presença das contribuições que a formação dos sujeitos podem conferir às políticas como um todo.

Os elementos elencados apontam para a ausência de uma política de formação continuada dentro da SMEL. Os profissionais realizam esse processo de acordo com seu interesse, não havendo um direcionamento dessa formação de acordo com o pensamento político ou com as concepções de políticas públicas de esporte e lazer. Pude perceber, durante a coleta de dados, que essa formação continuada caracteriza-se como um processo desarticulado e de difícil aproveitamento por parte do poder público. As falas transcritas a seguir exemplificam:

As formações sugeridas aqui são fragmentadas, não se concretizam como uma política de formação dos analistas. É uma coisa que a gente reclama sempre, eternamente com os gestores e secretários. Por exemplo, nós sempre sugerimos aos gestores que mantenham uma biblioteca ativa, mas isso nunca aconteceu. Não há uma capacitação, que sempre é solicitada, mas nem sempre atendida. Fui liberado para fazer o mestrado em Portugal e só, mais nada. Houve uma tentativa de trazer a Leila Mirtes para um período de capacitação, e reconheço que esse foi um divisor de águas. Nem sempre acontece, é falho isso; ou seja: o profissional como eu deve correr por fora e buscar (S3).

A Secretaria tem uma facilidade de liberar e apoiar os pagamentos para mestrado e tudo, mas acho que é insuficiente, pois nem todos têm o perfil para fazer mestrado ou doutorado. Porém, todos precisam de capacitação. Quando entrei aqui tínhamos algumas capacitações de pacote Office, banco de dados e internet. Mas atualmente

temos dificuldade para acessar as propostas de formação em nossa área específica. Estamos muito distantes de ter essa orientação, ou seja, o planejamento de formação realmente deixa a desejar por aqui (S5).

A estratégia narrada pelos sujeitos mostra que o setor público reconhece a necessidade de manter seus profissionais atualizados para atuar no campo das políticas públicas, mas também deixa clara a sua dificuldade em atuar no contexto da formação. Com isso, há uma transferência de responsabilidade para o profissional, uma vez que esse deve buscar o aprimoramento de seus conhecimentos, tornando o processo individualizado.

Percebo, então, uma individualização da formação dos profissionais, no entanto, entendo que os processos de formação não devem estar sob responsabilidade exclusiva dos sujeitos ou das instituições. Esses dois atores devem atuar conjuntamente na concepção de uma política de formação, caso isso não ocorra, é possível observarem-se limites na construção dos saberes, como exemplifico na fala a seguir:

Não recebo praticamente nenhuma proposta de formação aqui. Tenho uma formação genérica sobre o que é gestão, o que é um gestor, e algumas coisas da Fundação Dom Cabral. Vou lá porque sou obrigada a ir, pois não traz absolutamente nada de novo (S6).

Marcellino (2003) destaca que a parceria com universidades pode se tornar um importante caminho para o incentivo da formação continuada nos órgãos públicos. Para ele, esse é um processo fundamental ao desenvolvimento de quadros de profissionais, porque permite a realização de intercâmbios de conhecimentos e experiências.

Ferrarezi e Zimbrão (2006), porém, afirmam que, para que a capacitação tenha eficácia e impacto sobre o trabalho, é preciso ter claro o seu alcance, o que significa identificar que problemas quer resolver ou que competências quer desenvolver. Segundo essas autoras, “ela não resolve todos os tipos de problemas da organização, mas somente aqueles que foram diagnosticados como passíveis de resolução por meio de capacitação” (p. 75).

Tendo isso em vista, a colaboração entre sujeitos e instituições pode facilitar o processo de identificação das lacunas presentes no cotidiano e, assim, focalizar as propostas de formação com base nos problemas a serem desenvolvidos. Para além dessa visão, Ferrarezi e Zimbrão (2006) destacam que a formação continuada não deve se voltar apenas para a solução de problemas imediatos, pois deve olhar para o futuro e possibilitar o desenvolvimento das instituições e dos sujeitos, de modo a elevá-los de patamar.

Por não haver uma política de formação no contexto de análise, observo que alguns setores realizam movimentos isolados, dentro da SMEL, na busca por fomentar e promover percursos de formação junto aos seus profissionais, mas ainda pontual e insipiente, e sobre isso destaco os seguintes trechos de entrevistas:

Meu horário de trabalho me permite a busca por formação. Além disso, minha coordenadora tem uma experiência muito grande na área; ou seja: o contato diário com ela me possibilita essa formação constante. Também trazemos alguns profissionais do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte para nos ajudar, o que tem me ajudado muito... Em suma, o que tem acontecido é esse tipo de formação, nada formalizada, mas um aprendizado constante (S1).

Como nosso trabalho envolve as pessoas com deficiência, estamos em constante formação. Acabamos de fazer um curso da UNICEF e da UNESCO que aborda esta perspectiva. Mas não vejo muito isso em outras áreas não, já trabalhei em outros programas e não tive nenhuma proposta dessa. Porém, aqui no nosso programa temos esta oportunidade, talvez porque estamos envolvidos com pessoas que por uma informação errada podem perder uma vida. Como te disse, também temos um grupo de estudos entre os próprios profissionais que trabalham aqui. Nos reunimos de 15 em 15 dias para discutir artigos relacionados ao nosso público-alvo (S8).

Nota-se que os processos acima não se traduzem numa política de formação, mas em ações pontuais, muitas vezes não formais. Surgem, a princípio, da necessidade e do desejo dos próprios profissionais pela busca de aperfeiçoamento de seus conhecimentos e, conseqüentemente, suas ações no âmbito das políticas públicas. Neste ponto, há outro aspecto a ser considerado – o desejo dos sujeitos de participar de processos de formação:

Os conhecimentos teóricos que tenho foram conquistados nos cursos que eu procurei fazer por conta própria. Aqui na SMEL não temos nenhuma proposta de formação, o que é muito triste. Sabendo do tanto que ainda preciso aprender para dar conta do meu trabalho, gostaria que aqui me oportunizasse o acesso a esses conhecimentos. Até porque, com a quantidade de pessoas que trabalham aqui, muita coisa poderia surgir e ser focalizada para melhora (S9).

Fica evidente que é preciso direcionar um olhar específico para o problema da formação continuada dentro da SMEL. Para que esse processo ocorra, todos os sujeitos envolvidos devem ser chamados a participar, uma vez que serão foco das propostas. Ao opinarem sobre os processos que farão parte, aumenta-se o leque de possibilidades para que o enfoque das formações vá ao encontro dos conhecimentos, saberes e competências que o quadro de profissionais da Secretaria demanda.

O que foi dito até aqui, no que tange à formação profissional, vai ao encontro dos desafios a serem enfrentados pelos gestores de esporte e lazer segundo Pinto *et al.* (2011). Para os autores, “a ausência de uma proposta de formação continuada se traduz na quebra de uma

lógica de formação capaz de atualizar os sujeitos e, por conseguinte, qualificar sua atuação enquanto profissional do lazer” (p.37).

Esse desafio torna-se ainda mais necessário de ser superado quando analisamos a própria perspectiva dos gestores de esporte e lazer, que segundo Marcellino *et al.* (2007), se queixam, frequentemente, da falta de pessoal qualificado e competente para desempenhar funções na área. Capacitar equipes multidisciplinares, com profissionais especialistas na gestão do esporte e do lazer, entretanto, não é tarefa fácil. Para que isto ocorra, a temática deve ocupar *status* primário nas administrações públicas que executam sua gestão.

Refletir sobre a formação de profissionais para atuação nas políticas de esporte e lazer nos remete à compreensão dos saberes, competências e habilidades necessárias à ação. Compartilho com Tardif (2000) quando afirma que os conhecimentos profissionais exigem autonomia e discernimento; ou seja: não se tratam apenas de conhecimentos técnicos padronizados e codificados. Para o autor, a formação deve levar o profissional a reflexões que o levem a compreender os problemas, organizá-los e buscar meios de atingir os objetivos almejados. Nesse sentido, o saber não é algo rígido, imutável; ou seja: traduz-se como ferramenta de intervenção profissional que se desloca ao encontro das concepções e estratégias de cada sujeito.

Destaco os saberes que os sujeitos julgam importantes para sua atuação profissional, o que evidenciou o leque de possibilidades de atuação nas políticas públicas de esporte e lazer. Nesse sentido, vale compreender que os saberes se traduzem no domínio de conhecimentos sobre determinado tema, findando-se, assim, nos conteúdos relacionados a ele. A utilização desses conteúdos na solução de problemas se traduz nas competências profissionais.

É preciso ter em mente que a compreensão sobre os saberes pode diversificar as formas de intervir no campo, mas, por outro lado, pode dificultar o apontamento de um eixo sobre os conhecimentos necessários para atuação. As falas dos sujeitos transcritas a seguir apontam para esse contexto:

Primeiramente é preciso ter um conhecimento macro sobre lazer. Porque se a gente não tem esse conhecimento, deixamos de estar alertas para algumas situações e corremos o risco de cair em algumas ciladas que estão colocadas, como por exemplo, a cilada da indústria cultural e da esportivização do lazer. É preciso conhecer o lazer como um fenômeno moderno, assim como a gestão pública – até mesmo com a equipe que irá atuar na ponta. Também é preciso conhecer a área de atuação das demais Secretarias, bem como estabelecer um diálogo aberto com elas. Saber os princípios da gestão pública, intersetorialidade e da participação popular é importante para não sermos tratados como animadores de circo (S4).

Penso que o fator inicial para trabalhar com políticas públicas de esporte e lazer é aprender a exercer um olhar político sobre o tema. Na Secretaria, na Prefeitura, no setor público em si você pode observar um viés político muito grande. Então, é preciso ter um conhecimento desta área para poder dialogar com outras Secretarias. Além disso, também é preciso buscar conhecimento sobre leis para atuar com eficiência (S7).

Olha, conhecer sobre gestão é muito importante. Compreender o referencial teórico sobre esporte, lazer, esporte educacional, esporte de rendimento também é muito importante. Falando especificamente do programa que atuo, conhecer outras áreas como psicologia e reabilitação também é fundamental para o sucesso (S8).

Analisando a fala, percebo algumas convergências, mas, de modo geral, os entrevistados abordam uma perspectiva diferenciada, no que tange aos saberes necessários para atuação com políticas públicas de esporte e lazer.

Emergiu do contexto analisado a necessidade de se conhecer as teorias ligadas à política e às políticas públicas, de modo mais específico às questões ligadas à legislação e à gestão de serviços públicos. Dominar conteúdos específicos do esporte e do lazer também é tido como necessário, uma vez que concebê-los de forma clara pode potencializar suas possibilidades de transformação da sociedade. Os conhecimentos ligados à gestão também se evidenciam nas falas dos sujeitos.

Nesse sentido, a figura do profissional que atua como analista de políticas públicas de esporte e lazer não se enquadra em padrões técnicos ou executivos – relaciona-se também com a perspectiva gerencial, uma vez que organizam e atuam como gestores dos programas e ações de sua responsabilidade. Somado a isso, a fala do sujeito 4 (S4) mostra que há necessidade de se conhecer a realidade daqueles que irão trabalhar na ponta, sendo esta uma questão fundamental para a concepção de ações e programas pautados na realidade do campo de intervenção.

Diante do contexto analisado por meio das falas dos sujeitos, percebo que os saberes ligados a intervenção profissional nas políticas públicas de esporte e lazer se enquadram em 4 eixos principais: (a) os saberes específicos da área de intervenção das políticas, ou seja, do esporte e do lazer; (b) os saberes relacionados às políticas; (c) os saberes ligados à gestão; (d) os saberes que envolvem a prática profissional.

Por atuarem nas políticas de esporte e lazer, todos os sujeitos apresentaram em suas falas, que é fundamental conhecer os conteúdos ligados especificamente ao esporte e ao lazer. Nessa perspectiva, é relevante, para a intervenção desse profissional, que ele tenha concepções bem definidas sobre as temáticas, o que irá auxiliá-los na solução dos problemas do dia a dia – como pode ser observado na fala abaixo:

Meu programa tem as duas coisas: lazer e esporte. Tem os meninos que vem aqui para iniciar um processo de socialização junto à sociedade, mas já tem meninos que tem ótimos resultados nas competições. Eu preciso saber lidar com isso porque em alguns momentos as características de um e de outro se afastam. A cobrança de fazer uma técnica adequada no judô pode ser diferente numa mesma aula por aqui (S8).

É preciso ter em mente, porém, que existem diferentes concepções sobre esporte e lazer, que ora os aproxima, ora os distancia. Menicucci (2008) destaca que os conceitos sobre esporte e lazer podem conter ambiguidades e ser definidos de diferentes formas. Para a autora, esse é um fator que traz dificuldades para a definição do escopo de políticas voltadas para sua garantia como direitos.

O sujeito 4 (S4) reconhece que “os conceitos de esporte e lazer ainda se constatarem como elementos em amadurecimento dentro da SMEL”. Uma explicação para isso pode ser dada pelos dizeres de Linhales *et al.* (2008), uma vez que citam a inserção desses temas na agenda pública como recentes. Nesse sentido, ainda ocorre, no setor público, uma fase de assimilação dos entendimentos convergentes e divergentes presentes nas relações que se estabelecem entre esporte e lazer.

Lopes (2009) buscou compreender a atuação dos profissionais de lazer no setor público municipal e identificou que seu dia a dia pode apresentar características que vão do fazer técnico ao fazer político. Nesse sentido, os profissionais atuam sob o viés gerencial, mas também por uma perspectiva técnica; ou seja: em alguns casos, o contexto leva os profissionais que pensam as políticas ao papel de executores das atividades.

Apesar do contexto analisado não apresentar, na maioria das vezes, essas características, as dificuldades enfrentadas cotidianamente no setor público podem levar os analistas a atuar tecnicamente. O trecho de entrevista abaixo aborda sutilmente a questão, e traz novos apontamentos sobre os conhecimentos necessários para intervenção nas políticas:

Escrita de projetos é algo que eu gostaria de saber um pouco mais, além de gestão com base no relacionamento com pessoas. Pelo lugar que estou, acho que essa abordagem gerencial tem mais a ver com a função de analista – que em tese não tem que dar aula e trabalhar com treinamento, apesar de acontecer frequentemente (S8).

Nesse ponto, é possível inferir que os analistas de políticas públicas não devem limitar seus conhecimentos sobre esporte e lazer apenas pelo viés teórico. Quando chamados a atuar na execução das atividades propostas por seus programas, é preciso mobilizar os saberes relacionados ao fazer técnico, como ministrar aulas esportivas ou desenvolver atividades em

uma rua de lazer. Esse processo também irá auxiliar os analistas a compreender a realidade e, conseqüentemente, as demandas dos profissionais de sua equipe que atuam na ponta.

Não se pode desejar, porém, que os analistas de políticas públicas dominem todos os conteúdos relacionados à sua intervenção profissional. Nesse sentido, surgem alguns saberes que os sujeitos apontaram como deficientes ou inexistentes –; ou seja: conhecimentos que os profissionais da área sentem falta em seu dia a dia, conforme evidenciam, por exemplo, estes trechos de entrevistas:

Acho que hoje preciso entender melhor o que são técnicas de preservação da memória, quais as suas finalidades. Como estou no início de um trabalho, acho interessante buscar esse conhecimento. Outra questão que sempre faz falta é o conhecimento de instrumentos de planejamento orçamentário no serviço público; ou seja: o que é e qual a finalidade de um PPAG¹⁰. Sabemos que os recursos públicos são escassos, se não entendermos como funciona fica complicado (S1).

Ainda hoje eu não consigo dominar, gostaria de ter uma noção mais clara do que são as políticas públicas, pois ficamos mais na técnica do que numa perspectiva de olhar para um contexto mais amplo (S5).

Como coordenador, sinto falta de ferramentas de liderança. Sendo chefe de uma equipe, você tem que ter embasamento de estratégias para motivar e dar mais tranquilidade para a equipe trabalhar. Também sinto falta de atualização na área da saúde, como fatores de risco e primeiros socorros (S7).

A fala dos sujeitos mostra a necessidade de aprofundamento em questões que se relacionam com o dia a dia de trabalho nos programas de sua responsabilidade. Nesse sentido, surgem apontamentos sobre conhecimentos teóricos e técnicos, que se complementam. A fala do sujeito 1 (S1) deixa clara a necessidade de se conhecer as técnicas de preservação da memória e de utilização das ferramentas gerenciais de governo. Por outro lado, o sujeito 5 (S5) demonstra desejo de refletir sobre o campo de intervenção, no sentido de qualificá-lo. Com isso, demonstra a necessidade de conhecer as características peculiares das políticas públicas, bem como a inserção do esporte e do lazer nesse contexto.

Os dizeres do sujeito 8 (S8), por sua vez, exemplificam o fato de que é recorrente o tema da perspectiva gerencial como lacuna na formação dos analistas. Esse é um fator que merece destaque, porque, tendo em vista as atribuições desse profissional – conceber, implementar,

¹⁰O PPAG é o Plano Plurianual de Ação Governamental, que se constitui como instrumento legal normatizador no planejamento de médio prazo da esfera pública. Este plano explica diretrizes, objetivos, programas, ações e metas a serem atingidas, definindo, quantitativamente, os recursos necessários para a sua implementação. É referência para a formulação dos programas do governo no período de quatro anos, atuando como importante ferramenta para se pensar o futuro. Com o PPAG, decide-se quais serão os investimentos prioritários para os projetos de desenvolvimento da cidade.

monitorar e avaliar as políticas de esporte e lazer – será exigido desse profissional um conhecimento acerca dos processos gerenciais.

Esses saberes, quando concretizados em ações, se traduzem nas competências necessárias para a intervenção profissional no cotidiano. No que tange às competências gerenciais, os levantamentos obtidos na pesquisa apontam para a capacidade de se relacionar (com) e liderar pessoas, realizar *feedbacks*, formar e capacitar um quadro de profissionais, lidar com administração e alocação de recursos, escrever projetos, entre outras.

A análise a seguir busca contemplar os aspectos ligados à gestão sob a perspectiva do setor público, que possui diferentes características e, conseqüentemente, deverá ser abordado considerando algumas peculiaridades. Para tal, destaco que os analistas de políticas públicas atuam como gestores dos programas pelos quais se responsabilizam; ou seja: os conceitos relacionados à gestão pública se aplicam diretamente sobre sua intervenção profissional.

Azevedo e Barros (2004) destacam que a profissionalização da gestão pública deve passar pela formação integral dos gestores quanto aos aspectos administrativos, tornando-se fundamental para a promoção do esporte e do lazer como direitos sociais. Os resultados podem ser observados quando ocorre uma competente utilização dos recursos humanos e financeiros para a consecução dos objetivos sociais a eles vinculados.

Nesse sentido, é preciso tratar da capacidade administrativa dos gestores públicos que:

vista como competência está ligada à ação, envolve conhecimentos, capacidades, habilidades e condutas que possibilitam a obtenção de resultados mediante planejamento, formulação, organização, implementação, avaliação e reajuste de planos de desenvolvimento, em todos os níveis da política. Dessa forma, es capacidade, ou melhor, competência, converte-se em recurso estratégico de modernização e desenvolvimento. No entanto, em países latino-americanos como o Brasil, existe uma lacuna entre esta capacidade e as responsabilidades crescentes que os Estados têm demandado nas últimas décadas (SOUZA, 2002, p. 78).

Torna-se relevante destacar que esta capacidade administrativa se traduz nas competências inerentes à atuação dos profissionais que atuam nas políticas de esporte e lazer. Com isso, seu desenvolvimento deve ser enfatizado nos processos formais de capacitação, mas também absorvidos na vivência da coisa pública, nas relações e experiências cotidianas. Assim, o profissional encontra-se em constante formação:

Tenho que assumir que estamos em constante formação, nunca estamos no ponto, mesmo quando se investe na formação acadêmica para além da graduação. Acredito que sempre podemos nos qualificar mais. Pensando minha vida prática aliada aos conhecimentos que busquei, acho que hoje tenho mais clareza de quais são os conhecimentos necessários para qualificar minha atuação na SMEL (S2).

Marcellino *et al.* (2007) afirmam que o cotidiano do mundo atual coloca o gestor público diante do desafio de desenvolver programas de esporte e lazer com base em iniciativas consistentes para atender às expectativas da sociedade, por meio de uma ação qualificada, que tenha origem no princípio de maior socialização e democratização dos bens culturais da humanidade.

Esse processo, porém, encontra algumas barreiras a serem superadas e uma delas é a formação dos gestores da área. Marcellino *et al.* (2007) destacam que esse fato fica evidente no cotidiano, quando se observam problemas na capacidade técnica dos gestores. Dentre eles, a ausência de formação continuada, a não-utilização de profissionais capacitados, a falta de elaboração de programas com base na participação popular, o não acompanhamento das ações, entre outros elementos.

Nesse sentido, gerenciar o esporte e o lazer no setor público caracteriza-se como um fenômeno sinérgico onde o sujeito deve ser capaz de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades próprias e de outras pessoas, ou subordinadas, para atingir ou superar objetivos previamente definidos.

A partir dessa abordagem, surgem outras competências que complementam a atuação dos analistas de políticas públicas, entre elas: a capacidade de reproduzir as concepções políticas dos governos nos projetos de sua responsabilidade; adequar suas propostas à legislação vigente; implementar uma forma de controle dos indicadores das políticas; utilizar os indicadores para avaliar as políticas.

Analisar os limites, ou dificuldades, vivenciadas pelos profissionais em seu cotidiano pode apontar para o desenvolvimento de saberes e competências voltados para seu enfrentamento e possível superação. Nesse sentido, passo a apresentar os elementos, elencados pelos sujeitos da pesquisa, que se constituem como entraves à sua intervenção profissional.

Emergiram da pesquisa de campo 3 eixos apresentados como problemáticos na atuação dos analistas de políticas públicas de esporte e lazer: infraestrutura, utilização de recursos financeiros e formação de quadros de profissionais (animadores,icineiros, professores e voluntários).

A ausência de infraestrutura adequada é um elemento presente nas queixas dos analistas, podendo dificultar a execução dos programas e ações planejados. Alguns trechos com falas dos profissionais exemplificam essa questão, como, por exemplo, estes:

As maiores dificuldades que enfrentamos relacionam-se com a falta de estrutura adequada, pois existem alguns núcleos fisicamente que não podemos utilizar.

Infelizmente esse não é um problema da Secretaria, mas sim da Prefeitura de BH, que as vezes cria um espaço – uma praça, um ginásio – mas não consegue mantê-lo. Além disso, se esse espaço não for assumido pela comunidade, pode ser até mesmo depredado. Mas às vezes falta até o equipamento, que muitas vezes é adaptado, fora do ideal. Outra coisa que atrapalha é a burocracia, a ineficiência e a demora para adquirir os materiais necessários para desenvolver as atividades propostas. Muitas vezes esse esquema de menor preço nos apresenta materiais de péssima qualidade, que precisam ser recomprados constantemente (S3).

Nossa maior dificuldade é a falta de materiais para fazer as ações. Temos dificuldade na compra dos materiais, pois é um processo muito moroso e muitas vezes quando recebemos o material já passou a fase de utilizá-los. Então, temos que trabalhar de forma adaptada, até mesmo reciclando alguns materiais (S7).

Nossa primeira dificuldade é a questão da infraestrutura, porque para manter o programa precisamos de recursos para repor materiais, manter o local limpo, trocar uma bomba da piscina. Se não arrumamos com o dinheiro do nosso próprio bolso corremos o risco de ficar sem algumas atividades. Não temos dinheiro direto para manutenção, ela é feita por licitação e, por isso, podemos ficar sem o serviço por seis meses (S8).

No contexto analisado, a infraestrutura inadequada pode remeter à necessidade de trabalho intersetorial, porque a manutenção dos equipamentos não é responsabilidade da SMEL. Assim, dialogar com as Administrações Regionais (órgãos que deveriam realizar a manutenção dos equipamentos) torna-se necessário para que as ações de esporte e lazer ocorram em locais adequados. A análise desenvolvida sugere que os analistas poderiam estabelecer conexões com os setores que de alguma forma interferem no andamento dos projetos de sua responsabilidade – o que se traduz em uma competência relevante à solução dos problemas enfrentados no cotidiano.

Brunoro (2000) aponta algumas etapas que evidenciam a necessidade de se trabalhar sob uma perspectiva multidisciplinar e intersetorial na gestão pública. Segundo ele, para que se avance na organização do esporte e do lazer como área de intervenção do setor público é fundamental iniciar pela reestruturação administrativa das pastas que detém responsabilidade pela gestão do tema. Somado a isso, é preciso estruturar cargo a cargo para se estabelecer claramente quais as funções de cada profissional, implantar planos e estratégias de marketing, administração e organização. Por fim, deve-se pensar no estabelecimento de metas reais e planos estratégicos para alcançá-las. A fala a seguir apresenta traços dessa perspectiva:

Tinha dia que eu chegava aqui e ficava sabendo dos eventos que a Secretaria da Saúde realizou na semana anterior. Então eu pensava: tem tudo a ver com o que meu programa se propõe a fazer. Então, pedi permissão para meu gerente e fui conhecer o pessoal deles, saber o que estavam fazendo, para me aproximar e propor um intercâmbio de ideias. Outra coisa, que ainda me incomoda, é que muitas vezes fazemos as coisas e ninguém fica sabendo, nada é divulgado (S9).

Percebe-se que há avanços relacionados a esta temática, pois há uma busca dos profissionais em estabelecer relações com outras áreas do conhecimento e segmentos da gestão pública. A fala de um dos sujeitos caminha nesse sentido:

A gente trabalha respeitando toda a metodologia de trabalho do corpo técnico de planejamento da Prefeitura; ou seja|: a orientação para resultados. Como responsável por um programa de esporte e lazer, minha função é agregar a equipe e proporcionar a eles adquirirem ou atualizarem seu conhecimento técnico. Eu preciso colaborar para que os planejamentos saiam do papel, dar condição e viabilidade para que as ações possam ocorrer da melhor maneira possível, para nós e para a comunidade. É dialogar com as outras áreas, trazê-las para perto de nós, buscando realmente um trabalho de equipe (S7).

Bramante (1992) destaca que, dentro de uma política de recursos físicos e equipamentos de esporte e lazer, existe a necessidade de se oferecer oportunidades que atendam aos diversos interesses culturais, não privilegiando apenas uma das áreas, como é o caso típico dos centros esportivos.

O sujeito 8 (S8) abordou essa questão, citando que “algumas vezes temos que realizar ações de inauguração de Campos de Futebol onde a população precisa de outros tipos de equipamento. O detalhe é que nem os profissionais nem a população são chamados a participar”. Por isso, compreendo que é no planejamento e na execução de projetos de recursos físicos que contemplem a diversidade de opções que o poder público colabora no processo educativo facilitador das experiências de esporte e lazer.

A formação de quadros de profissionais também pode ser considerada um entrave para a execução das políticas públicas de esporte e lazer. Esse é um ponto fundamental para a execução dos programas, mas, de acordo com os trechos transcritos abaixo, alguns problemas são observados no cotidiano:

Anteriormente, a gente tinha em cada núcleo um supervisor e três monitores formados. Hoje nós vamos ter um supervisor e dois estagiários para executar mais ações do que antes. Essa é uma mão de obra que não tem vínculo nenhum, além de ser rotativa. Com certeza a qualidade do programa vai cair muito (S3).

Estamos sem profissionais para atuar nas atividades do programa pelo qual sou responsável. Uma associação que terceirizava a contratação de mão de obra da Prefeitura não pode mais atuar porque o Ministério Público inviabilizou este tipo de contratação, alegando que o que pode ser terceirizado é uma atividade meio, e não uma atividade fim. Os salários que serão pagos são ridículos, não consigo preencher nem 20% das vagas com essa remuneração. Sem contar que, pela falta de interesse dos profissionais, não temos muita oportunidade de selecionar os melhores para atuar, muito pela questão da remuneração, mas também da falta de preparo para atuar. Então vamos terminar um processo seletivo e já começar outro (S4).

A questão da disponibilidade de pessoal para trabalhar nos projetos é um grande problema para mim. Mesmo assim, quando há profissional, muitas vezes ele se apresenta desqualificado para trabalhar com o idoso. Há pouco tempo tinha uma

instituição que terceirizava a seleção de pessoal para trabalhar conosco. Agora o Ministério Público proibiu esta prática e nós estamos sem profissionais e estagiários para executar as atividades do programa. Eu estou tendo que ir para lá e orientar as oficinas (S9).

As falas remetem a diferentes reflexões sobre a formação de quadros para atuar nas políticas públicas de esporte e lazer. Dentre as problemáticas citadas, destacam-se o número insuficiente de profissionais para executar as atividades dos programas, a baixa remuneração oferecida aos profissionais e a dificuldade em se recrutar pessoas capacitadas para intervir nas políticas de esporte e lazer. Essa é uma constatação relevante para se pensar a atuação de voluntários junto às políticas de esporte e lazer, uma vez que a dificuldade para formação de quadros profissionais pode ter seu impacto diminuído por meio da atuação de sujeitos que se envolvem de forma diferenciada nas ações públicas.

Pensar na formação de quadros requer a análise de algumas variáveis que interferem na compreensão do processo como todo. Uma questão inicial que surge a partir do contexto de análise refere-se à remuneração dos profissionais que atuam na ponta. Como os processos de contratação desses profissionais não têm ocorrido por meio de concursos, os sujeitos ingressam nesta área por meio de contratos que não lhe garantem direitos e uma remuneração compatível com sua intervenção.

Marcellino *et al.* (2007) destacam que a profissionalização da personalidade do animador cultural; ou seja: a personificação de um profissional bem humorado e disposto a afastar as pessoas da dureza da vida, somada às dificuldades de inserção no mercado de trabalho contribuem para a baixa remuneração do profissional, que normalmente trabalha como *freelancer* sem garantia de direitos e estabilidade.

Isayama (2010) aponta, ainda, para outros fatores que interferem nesse processo, como a sazonalidade das ações de lazer e, de forma complementar, a terceirização da contratação dos profissionais. Isso faz com que as oportunidades de trabalho dos sujeitos sejam fragmentadas, uma vez que não fazem parte do quadro permanente para atuação nas políticas, sendo chamados em cena apenas quando conveniente para o setor público.

Lopes (2009) exemplifica essa questão, ao afirmar que a maior parte dos profissionais demonstra querer exercer a carreira pública, mas são conscientes de que, como contratados, podem ser desligados a qualquer tempo, inclusive se outro partido público assumir o poder. Para a autora, esse fato localiza-os em outra condição quando comparados com os servidores efetivos, uma vez que sua capacidade de intervenção crítica e autônoma fica cerceada pelo receio da perda do emprego.

Um fator emerge dessa reflexão: a formação continuada das equipes profissionais. Como se observam limites na capacidade de atuação dos profissionais, os analistas de políticas públicas devem ter a competência de propor e executar propostas de formação continuada junto às equipes que desenvolvem, uma vez que este processo pode contribuir com a qualificação de sua intervenção em campo.

Esse fato posiciona os atores envolvidos nas políticas em diferentes patamares. Os analistas são profissionais de carreira que elaboram e implementam as políticas, participando ativamente na construção da política de esporte e lazer como um todo. Já os profissionais da ponta – oficinairos, técnicos ou estagiários – são mal remunerados e apresentam menor motivação para atuar, uma vez que não exercem vínculo direto e permanente com o órgão responsável pela administração da pasta. Em outras palavras, o profissional da ponta tem mais dificuldades para estabelecer identidade com as ações que promove junto à sociedade.

Somado a isso, a própria remuneração inadequada oferecida no setor público para algumas áreas de atuação contribui para que os sujeitos envolvidos nos processos de recrutamento e seleção não se mostrem muito exigentes quanto às capacidades técnicas daqueles que irão executar as atividades propostas. Ora, é preciso executar o planejamento realizado e existe dificuldade para se encontrar profissionais que se submetam ao salário oferecido.

Outro elemento que pode ser retirado das falas apresentadas é a qualificação específica dos profissionais para atuar em áreas do conhecimento diferenciadas dentro dos campos de atuação do esporte e do lazer. Além de uma visão macro e sistêmica das políticas públicas, ainda é necessário que esses profissionais se engajem em processos de formação que lhes permita atuar na especificidade do programa no qual estão alocados. Aí está outro elemento que torna mais complexa a relação entre profissional, formação, capacitação, e atuação.

Os programas propostos pela SMEL são dirigidos a diferentes públicos, cada um com características específicas que devem ser compreendidas e exploradas pelos profissionais. Existem propostas dirigidas a idosos, crianças, jovens, adultos e pessoas com deficiência, ou seja, os analistas que elaboram e implementam as políticas de esporte e lazer devem dominar os saberes específicos que serão abordados no dia a dia dos programas que atuam, conforme apontam estes trechos:

Dentro da nossa prática, é muito importante saber as limitações da pessoa com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, autismo e múltipla. Também temos que ter o conhecimento de política e legislação, pois o conhecimento é constante (S8).

Trabalhar com o idoso exige muitos cuidados especiais, que muitas vezes os nossos profissionais não dominam. Isso é um problema na formação deles, mas também é um problema nosso, que não os capacitamos adequadamente. Por exemplo: o cara tem setenta anos, é hipertenso, diabético e sedentário. Você tem que saber cruzar essas informações para controlar as cargas de exercício para não matar um cidadão na praça (S9).

A formação dos quadros de profissionais deve, portanto, atender a diferentes variáveis que, somadas, poderão contribuir para a construção de equipes aptas à intervenção junto a sociedade. Para isso, é preciso construir uma proposta que envolva a boa remuneração dos profissionais, bem como sua formação continuada e seu vínculo institucional junto ao órgão que administra tais políticas. Assim, como afirma Souza (2002), “os analistas e gestores de políticas públicas de esporte e lazer terão mais capacidade de promover eficiência, democratização, responsabilidade e resultados efetivamente voltados para o interesse público e para os cidadãos, que são fundamentais para a construção do Estado para o século XXI” (p. 75).

O terceiro eixo refere-se aos recursos financeiros. Nesse aspecto, vale destacar que a principal queixa não passa pela falta de recursos, mas, sim, pela dificuldade em utilizá-los, como se pode observar na fala transcrita abaixo:

O recurso do meu projeto se originou através de uma ementa parlamentar e está aqui na Prefeitura desde 2012, mas até hoje não conseguimos utilizar. Primeiro, quando o dinheiro chegou a gente não tinha abertura orçamentária para utilizar, porque já tinha sido concluído o PPAG – que não previu nossa proposta. Então o dinheiro estava aí mas não tinha como utilizar, veja que loucura! Isso é falha de gestão! Quando consegui enviar para a Câmara Municipal aprovar a suplementação do recurso veio o ano de eleição. Quando essa fase chega, passamos por um período em que não podemos comprar nada, nem contratar ninguém. Quando tudo isso passou, retomamos o projeto e surgiram os problemas para contratar os profissionais. Resumindo, em dois anos pouco avançamos por aqui (S4).

De acordo com o Planejamento Estratégico da SMEL (2012), os recursos destinados a cada projeto são oriundos de diferentes fontes de financiamento, como o Ministério do Esporte, Recursos Oriundos do Tesouro (ROT), Emendas Parlamentares, Convênios firmados com o Governo do Estado, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Leis de Incentivo. Nesse sentido, cabe aos responsáveis pelos programas a competência de compreender quais os ditames e legislações específicos para utilizá-los adequadamente. Com isso, evitam-se problemas como os narrados pelo sujeito 4 (S4), e potencializam-se os resultados esperados no planejamento de cada programa.

A burocracia e a morosidade dos processos de compra no setor público foram elencadas por todos os entrevistados como problemáticas ligadas à sua atuação profissional.

Para eles, as fases que compreendem esses processos dificultam ou até mesmo inviabilizam a utilização de recursos que seriam essenciais para o bom andamento das ações que planejam:

Acontece, principalmente no início do funcionamento de um núcleo novo, dos meninos não terem atividade por falta de material. Pior que isso, às vezes fazemos um evento e os materiais necessários só chegam vinte dias depois. Às vezes é falha de planejamento nosso, mas na maior parte os processos de licitação são suspensos por falhas dos próprios fornecedores. Então, se você não se programar com muita antecedência, o risco de ficar sem material existe e não é pequeno (S5).

Percebe-se que se trata de uma questão de planejamento e organização, uma vez que os prazos e regras para solicitações de compra de materiais e serviços são os mesmos para toda a administração pública. Cabe aos profissionais que planejam a utilização dos recursos se adaptar a essas questões e concretizar, assim, seu papel de gestores.

Sob a ótica do gestor entrevistado, a principal dificuldade apresentada refere-se à institucionalização dos projetos e programas do setor público, que, na sua perspectiva, se traduz no caminho para a continuidade das ações e aprimoramento dos resultados, conforme se deduz de sua fala:

Os programas e ações têm que ser institucionalizados, tem que fazer parte de um planejamento estratégico que não temos hoje em dia. Porque se forem institucionalizados e legalizados, pode entrar e sair secretário que ele vai executar o planejamento. Para mim, essa é a grande falha do poder público (S6).

Essa fala aponta para questões interessantes no que tange à influência do jogo político nas ações do setor público. Vale destacar que a fala dos sujeitos analisados considera a possibilidade de influência das questões ligadas ao jogo político junto às ações que implementam. Para esses profissionais esse não é um empecilho ou dificuldade para a execução de sua atividade profissional.

Lopes (2009) aborda essa questão e destaca a descontinuidade do desenvolvimento das ações frente às diretivas do governo. Segundo a autora, uma análise a partir da necessidade da garantia de direitos e da promoção de cidadania torna possível inferir que as políticas públicas deveriam ser ininterruptas. Dessa forma, o nível de mobilização ou de participação de uma comunidade de pessoas na gestão dessas políticas que garantirá a manutenção ou a exclusão de um determinado tema na agenda governamental. Os profissionais envolvidos nesse processo devem, portanto, ter como competência a promoção de um espaço democrático que dê voz à sociedade, aproximando as ações públicas de suas demandas.

Outro ponto que merece destaque é a forma com que os profissionais atuam. Nesse aspecto, Marcellino *et al.* (2007) enfatizam que o profissional do esporte e do lazer deve fazê-

lo como educador, não mercador. Para isso, os autores sugerem 5 elementos que orientam esta perspectiva, quais sejam:

1. processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas, 2. Fases de sensibilização aos valores que regem a política, 3. Cursos de formação e desenvolvimento que incluam as teorias do esporte e do lazer, significado e valores das políticas públicas, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades, 4. Reuniões técnico-pedagógicas periódicas, 5. Intercâmbios (estágios, participação em congressos, grupos de discussão, organizações profissionais e científicas, etc.) (MARCELLINO *et al.*, 2007, p. 20).

Relacionando esses dizeres com o processo de imersão que realizei, percebi que a SMEL pauta suas ações em 3 elementos apontados por Marcellino *et al.* (2007): cursos de formação, realização de reuniões periódicas e de intercâmbios. Abordando os saberes e as competências relacionadas à atuação dos profissionais ligados ao esporte e ao lazer, observam-se diferentes visões, perspectivas e paradigmas que merecem reflexões. Uma questão em particular me chamou a atenção: nenhum dos sujeitos da pesquisa destacou os processos de formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação como elementos que requerem domínio por parte dos profissionais que atuam nas políticas públicas.

Esse é um fator relevante para esta investigação, uma vez que se tratam de conhecimentos básicos ligados às políticas públicas em geral. Destaco, ainda, a avaliação como eixo central dessa concepção, porque os demais elementos podem se relacionar diretamente com outros saberes abordados nas falas dos sujeitos. Relacionando a atuação dos analistas sob a perspectiva gerencial, observo que o desenvolvimento de mecanismos e indicadores para avaliação é um problema, no contexto analisado, constituindo-se como um desafio para os profissionais, e atestam isso os trechos de entrevistas que disponibilizo a seguir:

Tem muita coisa para modificar ainda. Um grande gargalo que observo é a questão da avaliação dos projetos e programas. Essa deficiência é muito forte por aqui e precisamos resolver (S4).

Temos que ter tempo para avaliar se determinadas políticas, programas ou projetos funcionam ou não. Temos que ter instrumentos avaliativos. É o que falta nessa secretaria, não posso falar pelas outras ... o que vejo aqui é uma ausência total de instrumentos avaliativos. Aí, quando eu cobro dos analistas que saíram para fazer especialização, mestrado ou doutorado – os estudiosos do esporte e do lazer – não tenho resposta nenhuma. Pergunto: Pessoal, de que forma iremos avaliar nossos programas? Quais são os indicadores? Sem resposta. É difícil mesmo, mas temos que avançar nisso até mesmo para pleitear recursos para aprimorar projetos existentes ou criar novas propostas (S6).

Menicucci (2008, p. 181) afirma que “existem vários usos da avaliação: instrumental¹¹, conceitual¹², simbólica¹³ e de esclarecimento¹⁴”, sendo estes instrumentos estratégicos em todo o ciclo das políticas públicas. Nesse sentido, Rua (2012) afirma que a avaliação tem a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, aprimorar os processos decisórios, promover o aprendizado institucional e o aumento da *accountability*. Diante do exposto, esse mecanismo contribui para aperfeiçoar a formulação de políticas e projetos, tornando mais responsável o estabelecimento de metas e elucidando o grau de responsabilidade dos governos frente às necessidades dos cidadãos.

Pensando no contexto de análise, vale destacar a importância dos saberes e das competências ligadas à avaliação na formação dos profissionais, uma vez que existe a demanda por esses conhecimentos, conforme enunciado pelos sujeitos 4 (S4) e 6 (S6). Assim, compreender a importância dos processos de avaliação das políticas, bem como seus mecanismos e suas formas de aplicação são elementos que devem permear a intervenção dos analistas de políticas públicas.

A análise dos saberes e das competências envolvidas na atuação dos profissionais de esporte e lazer pode trazer apontamentos gerais sobre seu cotidiano e suas necessidades quanto à formação. É preciso aprofundar na temática, uma vez que o objeto de estudo dessa pesquisa se relaciona com as políticas de esporte e lazer. Portanto, os esforços a seguir se destinam ao desenvolvimento de reflexões que abordam suas concepções e as estratégias para inserção na agenda política.

Trata-se, portanto, de se considerar a intervenção nas políticas públicas de esporte e lazer é ainda um campo em construção, que merece novos olhares no sentido de amadurecê-lo e torná-lo referência junto ao poder público no Brasil.

¹¹Faria (2005) destaca que avaliação instrumental refere-se ao apoio às decisões e à busca de resolução de problemas, com o objetivo de garantir a maximização dos objetivos definidos pelas políticas.

¹² Para Faria (2005), a avaliação conceitual tem função educativa, circunscrita aos técnicos de um programa, permitindo-lhes alterar suas formas de compreender o problema.

¹³ A avaliação simbólica relaciona-se com o uso político dos resultados obtidos (FARIA, 2005).

¹⁴ Segundo Faria (2005), a avaliação de esclarecimento é útil quando o acúmulo do conhecimento oriundo de diversas avaliações ocasionaria impacto sobre as redes de profissionais e formadores de opinião, bem como alterações nas crenças e na forma de ação das instituições, pautando, assim, a agenda governamental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como foco a atuação dos profissionais que atuam em políticas públicas de esporte e lazer, por meio da análise dos saberes e competências necessários para intervenção na área. Diante disso, meus objetivos foram: identificar e analisar os saberes e as competências necessárias para atuação de profissionais na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer; identificar como e onde os profissionais obtiveram tais saberes e competências; e trazer apontamentos sobre o perfil profissional necessário para atuação em políticas públicas de esporte e lazer.

Para tanto, minha análise teve como foco o discurso dos analistas e gestores da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte (SMEL / PBH). Após observar o contexto de atuação e as responsabilidades de cada profissional, porém, constatei que todos desenvolvem trabalho de gestão das políticas públicas, mas sem autonomia nas tomadas de decisões políticas, apesar de organizarem todos os processos que as concretizam.

Nesse sentido, observei que, em certa medida, os analistas de políticas públicas também gerenciam os programas de sua responsabilidade. Esse é um apontamento relevante para a compreensão dos saberes e das competências necessárias para a atuação desse profissional específico.

A formação inicial dos profissionais é, na maioria das vezes, em Educação Física, e apresenta limites na discussão dos saberes relacionados às políticas públicas de esporte e lazer. Porém, o cotidiano da prática e os processos de formação continuada se constituem como elementos significativos para a aquisição e a apropriação desses saberes.

Isso nos leva à questão central desse trabalho: quais são os saberes e as competências envolvidas na formação almejada por/para esses profissionais, que conseqüentemente se constituem como necessários para sua atuação nas políticas públicas de esporte e lazer?

Nesse aspecto, identifiquei 4 eixos de saberes, que acabam por se complementar. O primeiro eixo refere-se aos saberes específicos da área de intervenção, que se refere ao esporte e ao lazer. O saber sobre essas temáticas é tido como fundamental para a execução de políticas na área, o que pode significar a necessidade da formação em Educação Física para atuar, principalmente, no cargo de analista de políticas públicas de esporte e lazer. Isso porque a Educação Física é tida como a área do conhecimento que se aproxima dessas temáticas, apesar do destaque dado ao lazer como campo multidisciplinar.

É relevante destacar que, além dos saberes específicos sobre o esporte e o lazer, os profissionais devem compreender as características dos grupos que serão atendidos por seus programas e ações, levando-se em conta as dimensões biológicas e sociais dos sujeitos. Esse é um fator que pode aproximar as políticas das demandas da sociedade, consolidando-se como o segundo eixo de saberes identificado.

Por atuarem no setor público, o terceiro eixo a ser aprendido pelos sujeitos se relaciona com as políticas e as políticas públicas. Para atuar, é preciso conhecer teorias políticas, legislação, os processos de formação de agenda, elaboração, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Vale ressaltar que esses saberes nem sempre são tratados na formação em Educação Física, o que demandou dos profissionais uma busca para realização de diferentes ações de formação específicas no campo da Política Pública e/ou Gestão Pública.

O quarto eixo de saberes se relaciona com aspectos ligados à gestão, uma vez que esses profissionais que atuam em políticas públicas são gestores das ações, sob sua responsabilidade. Com isso, destaco que devem fazer parte da sua rotina elementos como gestão de pessoas, gestão de finanças, estratégia, liderança, elaboração e gestão de projetos.

A união dos 4 (quatro) eixos pode contribuir para a formação de um profissional conhecedor das dimensões a serem consideradas nas ações de seu cotidiano. Nesse sentido, a mobilização dos saberes para a solução dos problemas se concretiza no apontamento das competências necessárias para atuação nas políticas de esporte e lazer, configurando-se na esfera prática da intervenção dos profissionais.

Nesse ponto, destaco a capacidade de se relacionar com a comunidade e de se atuar em redes ou de forma intersetorial. Foi recorrente a preocupação de apontar a necessidade de se integrar as políticas de esporte e lazer às demais políticas de governo, identificando ainda, uma demanda por se trabalhar a interdisciplinaridade nas ações públicas. Trata-se, portanto, de reconhecer que esporte e lazer não são campos específicos de intervenção da Educação Física, havendo a necessidade de se valorizar os conhecimentos desenvolvidos por profissionais de outras áreas.

Outro ponto relevante quanto à competência é a necessidade de se conceber e implementar propostas que vão ao encontro do plano de governo vigente, porque essa é uma possibilidade de entrada do esporte e do lazer na agenda política. Emergem, ainda, as seguintes competências: adequar as políticas às legislações vigentes e implementar indicadores das políticas, utilizando-os para avaliação dos programas que executa.

Atuar sob a perspectiva gerencial também se enquadra no bojo das competências demandadas aos analistas de políticas públicas. Para isso, o sujeito deve ser capaz de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades próprias e de outras pessoas, ou seja, liderar pessoas, lidar com alocação de recursos, elaborar projetos, formar e capacitar quadros profissionais.

No que tange aos quadros profissionais, ainda podemos citar o pequeno número de profissionais para desenvolver as ações, o que demanda, em alguns casos, a atuação dos analistas para executar as ações dos programas de sua responsabilidade. Com isso, os conhecimentos técnicos também são requisitados aos analistas de políticas públicas, auxiliando, inclusive, na compreensão da realidade dos profissionais sob sua responsabilidade que atuam na ponta.

Nesse aspecto, observei que existe a preocupação institucional de se valorizar a formação de seus profissionais, mas isso não se concretiza em uma política de formação continuada. Os próprios analistas e gestores devem viabilizar esse processo, buscando participar de cursos, grupos de estudos, simpósios, conferências e congressos. Assim, a Secretaria participa como facilitadora desse percurso, uma vez que permite aos seus profissionais afastamento temporário de suas funções visando à qualificação.

Se, por um lado, o sujeito tem autonomia para buscar sua própria formação e participar da construção de sua trajetória profissional, por outro lado observei a ausência de parâmetros para a realização dos processos de formação, o que pode levar ao atendimento de expectativas individuais e afastá-los dos interesses institucionais. Vale destacar que um dos elementos apontados pelos próprios sujeitos refere-se à ausência de retorno da instituição no que tange aos conhecimentos obtidos nos processos de formação que os profissionais participam.

Com isso, é preciso desenvolver uma política de formação dos quadros profissionais e envolver os sujeitos, para que a construção desse processo considere as dificuldades vivenciadas no cotidiano de cada um e as expectativas dos atores envolvidos: profissionais, gestores, governos e sociedade.

Notei, ainda, a importância de instituições, grupos e demais iniciativas de formação na constituição dos perfis dos profissionais que atuam nas políticas públicas. No contexto analisado, as universidades e os grupos de estudos se configuram como importantes referenciais para a formação continuada dos sujeitos, uma vez que permitem seu acesso aos conhecimentos demandados no cotidiano. Com isso, os profissionais se mantêm atualizados e podem qualificar sua intervenção junto à sociedade.

Os resultados da pesquisa demonstram a necessidade de formulação de propostas curriculares que possam redimensionar e ampliar o debate sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer, no contexto do curso de graduação em Educação Física. Além disso, apontam a necessidade de se valorizar a formação continuada, tanto na universidade quanto no próprio espaço de intervenção, por meio da participação em cursos de aperfeiçoamento, pós-graduação, eventos técnicos e científicos, bem como em ações ligadas à leitura da produção sobre o tema, reuniões e grupos de estudo e trabalho, entre outras possibilidades. Trata-se, portanto, de um processo incessante, que objetiva a qualificação das ações que consolidam o esporte e o lazer na agenda política.

Destaco, ainda, que as conclusões desta pesquisa referem-se a um contexto específico, mas podem ensejar caminhos para outras investigações que tenham por foco as políticas públicas de esporte e lazer e a formação de profissionais. Assim, entendo a pesquisa como um eixo fundamental para o avanço no conhecimento e na intervenção no contexto das políticas públicas de esporte e lazer. Esse caminho poderia ser percorrido por meio da análise das concepções de esporte e lazer presentes nas ações públicas, das trajetórias dos sujeitos que integram grupos de estudos ligados ao tema, das políticas de formação continuada dos governos e da percepção, por parte da população, dos resultados das ações públicas voltadas para a garantia do esporte e do lazer como direitos sociais.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 67-86, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000700005&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- AMABILE, A. E. N.; GONTIJO, C. R. B.; CASTRO, C. L. F. (Org.) *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena: Ed. UEMG, 2012. 480 p.
- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Subsídios teóricos do conceito de cultura para entender o lazer e suas políticas públicas. *Revista Conexões*, Campinas, v. 2, n. 1, 2004, p. 48-62.
- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. *Revista ERA Eletrônica*, São Paulo, v. 6, n. 1, jan. / jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482007000100002>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- APPLE, M. W. *Ideologia e currículo*. Tradução de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARANTES, B. O.; DIAS, S. A. A. Competências. In: CASTRO, C. L. F. de; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. de N. (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena, MG: Ed. UEMG, Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0016339049620b36a7dac>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. de F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, Brasília, v.12, n.1, p.77-84, 2004. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/participacao-do-estado-na-gestao-do-esporte.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- AZEVEDO, A. A. X.; VIEIRA, D. M. Esporte, lazer e controle social: reflexões sobre o programa “Esporte a meia-noite” em Planaltina - DF. In: AZEVEDO, A. A. (Org.). *Torcedores, mídia e políticas públicas de esporte e lazer no Distrito Federal*. Brasília: Thesaurus, 2008. p. 143-164. Disponível em: <<http://www.cedes.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/242/livroObservatorio.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

BAGRICHEVSKY, M. A formação profissional em educação física perspectivas para atuação na saúde coletiva? In: FRAGA, A. B.; WACHS, F. (Org.). *Educação Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 33-45

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 223 p.

BELLONI, I.; DE MAGALHÃES, H.; DE SOUSA, L. C. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 7)

BETTI, M. Perspectivas na formação profissional. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2003. p. 239-254.

BETTI, I. C. R.; BETTI, M. Novas perspectivas na formação profissional em Educação Física. *Revista Motriz*, v. 2, n. 1, jun. 1996. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/02n1/V2n1_ART02.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política: L-Z*. Tradução de Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cascais e Renzo Dini. 7. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. v. 2. 1318p.

BRAMANTE, A. C. *Recreação e Lazer: o futuro em nossas mãos*. Campinas: Editora Papirus, 1992.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: atualizada até 20.09.2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

BRESSER PEREIRA, L. C. Estratégia e estrutura para um novo Estado. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 3, p. 24-38, jul./set. 1995.

BRUNORO, J. C. Organização e administração dos departamentos de esportes dos clubes. 14 ju. 2000. Disponível em: <www.brunoro.com.br> *apud* AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. de F. A necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público, em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. *Revista Digital EFDeportes*, Buenos Aires, ano 10, n. 74, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd74/admin.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CASEY, D. Gestão do lazer. In: ISAYAMA, H. F.; PINTO, L. M. S. de M.; UVINHA, R. R.; STOPPA, E. A. *Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 87-105.

CARMONA, E. K.; MONTEIRO, A. O.; MORAES, J. C. Paideia: a base cultural do desporto. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 2014, p. 175-180. Disponível em <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/4365/3080>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

- CESAR, M. J. *Empresa-cidadã: uma estratégia de hegemonia*. v. 1 São Paulo: Cortez, 2008.
- COSTA, C. O.; FARIA, G. G.; MASCARENHAS, L. B. Terceiro Setor. In: AMABILE, A. E. N.; GONTIJO, C. R. B.; CASTRO, C. L. F. (Org.) *Dicionário de Políticas Públicas*. Barbacena: Ed. UEMG, 2012. p. 454-457.
- COUTO, A. C. P.; COUTO, M. A. Lazer, cidade e grupos sociais: a gestão de projetos sociais e o lazer. In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Org.). *Estudos do Lazer: um panorama*. Sport: História. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 81-95.
- CREF - CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Provisionados, quem são? *Revista da Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 7, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3470>>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. (Org.). *Pesquisa Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 51-66.
- CUNHA E. L.; SILVA, M. V. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set. / dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a08v31n3.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2014.
- DAGNINO, E. (Org.). *Sociedad civil, espacios públicos y democratización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: *Revista Política e Sociedade*, n. 5, p. 139-164, out. 2004.
- DAL PAI, L. *Pesquisa sobre a influência dos consumidores frente à responsabilidade social empresarial*. Rio de Janeiro: Universo, 2007.
- DAOLIO, J. Educação Física escolar: em busca da pluralidade. *Revista Paulista de Educação Física*, Campinas, SP, supl. 2, p. 40-42, 1996.
- DELUIZ, N. Formação do trabalhador em contexto de mudança tecnológica. *Boletim Técnico do Senac*, v. 20, n. 1, p. 14-25, jan./abr., 1994.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 3. ed. Londres: Sage, 2005.
- DEWEY, John. *Como pensamos*. Tradução de Haydée Camago Campos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- DIAS, C. A. *Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe e as novas configurações do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- DORIGON, T. C. ROMANOWSKI, J. P. A reflexão em Dewey e Schon. *Revista Intersaberes*, Curitiba, PR, n. 5, p. 8-22, jan. / jul. 2008.

FARIA, C. A. P. de. A política de avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FARIA JUNIOR, A. G. Perspectivas na formação profissional em Educação Física. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI*. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 227-238.

FERRAREZI, E. ZIMBRÃO, A. C. Formação de carreiras para a gestão pública contemporânea: o caso dos Especialistas em Gestão Pública e Gestão Governamental. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 63-83, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/190>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FÓRUM DE GESTORES DE LAZER. ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER - ENAREL, 20., 1998, São Paulo: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - Snelis, 1998.

FRANÇA, T. L. A construção do saber na formação profissional em lazer. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). *Lazer em estudo: currículo e formação profissional*. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 103-126.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 1989.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. *Horizontes Latino-americanos do lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMES, C. L.; MELO, V. A. de. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2661/1294>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

GOMES, R. O. Lazer e Formação Profissional: *um estudo sobre as licenciaturas e bacharelados em Educação Física*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) -Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

GOMES, C. M.; REJOWSKY, M. Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2005.

GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, Campinas, SP, v.21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ISAYAMA, H. F.; SÁ, E. P. *Lazer, empresa e atuação profissional*. Brasília: SESI/DN, 2006.

ISAYAMA, H.F; LINHALES, M. A. *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ISAYAMA, H. F. (Org.) *Lazer em estudo: currículo e formação profissional*. Campinas, SP: Papirus, 2010.

ISAYAMA, H. F. Lazer, políticas públicas e formação profissional: análise da política de formação profissional de secretarias de Esporte de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, H. F. (Org.). *Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 211-227.

ISAYAMA, H. F.; LACERDA, L. L. L.; SILVA, A. G. Por onde caminham as pesquisas sobre formação e atuação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Org.). *Estudos do Lazer: um panorama*. Sport: História. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 165-178.

KOGUT, M. C. MARTINS, P. L. O. Os saberes iniciais dos acadêmicos de Educação Física. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9. 2009. *Anais...* Curitiba, PR, out. 2009.

LASSALE, J. P. *Introdução à Política*. 2. ed. v. 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971. 173 p.

LEITE, E. M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: BRUNO, L. (Org.). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996.p. 146-187.

LEMOS, C. A.; NASCIMENTO, J. V.; BORGATTO, A. F. Parâmetros individuais e sócio ambientais da qualidade de vida percebida na carreira docente em Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 81 – 93, abr. / jun. 2007.

LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Orientador: Luciano Mendes de Faria Filho. 1996. Tese (Doutorado em Educação Educação e Inclusão) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LINHALES, M. A.; LOPES, T. B.; COSTA, L. C. L. R.; LIMA, C. D. M. D.; PEREIRA, T. M. Esporte e Lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. *Avaliação de Políticas e Políticas de Avaliação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 13-58.

LOPES, C. G. *Os princípios políticos do Programa BH Cidadania: o olhar de profissionais da secretaria municipal adjunta de esportes*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) -

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LOPES, T. B. *Sobre o fazer técnico e o fazer político: a atuação do profissional de lazer no serviço público municipal*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOWI, T. J. American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory. *World Politics*. Princeton University, v. 16, n. 4, p. 677-715, jul.1964.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 64, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MARCELLINO, N.C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e Esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N.C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte*. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

MARCELLINO, N.C. *Lazer: formação e atuação profissional*. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

MARCELLINO, N. C.; SAMPAIO, T. M. V.; CAPI, A. H. C.; SILVA, D. A. M. *Políticas públicas de lazer- formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba*. Curitiba: Opus, 2007.

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.

MARCELLINO, N. C. Lazer, saúde e Educação Física: A corporeidade e a qualidade de vida. In: MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R. (Org.). *Educação Física e produção de conhecimento*. Belém: Ed. UFPA, 2009. p. 81-108.

MARCELLINO, N. C.; CAPI, A. H. C.; SILVA, D. A. M. Lazer no município - formação e desenvolvimento de quadros: os casos de Campinas e Piracicaba - SP. In: ISAYAMA, H. F. *et al.* (Org.). *Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 211-227.

MARCELLINO, N. C. (Org.). Sistema Nacional de Esporte e Lazer. In: MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Cadernos interativos - elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo*. Brasília: Gráfica e Editora Ideal, 2011.

MELO, M. P. de. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 89-106, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2884/1498>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

MELO, V. A. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, H. F. LINHALES, M. A. *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 179-202.

MENICUCCI, T. Gestão de políticas públicas: estratégias para construção de uma agenda. IX Congresso Nacional de Recreación, Bogotá: Colombia, 2006. Disponível em <<http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

MEZZADRI, F. M.; MARTINES, I. C.; STAREPRAVO, F. A. Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses. In: ISAYAMA, H. F. *et al. Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 521p. p. 123-135.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. *Política de esporte para a juventude brasileira: subsídios e propostas para debate*. Brasília: Instituto Pensarte, 2007. v. 1.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, GOVERNO FEDERAL. *Orientações acerca da implementação do Programa Esporte e Lazer na Cidade*. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/projeto_social/orientacoes.jsp>. Acesso em: 07 jul. 2014.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MUNHOZ, V. C. C. O lazer como direito social na Prefeitura de Belo Horizonte. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 521 p. p. 59-99.

NOZAKI, H. T. *Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. Orientador: Gaudêncio Frigotto. 2004. Tese (Doutorado em Educação) -Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, I. SERRAZINA, L. *A reflexão e o professor como investigador*. Portugal: Lisboa. 14 p. 2002. Disponível em: <http://apm.pt/files/127552_gti2002_art_pp29-42_49c770d5d8245.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2014.

PARAÍSO, M. A. Diferença no currículo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 587-604, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1440140.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2014..

PERES, F. A. S. *Currículos e políticas públicas de esporte e lazer: analisando o programa esporte esperança*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escolade Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PINTO, L. M. S. M. *et al.* Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). *Gestão de políticas de esporte e lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 27-50.

POPKEWITZ, T. *Políticas educativas e curriculares: abordagens sociológicas críticas*. Mangualde, Portugal: Pedagogo, 2011.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas. In: RUAS, M.G.; CARVALHO, M.I (Org.). *O Estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 37-59.

RUA, M. G. *Políticas Públicas*. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2012.

SCHON, D. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007. 253 p.

SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte MG. *Planejamento Estratégico - 2012*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte, 2012.

SALOMÃO FILHO, C. Direito como instrumento de transformação social e econômica. *Revista de Direito Público da Economia*, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 15-44, jan./mar., 2003.

SANTOS, S. *A formação profissional em lazer: a construção de saberes de oficinairos do Programa Fica Vivo!* 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SCHON, D. A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médical Sul, 2000.

SILVA, C. L.; SILVA, T. P. *Lazer e Educação Física: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVA, C. L. *Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005..

SOUZA, E. C. L. A capacitação administrativa e a formação de gestores governamentais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 73-88, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6428/5012>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

STAREPRAVO, F. A. *O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível

em:<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/4975?mode=simple>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

STOPPA, E. A. *et al.* (Org.). *Gestão de Esporte e Lazer*. São Paulo: Plêiade, 2011. 137 p.

SUASSUNA, D.; ALMEIDA, A. Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30. 2005, Caxambu. *Anais...* Seção Temática Esporte, Política e Cultura. Caxambu: ANPOCS, 2005, 24p.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. A. R. (Org.). *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro, 2004.

TAFFAREL, C. N. Z. *A formação do profissional da educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física*. Orientador: Luiz Carlos de Freitas. 1993. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1993.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 9. ed. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, n. 13, jan./abr. 2000, 24p. Disponível em: <http://teleduc.unisa.br/~teleduc/cursos/diretorio/apoio_5427_368/TARDIF_Saberes_profissionais_dos_professores.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Tradução de Francisco Pereira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 194 p.

TUBINO, M. J. G. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, W. W. (Org.). *Educação Física e Esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Papirus, 2003. p. 125-140. 206p.

VAZ, A. F. Políticas públicas para o esporte e o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v.12, n. 1, p. 89, 2001.

WERNECK, C. L. G. A formação profissional no lazer em nossa moderna sociedade: Repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Revista Licere*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 47-65, 1998.

ZAULI, E. M. Políticas Públicas e Políticas Sociais. *Revista Pensar BH / Política Social*, Belo Horizonte, v. 8, p. 27-29 2003. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/revista-educacao-fisica-uem-2001-n1-v12/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Mestrado em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais está realizando a pesquisa – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: PERFIL PROFISSIONAL PARA ATUAÇÃO NA ÁREA, coordenada pelo Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama, contando com a participação do mestrando Bruno Ocelli Ungheri.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os conteúdos, os conhecimentos, as competências e as habilidades necessárias para atuação de profissionais na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer, bem como, como e onde os profissionais obtiveram tais conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades. Por fim, busca-se analisar o perfil profissional necessário para atuação em Políticas Públicas de esporte e lazer. Participarão dessa pesquisa, pessoas voluntárias que atuam como analistas de políticas públicas de esporte e lazer.

Para a realização da pesquisa de campo utilizaremos entrevistas semi-estruturadas, que serão gravadas, transcritas e analisadas como fonte de informações. Os entrevistados serão identificados apenas por um número ou nome fictício escolhido pela equipe de pesquisadores e suas identidades não serão reveladas publicamente. Os responsáveis pela pesquisa se comprometem a garantir o anonimato e o sigilo absoluto no tratamento das informações que somente serão disponibilizadas para os envolvidos nessa pesquisa. Para tanto, os dados coletados serão mantidos no Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer (ORICOLÉ) da UFMG, por um período de 5 anos.

As entrevistas serão realizadas pessoalmente, sendo que o mestrando responsável pela pesquisa irá ao encontro do voluntário, no local que este indicar para a realização da mesma. Esclarecemos que todas as despesas relacionadas com este estudo serão de responsabilidade do mestrando, não havendo qualquer forma de remuneração financeira para os voluntários.

Tomaremos todos os cuidados possíveis para minimizar os riscos da pesquisa, através do tratamento ético de seus dados e procedimentos, bem como pela garantia do cumprimento das disposições estabelecidas neste documento. Para tal, destacamos que cada voluntário receberá uma via do TCLE devidamente assinada pelos pesquisadores e terá sua dignidade e autonomia respeitadas. Um possível benefício da pesquisa relaciona-se com a investigação de um tema que poderá contribuir com o aprofundamento de conhecimentos sobre o lazer e seus processos de intervenção. Como possível risco oriundo da pesquisa, destacamos que as perguntas propostas no roteiro de entrevistas poderão abordar situações de seu cotidiano profissional que, analisadas criticamente, podem ser mal interpretadas pelos gestores ou pares de trabalho, gerando situações indesejáveis como constrangimento, desconforto, perturbação laboral e intimidação. Entretanto, assumimos a responsabilidade em prestar assistência integral aos sujeitos caso possíveis danos ocorram.

Assumimos o dever de tornar público o resultado deste estudo e reiteramos nossa disponibilidade na prestação de esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Asseguramos total liberdade aos voluntários que poderão se recusar a participar ou mesmo retirar seu consentimento sem qualquer tipo de ônus para ambas as partes envolvidas (pesquisado e pesquisador).

Disponibilizamos-nos através do endereço Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, ORICOLÉ, Av. Presidente Carlos Luz, 4664/Campus UFMG, Pampulha, Belo Horizonte-MG, (31) 3409-2337 e informamos o endereço do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP), Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II, 2º Andar, sala 2005 - telefone (31) 3409-4592.

Assim, se você entendeu a proposta da pesquisa e concorda em ser voluntário, favor assinar o protocolo abaixo dando o seu consentimento formal.

Desde já, agradecemos pela compreensão e voluntariedade.

Dr. Hélder Ferreira Isayama
Professor orientador da pesquisa

Bruno Ocelli Ungheri
Mestrando em Lazer

Belo Horizonte, de _____ de 2013

Via do Voluntário

Eu, _____, portador do CPF
_____ e RG _____, aceito participar da pesquisa
intitulada: **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Quais os Saberes Necessário para
Qualificar a Atuação dos Profissionais da Área?**

Portanto, livremente dou o meu consentimento para que a entrevista seja gravada e para que os pesquisadores tenham acesso aos espaços e acompanhem as atividades propostas pelo programa.

Belo Horizonte, de _____ de 2013.

Assinatura do voluntário

Eu, _____, portador do CPF _____ e RG _____, aceito participar da pesquisa intitulada: **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Quais os Saberes Necessário para Qualificar a Atuação dos Profissionais da Área?**

Portanto, livremente dou o meu consentimento para que a entrevista seja gravada e para que os pesquisadores tenham acesso aos espaços e acompanhem as atividades propostas pelo programa.

Belo Horizonte, de _____ de 2013.

Assinatura do voluntário

APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DE CAMPO

Belo Horizonte, 15 de julho de 2013

Prezado Secretário,

Eu, Bruno Ocelli Ungheri, sou aluno do Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais e desenvolvo o projeto de Mestrado intitulado “Políticas Públicas de esporte e lazer e formação profissional: Quais os saberes necessários para atuação dos profissionais da área?”, sob a orientação do Professor Dr. Hélder Ferreira Isayama.

O projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades necessárias para atuação de profissionais na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer. Além disso, procuro analisar o perfil profissional necessário para atuação profissional na área, bem como como e onde os conhecimentos foram adquiridos na trajetória profissional desses profissionais.

Nesse sentido, venho por meio desta solicitar a autorização para realizar a pesquisa no contexto da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A coleta de dados se dará através de entrevistas com os Analistas de Políticas Públicas concursados e que atuam no referido órgão.

Os profissionais serão consultados sobre a possibilidade a participação na pesquisa, que será realizada de maneira voluntária e de acordo com o interesse dos Analistas. Lembro ainda que a pesquisa iniciará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e a coleta de dados atenderá todas as solicitações administrativas desta Secretaria.

Agradeço antecipadamente pela colaboração e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Bruno Ocelli Ungheri
Mestrando em Estudos do Lazer
Universidade Federal de Minas Gerais

Exmo.Sr.

Bruno Martuchele de Sales
Secretário de Esporte e Lazer
Prefeitura de Belo Horizonte

APÊNDICE C – TERMO DE ANUÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE BELO HORIZONTE

Prezado Secretário,

Eu, Bruno Ocelli Ungheri, sou aluno do Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais e desenvolvo o projeto de Mestrado intitulado "Políticas Públicas de esporte e lazer e formação profissional: Quais os saberes necessários para atuação dos profissionais da área?", sob a orientação do Professor Dr. Hélder Ferreira Isayama.

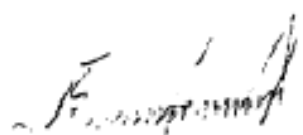
O projeto de pesquisa tem como objetivo identificar e analisar os conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades necessários para atuação de profissionais na elaboração, implementação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer. Além disso, procuro analisar o perfil profissional necessário para atuação profissional na área, bem como como e onde os conhecimentos foram adquiridos na trajetória profissional desses profissionais.

Nesse sentido, venho por meio desta solicitar a autorização para realizar a pesquisa no contexto da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A coleta de dados se dará através de entrevistas com os Analistas de Políticas Públicas concursados e que atuam no referido órgão.


Os profissionais serão consultados sobre a possibilidade a participação na pesquisa, que será realizada de maneira voluntária e de acordo com o interesse dos Analistas. Lembro ainda que a pesquisa iniciará após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG e a coleta de dados atenderá todas as solicitações administrativas desta Secretaria.

Agradeço antecipadamente pela colaboração e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

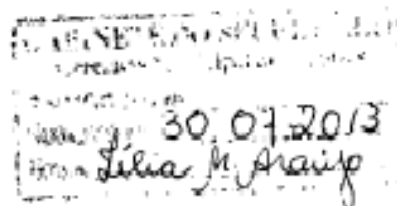
Atenciosamente,


Bruno Ocelli Ungheri
 Mestrando em Estudos do Lazer
 Universidade Federal de Minas Gerais

*Autoriza do pelo Sr.
 Secretário Bruno Martuchele de Sales
 Wapicam ussuru = 10.11.13
 21/08/2013*


 Bruno Martuchele de Sales - BM 105.472-2
 Chefe de Gabinete - SMEI

Exmo. Sr.
Bruno Martuchele de Sales
 Secretário de Esporte e Lazer
 Prefeitura de Belo Horizonte



APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome do Analista:

Idade:

Local da entrevista:

Data da entrevista:

Projetos de sua responsabilidade:

Data de entrada na Secretaria:

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

- 1 - Fale sobre a sua formação profissional?
- 2 - Levando em consideração seu percurso profissional, em quais lugares trabalhou e quais experiências adquiriu nesses locais?
- 3 - Quando e como foi o processo de entrada na SMEL? Por quais motivos entrou para esta secretaria?
- 4 - Quais pessoas, grupos e contextos contribuíram para sua trajetória profissional? Em que especificamente elas (es) contribuíram?
- 5 - Quais conhecimentos advindos da formação profissional em Educação Física você considera importante para sua atuação como analista de políticas públicas?
- 6 - Relembrando sua trajetória de vida, quais experiências exercem e exerceram influência na atuação profissional?
- 7- Fale sobre os projetos que estão sob sua responsabilidade. Quais as principais dificuldades encontradas na execução dos mesmos?
- 8- Quais saberes e conhecimentos você considera necessários para atuar nos projetos sob sua responsabilidade? Quais atividades são desenvolvidas nesses projetos?
- 9 -Que estratégias utiliza para desenvolver os conteúdos e atividades nos projetos que atua?
- 10 - Você participa da execução dos projetos? De que maneira?
- 11 - Você recebeu ou recebe algum tipo de formação para atuar com políticas públicas de esporte e lazer? Onde e como ocorre essa formação?
- 12 - Caso tenha participado de processos de formação para atuar com políticas públicas de esporte e lazer, quais saberes e conhecimentos foram abordados?
- 13- De que maneira os conteúdos abordados contribuíram para sua atuação profissional?
- 14 - Quais saberes e conhecimentos você julga necessários para atuação profissional de analistas de políticas públicas de esporte e lazer?
- 15 - Você sente falta de algum tipo de conhecimento que julga necessário para sua atuação profissional?
- 16- Você avalia que as políticas públicas propostas promovem acesso ao esporte e ao lazer por parte do público alvo de cada ação?
- 17 - Quais as concepções de esporte e lazer são expressas nas ações de políticas públicas que você atua?